



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
4^a REGIÃO FISCAL – SRRF 04

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL -
4^a REGIÃO FISCAL – SRRF 04

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

LISTA DE ABREVIASÕES E SIGLAS

- AFRFB** – Auditor-fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASESP – Assessoria Especial
ATA – Assistente Técnico-Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CEPS – Comissão de Ética Pública Seccional
CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
COCIF – Coordenação-Geral de Cooperação E Integração Fiscal
CODAC – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação-Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação-Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação-Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação-Geral de Tributação
COTEC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DEINF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DELEX – Delegacia Especial da Rec. Fed. do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior
DEMAC – Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DERPF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito

DIAAD – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX – Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIPAV – Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRF – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT – Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAAUX – Seção de Atividades Auxiliares
SACAD – Seção de Capacitação e Desenvolvimento
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil

SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil

SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil

SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil

TCU – Tribunal de Contas da União

TME – Tempo Médio de Atendimento

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 175/2013)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1.a – Identificação da UJ.....	18
Quadro 1.b - Unidades Descentralizadas da RFB.....	22
Quadro 2 – Ações.....	119
Quadro 3 – Avaliação dos Sistemas de Controle Internos da UJ.....	143
Quadro 4.a - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	146
Quadro 4.b – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	147
Quadro 4.c – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.....	147
Quadro 4.d - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	149
Quadro 4.e - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	149
Quadro 4.f - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	150
Quadro 4.g - Prestações de Conta de Suprimentos de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF).....	151
Quadro 5.a - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	154
Quadro 5.b – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	155
Quadro 5.c – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12).....	160
Quadro 5.d – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (apurada para 31/12).....	160
Quadro 5.e – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (apurada para 31/12)....	161
Quadro 5.f – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	162
Quadro 5.g – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art 3º da IN TCU nº 55/2007).....	163
Quadro 5.h – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac.....	164
Quadro 5.i - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	172
Quadro 5.j - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	174
Quadro 5.k - Composição do Quadro de Estagiários.....	178
Quadro 6.a - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..	187
Quadro 6.b - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	188
Quadro 6.c - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	190
Quadro 7.a - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	192
Quadro 7.b - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	194
Quadro 8.a - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento....	196
Quadro 8.b - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	197
Quadro 8.c - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....	215

Declarações

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	223
Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	224

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	9
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013</u>	
1 - Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório	18
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	18
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	19
1.3 - Organograma Funcional.....	29
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	31
1.5 - Macroprocessos de Apoio.....	58
1.6 - Principais Parceiros.....	90
2 - Planejamento e Resultados Alcançados.....	93
2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada.....	93
2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	119
2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	121
3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	143
3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	143
4 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	146
4.1 - Execução das Despesas.....	146
4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	149
4.3 - Suprimentos de Fundos.....	149
5 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	153
5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade.....	154
5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários.....	172
6 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	180
6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros.....	180
6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade ..	187
6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	190
7 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	192
7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	192
7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água	194
8 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	196
8.1 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	196
8.2 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	197
8.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	213
8.4 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	215
8.5 - Alimentação SIASG E SICONV	215
9 - Relacionamento com a Sociedade.....	217
9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	217

10 - Informações Contábeis.....	219
10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	219
10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	223

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU N° 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU N° 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A.2.2.1	Programa Temático
Quadro A.2.2.2	Objetivo
Quadro A.2.2.3.4	Ações do Orçamento de Investimento
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Programas Temáticos, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicarem à realidade da UJ.	
Justificativa: A UJ não faz parte do Orçamento de Investimento - OI e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.	
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Estrutura de Governança - Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.
Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplicar à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	

3.4	Sistema de Correição - Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.
	Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU - Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.
	Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.
3.6	Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.
	Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referente a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão central da RFB.
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.1	Execução das Despesas
Quadro A.4.1.1	Programação de Despesas
Quadro A.4.1.2.2	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Quadro A.4.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total
Quadro A.4.1.3.2	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
Quadro A.4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total
Quadro A.4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
	Justificativa: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB possui somente uma Unidade Orçamentária - UO (170010 - Órgão Central RFB) e conforme informações da Portaria TCU nº175/2013, somente UJ que for UO deve preencher os quadros citados acima. As informações dos quadros serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central.

4.5	Suprimento de Fundos
Quadro A.4.5.2	Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
Justificativa: A modalidade de Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” não se aplica à Unidade Jurisdicionada.	
4.6	Renúncias de Receitas
Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central	
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013:	
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos; e	
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão.	
5.1.5	Cadastramento no Sisac
Quadro A.5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
Justificativa: Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.	
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
Justificativa: Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:	
<ul style="list-style-type: none"> • Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no 	

	<p>momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.</p> <ul style="list-style-type: none"> Entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos. São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
<p>Justificativa: Em 2013 não foram detectados casos de acumulação indevida. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.</p>	
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
Quadro A.5.2.1	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Quadro A.5.2.2	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
<p>Justificativa: A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria fiscal.</p>	
<p>7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</p>	
Quadro A.7.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
<p>Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constarem apenas no Relatório de Gestão do Órgão Central.</p>	
<p>9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</p>	
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
<p>Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões</p>	

relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Justificativa: atualmente o acompanhamento da satisfação dos cidadãos-usuários é desenvolvida diretamente pelo Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem estarem consolidadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Justificativa: atualmente a realização de pesquisas de opinião têm sido desenvolvidas diretamente pelo Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem estarem consolidadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)

Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

28. Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos

Justificativa: A presente UJ não gerencia quaisquer projetos ou programas financiados com recursos externos..

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS QUE NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro A 2.2.3.2	Ação/Subtítulos
Quadro A 2.2.3.3	Ações Não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar Não Processados
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui informações sobre os Quadros acima porque não gerenciou nenhuma ação desdobrável em subtítulo e nem ação não prevista na LOA 2013.	
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa: Não houve no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Unidade Jurisdicionada.	
4.4	Transferências de Recursos
Justificativa: Não houve no ano de 2013, quaisquer transferências realizadas pela UJ, seja mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.	
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	
5.1	Estrutura de pessoal da Unidade
Quadro A.5.1.5.1	Atos sujeitos ao registro do TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)
Justificativa: Não houve no ano de 2013, ingresso de novos servidores na âmbito da 4ª Região Fiscal, conforme pesquisa realizada no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.	
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário
Quadro A.6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais sob Responsabilidade da UJ
Justificativa: Esta UJ não teve durante o ano de 2013, qualquer imóvel funcional da União sob sua responsabilidade.	
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
Quadro A.9.1.2	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Justificativa: Não houve deliberações do TCU direcionadas às unidades da RFB na 4ª Região Fiscal, atendidas durante o exercício de 2013.	

9.2	Tratamento de Recomendações do OCI
Quadro A.9.2.2	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Justificativa: Não houve recomendações do OCI pendentes de atendimento.	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APPLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99
Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do <i>caput</i> do art. 5º desta decisão normativa.
Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2013

- Realização das ações de capacitação programadas pela 4^aRF;
- Disponibilização de procedimentos relativos à gestão do conhecimento na intranet para acesso dos servidores e das áreas de RH;
- Acompanhamento e monitoramento de processos estratégicos para a 4^aRF por meio de Reuniões de Avaliações Estratégicas presenciais e por vídeo conferência.
- Maior visibilidade e presença da 4^a região fiscal na imprensa local, através da atuação eficaz da área de comunicação.
- Replicação da realização dos diálogos de gestão com as unidades locais seguindo o modelo da unidade central

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS EM 2013

- O contingenciamento determinado pelo Governo Federal nos termos do Decreto nº 8.021/2013, de 05/2013, impôs um sério obstáculo na execução do planejamento da RFB neste ano de 2013. Dificuldades em implementar e até mesmo em empenhar gastos planejados para fins de obras e reformas em diversos prédios na RFB na 4^a Região Fiscal, assim como dificuldade no pagamento dos diversos contratos vigentes.
- Escassez de servidores também consiste num obstáculo para fazer frente às diversas atividades desempenhadas pela RFB. O número de servidores que estão se aposentando é maior que o número de servidores que ingressam na 4^aRF.

- Em razão da complexidade e do tamanho do projeto referente à futura construção do edifício-sede da Superintendência Regional e da PGFN, tivemos em 2013, atraso no cronograma deste projeto. Outro fator que também impactou negativamente neste projeto foi a impossibilidade da renovação do contrato com os engenheiros e arquitetos que a SRRF04 dispunha até então.

DESAFIOS PARA 2014

- A SRRF04 tem como uma de suas ações estratégicas coordenar o projeto de digitalização de todos os processos em papel no âmbito da 4^aRF. Trata-se de um enorme desafio, mormente considerando o panorama financeiro para o ano de 2014, qual seja, a de restrição financeira e de contingenciamento. No entanto, esta ação, uma vez implementada, ensejará um salto de qualidade da SRRF04 e de todas as suas unidades jurisdicionadas, principalmente no tocante ao gerenciamento mais efetivo de seus estoques de processos administrativos;
- A implantação da coleta seletiva no âmbito da superintendência da 4^a RF também se trata de uma ação estratégica da SRRF04. Em razão do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, que determina a adoção da coleta seletiva solidária pelos órgãos da administração pública federal, além de reduzir a quantidade de resíduos descartados, bem como de preservar recursos naturais e energia e evitar a degradação do meio ambiente, a SRRF04 implementará ao longo deste ano, um conjunto de iniciativas com vistas a atender o referido Decreto. As maiores dificuldades vislumbradas decorrem das limitações financeiras e da dificuldade em sensibilização dos servidores para o engajamento das ações.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 4^a REGIÃO FISCAL –
SRRF 04

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(*Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013*)

1 - Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1.a – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda	Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal - SRRF04		
Denominação abreviada: SRRF04		
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Administração Tributária	Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato: (081) 3316 – 3701	(081) 3316 - 3825	(081) 3316 - 3820
E-mail: Dipol04.orcamento@receita.fazenda.gov.br		
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br		
Endereço Postal: Av. Antônio de Goes, 449, Bairro do Pina, 10º Andar, Gabinete, CEP: 51110-000, Recife/PE		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013		
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012		
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Carta de Serviços ao Cidadão		
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com STN, PGFN e MPU)		
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)		
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro		
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio		
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador		
Manual de Despacho de Importação		
Manual de Despacho de Exportação		
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional		
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2013		
Código de Conduta dos Agentes Públicos em exercício na RFB (Portaria RFB nº 773, de 24 de junho de 2013)		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
170047	Delegacia da RFB em Natal	
170052	Delegacia da RFB em João Pessoa	
170059	Delegacia da RFB em Recife	
170060	Delegacia da RFB em Caruaru	
170061	Inspetoria da RFB em Recife	
170066	Delegacia da RFB em Maceió	
170335	Delegacia da RFB em Mossoró	
170338	Delegacia da RFB em Campina Grande	
170340	Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre	
170341	Alfândega da RFB no Porto de SUAPE	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
170047	00001	
170052	00001	
170059	00001	
170060	00001	
170061	00001	

170066	00001
170335	00001
170338	00001
170340	00001
170341	00001

Fonte: *SIAFI operacional; SIORG; e sítios do MPOG e do IBGE.*

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades

Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.
- Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros - Cetad

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas:

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob

administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

RF	Unidade da Federação	Sede
1 ^a RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2 ^a RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3 ^a RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4 ^a RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5 ^a RF	BA e SE	Salvador
6 ^a RF	MG	Belo Horizonte
7 ^a RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8 ^a RF	SP	São Paulo
9 ^a RF	PR e SC	Curitiba
10 ^a RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas 14 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Quadro 1.b - Unidades Descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	Quantidade
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	14
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	Quantidade
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	54
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	356
TOTAL	565

Ao longo deste relatório será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

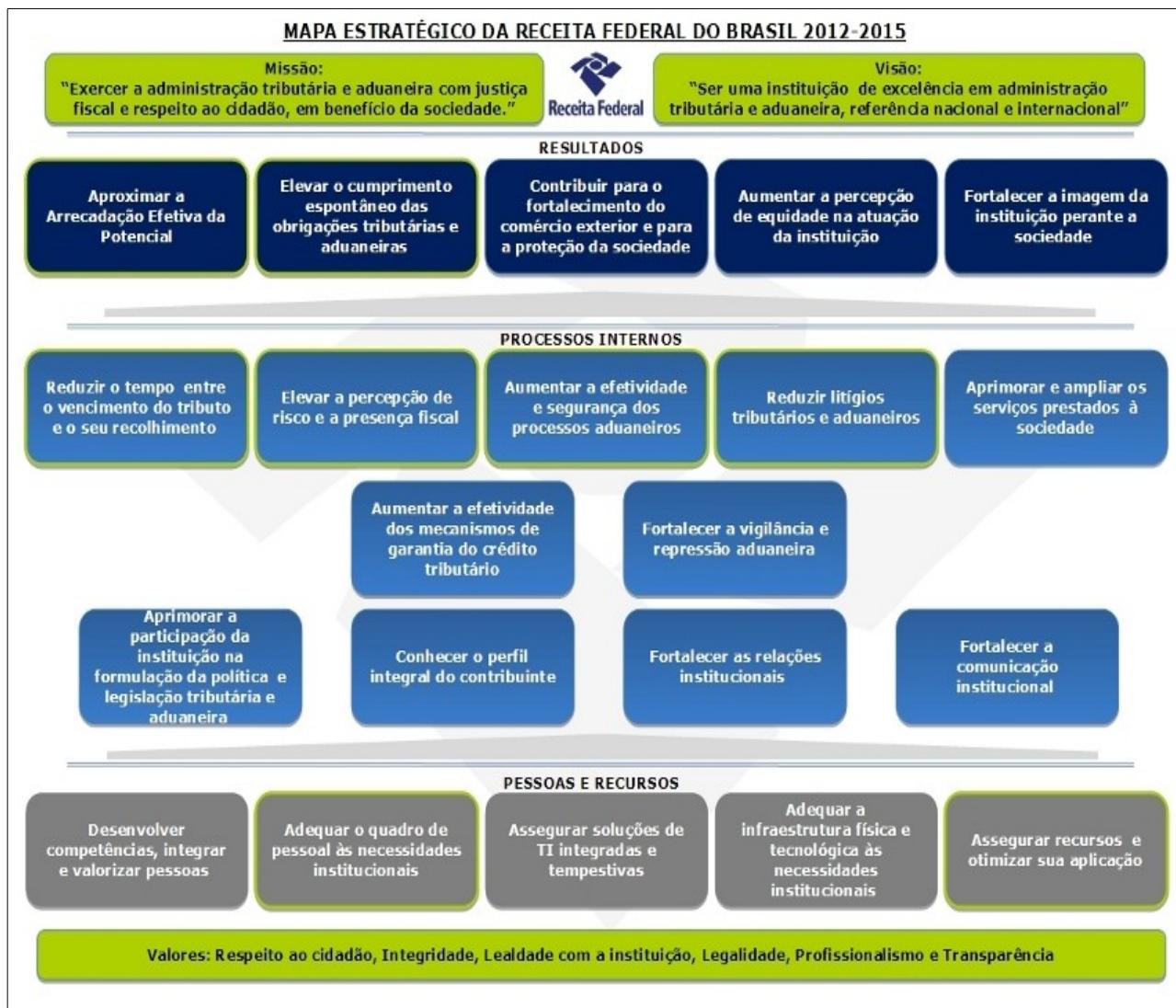
Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO	
PERSPECTIVA	OBJETIVO
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reducir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2013, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIRETRIZES
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIRETRIZES
serviços prestados à sociedade	<p>Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte</p> <p>Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão</p> <p>Simplificar normas, procedimentos e obrigações</p> <p>Intensificar o atendimento não presencial</p>
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	<p>Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico</p> <p>Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos</p>
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	<p>Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.</p> <p>Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual</p> <p>Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação</p>
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	<p>Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário</p> <p>Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.</p>
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	<p>Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros</p> <p>Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros</p> <p>Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos</p>
Conhecer o perfil integral do contribuinte	<p>Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.</p> <p>Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos</p>
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	<p>Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores</p> <p>Consolidar a Política de Meritocracia</p> <p>Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância</p> <p>Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais.</p>
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	<p>Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos</p> <p>Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira</p> <p>Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira</p> <p>Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.</p> <p>Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais</p> <p>Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas</p> <p>Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização</p> <p>Reducir a evasão do crédito tributário</p> <p>Intensificar a divulgação das ações da RFB</p>
Fortalecer a comunicação institucional	<p>Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB</p> <p>Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIRETRIZES
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reducir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2013 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício-sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reducir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

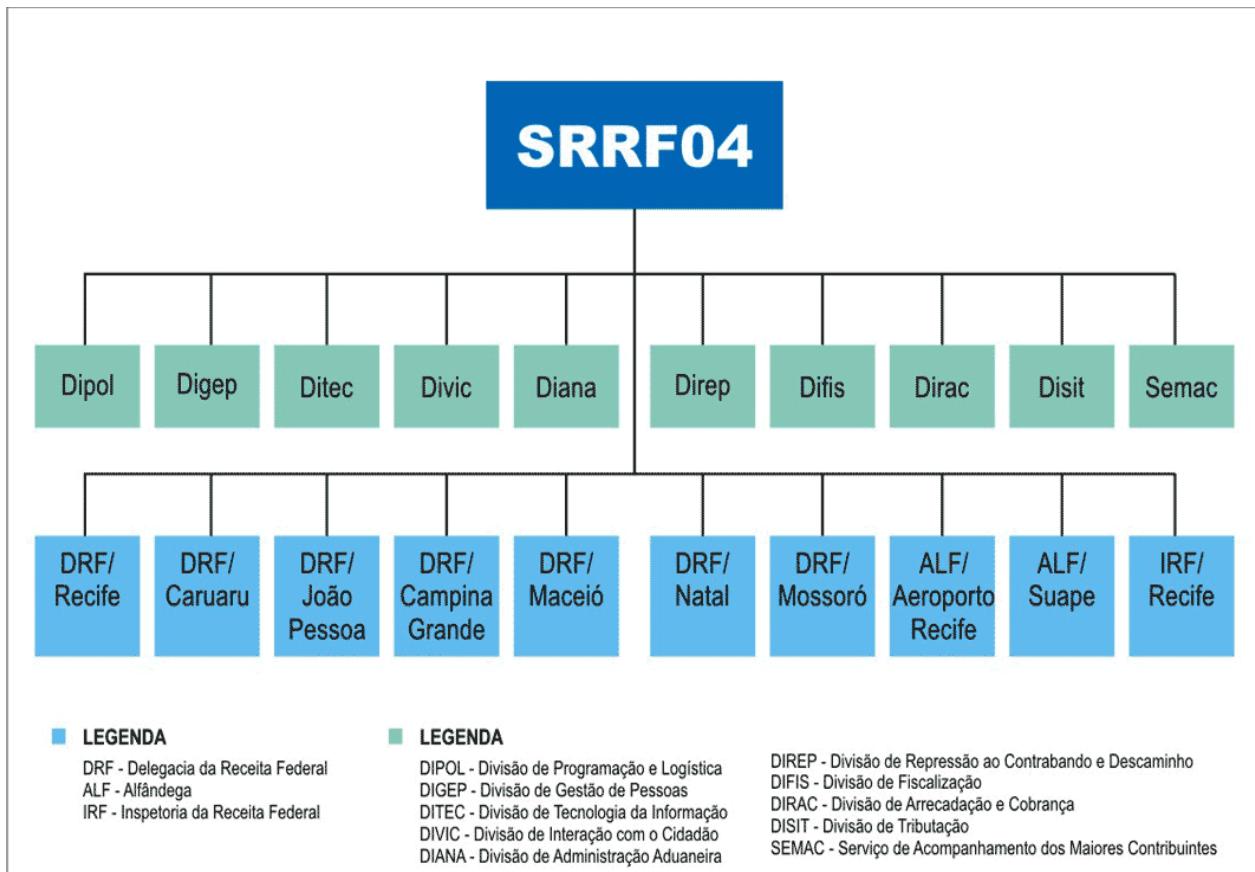
Dos 25 (vinte e cinco) projetos estratégicos institucionais, 3 (três) tinham previsão de encerramento em 2013, contudo, nenhum deles foi encerrado; 10 (dez) com previsão para 2014; 5 (cinco) em 2015; 3 (três) em 2016; e 4 (quatro) com previsão de término para anos posteriores.

Para determinar do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 52 (cinquenta e dois) indicadores estratégicos (Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013). Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 32 (trinta e dois) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação dos resultados da Instituição no ano de 2013 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, neste relatório apresentado adiante no item 2.1 e a análise de cada um dos indicadores disponíveis apresentado no item 2.3, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

1.3 - Organograma Funcional

Organograma da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4^a Região Fiscal – SRRF04

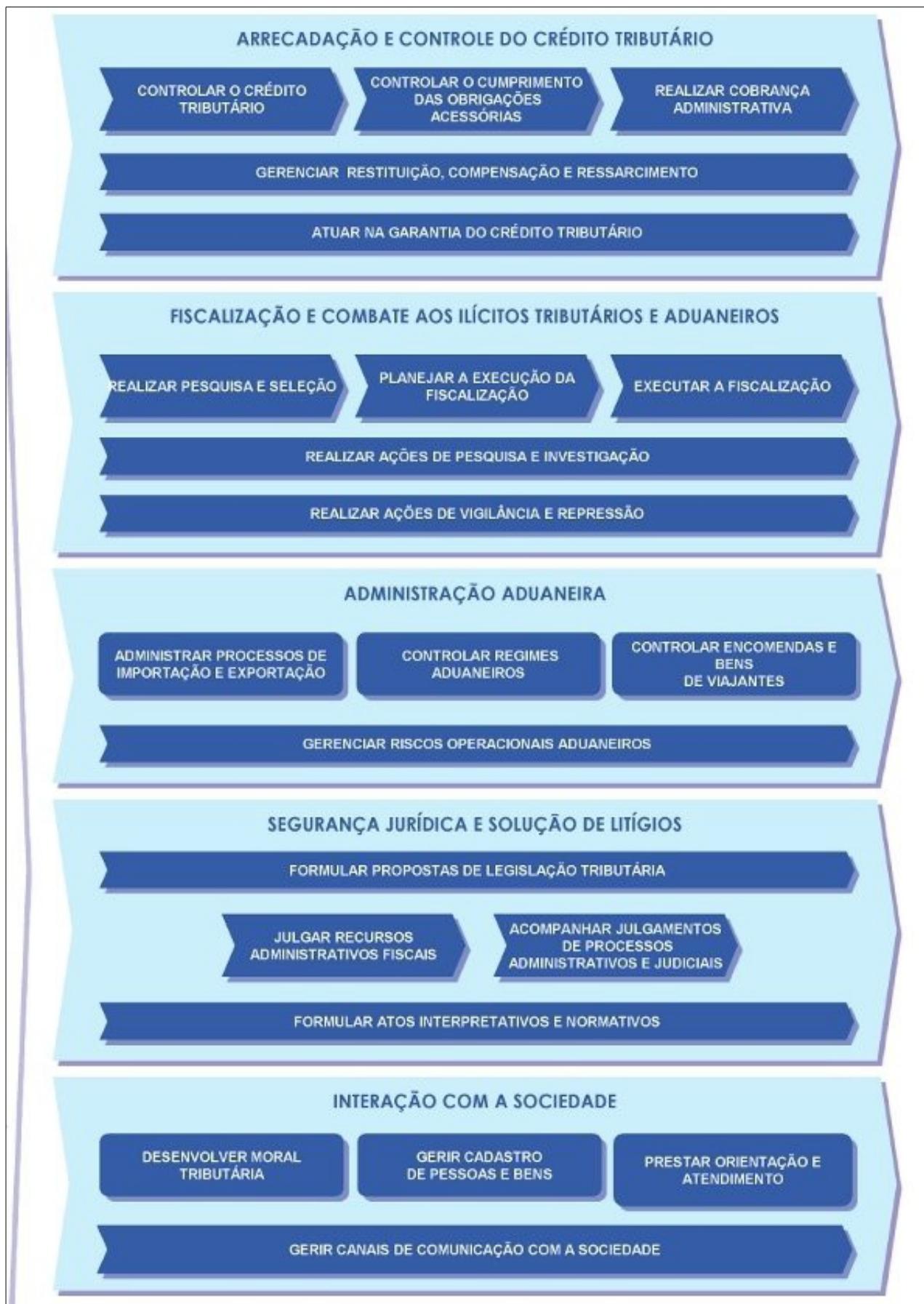


Unidades Descentralizadas



QUANTIDADE DE UNIDADES DA 4^a REGIÃO FISCAL	
Tipo	4^a RF
Alfândega (ALF)	2
Agência (ARF)	31
Delegacia (DRF)	7
Inspeção (IRF)	6
Superintendência (SRRF)	1
Total de Unidades	47

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2013, foram arrecadados R\$ 1,138 trilhões em receitas federais acompanhadas pela RFB, sendo que R\$ 1,1 trilhões são de receitas administradas, através de cerca de 278 milhões de documentos de arrecadação. A rede arrecadadora é composta de 26 bancos.

Cartão de Débito:

Desde fevereiro de 2013, com a entrada da nova forma de arrecadação, com cartão de débito, ocorreram 19.034 transações, em um total de R\$ 11.1 milhões.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigações Acessórias (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf)

de quem é obrigado a cumprir a obrigação. Atualmente, o resultado desse índice, para o nível Brasil, é de 97,4%

Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2013 foi especificado o sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar as respectivas sanções legais. A implementação do sistema está prevista para 2014.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a novembro/2013, 1,924 milhão de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 27,4 bi de créditos em cobrança;
 - Do total cobrado neste ano, foram recebidos em pagamento R\$ 571 milhões (2,08% do total cobrado), foram parcelados R\$ 1,11 bilhão (4,06%) e extintos por compensação R\$ 261 milhões (0,95%), totalizando R\$ 1,948 bilhão de créditos recuperados (7,09% do total de crédito tributário cobrado);
 - Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 77.736 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2013. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 140 milhões mil em pagamentos; R\$ 198 milhões em parcelamentos; e R\$ 1.1 milhão mil foram objeto de retificação
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União. Em novembro e dezembro de 2013, foram cobrados 124 mil parcelamentos passíveis de exclusão da Lei nº 11.941, de 2009, que representa R\$ 11,9 bilhões em parcelas atrasadas.
 - De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e

- Foi desenvolvido o sistema Malha para a Declarações de Créditos e Débitos Tributários Federais (DCTF), que visa identificar e visa apurar possíveis inconsistências em relação aos valores declarados nas DCTF, aumentando a percepção de risco dos contribuintes infratores. Objetiva, ainda, a identificação de possíveis fraudes contra a Fazenda Pública, envolvendo a tentativa de obtenção de restituições ou certidões, indevidas
- Em 2013, foram encaminhados para Dívida Ativa da União 4,5 milhões de débitos, de 150 mil contribuintes, totalizando R\$ 15,5 bilhões e 385 mil processos, referentes a débitos em aberto de pessoas jurídicas.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2013, foram recepcionados 929.636 PER/DCOMP, sendo 628.460 declarações de compensação, 185.863 pedidos de restituição, 77.151 pedidos de ressarcimento e 38.162 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 57 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 160.860 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2013, foram emitidas 63.528 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 22.579 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 2.267 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificador e 38.682 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 4,6 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 70.450 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Do total de processos, 82,95% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 58.587 processos, totalizando, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão. Foram devolvidos, pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 11.863 processos, correspondendo a cerca de R\$ 91,5 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de aproximadamente R\$ 14 bilhões para pagamento de restituição de quase 12 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- Publicação da 2^a nota de "perguntas e respostas", com enfoque didático às questões formuladas por unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens;

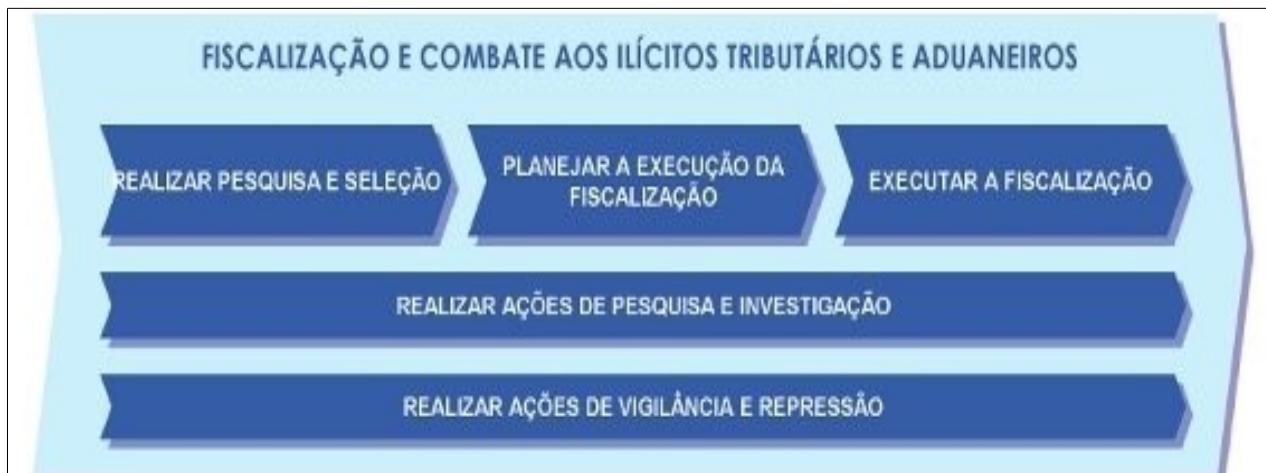
Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas com os créditos tributários dos sujeitos passivos às unidades descentralizadas, para realização de arrolamentos de bens e direitos;
- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantida - Conprovi, de gestão da Sufis;
- aprimoramento do sistema informatizado para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contágil, a cargo da Sufis;

Iniciativas de natureza gerencial:

- acompanhamento do indicador estratégico Índice de Garantida do Crédito Tributário, que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador, em janeiro de 2012, houve incremento de 232% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 57,8 bilhões. Só em 2013, foram arrolados R\$ 29,5 bilhões em bens e direitos.

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da imparcialidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;

- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período. Para o ano de 2013, a meta definida foi 85%, sendo alcançado o resultado de 85,57%.

Em 2013 foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar e integrar conhecimento entre as Equipes de Seleção, sendo produzidas 4 Notas Copes sobre Processos de Seleção.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do 'Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT}).$$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abrange todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 100% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 100%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2013, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAf; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações. A avaliação desse processo é realizada por meio do '*Indicador Global da Fiscalização - IGF*', resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização - IDF*, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2013 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 105,09%, com alcance desdobrado de 106,4% para o IDF; 163,7% para o ICT e 92,9% para o IPF.

No ano de 2013, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 190,2 bilhões, superando em 63,7% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2013, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2013 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;

- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de constrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- À produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- Ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- Ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2013, a Copei conduziu suas ações de maneira **alinhada aos objetivos estratégicos institucionais**, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a RFB, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 6,5 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros. Este número expressivo em termos absolutos representa cerca de 3,4% do total de lançamentos realizados por toda a Receita Federal;
- Em 2013 foram realizados procedimentos fiscais em 887 contribuintes com indícios de interesse fiscal apontados em ações de pesquisa e investigação;
- Durante o ano foram realizadas diversas operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações merece destaque a apreensão de cerca de 600 mil maços de cigarro introduzidos irregularmente no Brasil.
- A partir de solicitações das Unidades da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, as ações de pesquisa e investigação possibilitaram a

identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelos créditos tributários, em regra já constituídos e inscritos em Dívida Ativa, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pela Receita Federal e a execução das dívidas já existentes. Parcella significativa dos trabalhos desenvolvidos nesta linha de atuação tem como parceira direta a PFN, em investigações que alcançam o montante de R\$ 4,8 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa. Em 2013 cerca de R\$ 468 milhões foram bloqueados ou houve confissão judicial das dívidas e concessão de novo parcelamento a partir das provas colhidas e patrimônio identificado pelas ações da Copei. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, da existência de um expressivo *grupo econômico de fato* que atua no segmento de telecomunicações, o que culminou no arresto dos bens das pessoas jurídicas envolvidas no esquema em que a dívida acumulada na Fazenda Nacional já superava o montante de R\$ 120 milhões.

Em 2013 foram executadas pela Copei **28 operações de impacto**, contabilizadas apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 572 mandados de busca e apreensão e realizadas 144 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2013, possibilitou também a apreensão de cerca de 6,3 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países, com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2013 foi marcado pela realização da **Copa das Confederações** e da **Jornada Mundial da Juventude**, como parte dos chamados “grandes eventos”. A Copei e suas subunidades participaram ativamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional – CIN e de suas projeções regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin. O objetivo dos centros, situados nos locais de realização dos eventos, era avaliar riscos e fornecer subsídios aos órgãos de defesa e de segurança pública. Além disso, a Copei fez verificações e batimentos cadastrais de mais de 215 mil voluntários inscritos para atuar nos eventos de 2013 e também na preparação para a Copa do Mundo de 2014. O ano de 2013 foi marcado também por várias ações institucionais de **combate à lavagem de dinheiro**.

Em maio a RFB aderiu ao protocolo de intenções da X Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. A RFB reforça com esta adesão seu compromisso com a ENCCLA, mecanismo que tem gerado relevantes resultados para a sociedade brasileira, endossando o modelo de articulação inaugurado pela Estratégia e fortalecendo a percepção de que o enfrentamento à criminalidade deve passar pela ação organizada do Estado.

Ao longo do ano houve o desenvolvimento do projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que objetiva a identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro que possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB. O projeto encontra-se dentro do cronograma, sendo conduzido por grupo de trabalho específico, além de contar com a colaboração de especialistas conforme a necessidade de cada etapa.

O treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade Ensino a Distância, passou com sucesso pela turma-piloto, que realizou o curso com enfoque especial de identificar eventuais erros e propor melhorias antes de sua divulgação a todo o corpo de servidores do Órgão.

Além disso, está em fase final de implantação o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB/LD na RFB. A unidade, cuja implantação foi iniciada em 2012, já conta com a

infraestrutura de equipamentos e softwares para iniciar os trabalhos. Seu desenvolvimento resultou de acordo entre a instituição e a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, voltada para a utilização de soluções tecnológicas para incrementar, em muito, a capacidade de investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção da Receita Federal.

Em novembro, durante a XI Reunião Plenária Anual da ENCCLA, foram aprovadas as ações de combate a corrupção e lavagem de dinheiro a serem implementadas por todas as esferas de governo no ano seguinte - a ENCCLA 2014. Dentre elas merecem destaque três iniciativas da RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal. Isso reforça a decisão da Estratégia de focar esse tema, alinhada a recomendações de órgãos internacionais como o Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. As ações, a serem coordenadas pela RFB em 2014, são:

- Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.
- Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema.
- Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal.

No campo da **cooperação internacional**, a RFB concluiu um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Como resultado desse trabalho, o Presidente do Equador promulgou um decreto executivo integrando o Departamento de Inteligência Tributária do SRI ao Sistema Nacional de Inteligência.

Ainda no campo das parcerias com organismos internacionais, o governo dos Estados Unidos concedeu um certificado de reconhecimento pela atuação da equipe de investigação da RFB na Operação *Black Ops*. A operação ficou em 2º lugar na votação promovida pelo *Homeland Security Investigations* - HSI com a finalidade de escolher a ação de maior destaque em cooperação internacional. A *Black Ops*, realizada em outubro de 2011, teve como foco um esquema de contrabando de veículos de luxo provenientes dos EUA e o combate à máfia internacional suspeita de exploração de máquinas de caça-níqueis e lavagem de dinheiro.

No **âmbito interno** merece destaque o 9º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, realizado em parceria entre a RFB, Secretaria de Fazenda do DF e Esaf. O evento reuniu integrantes do Sistema de Inteligência Fiscal - SIF composto, atualmente, pelas Secretarias de Fazenda de 25 Unidades da Federação, além da Receita Federal. Foi uma importante oportunidade para a troca de experiências e boas práticas entre as Unidades de Inteligência Fiscal, além da integração, aproximação e padronização de procedimentos, elementos fundamentais para o bom funcionamento do SIF.

Ressalta-se também a intensa articulação da Copei junto ao Banco Central para viabilizar o acesso da Receita Federal ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, um antigo anseio do Órgão. O CCS é um sistema destinado ao registro de informações relativas a correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como a seus representantes legais ou convencionais. Os esforços culminaram na assinatura, em novembro, do convênio entre RFB e Banco Central viabilizando o acesso ao sistema.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e

da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2013, a Receita Federal realizou 2.999 operações de vigilância e repressão. Cabe destacar que algumas dessas operações foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, entre os quais: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2013. Merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve treinamento e acautelamento de pistola em calibre .40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; à construção de Reservas de Armamento; ao desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; à renovação da frota de veículos; à aquisição de coletes balísticos; e ao Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção – tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2013, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) foi inferior ao atingido no ano anterior, com resultado de R\$ 1,68 bilhão.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);

- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembaraçou 3,58 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas pode ser destacada a alteração do fluxo do processo de exportação, eliminando a necessidade de apresentação de documentos em papel para cerca de 90% dos despachos.

O lançamento do APP importação para tablets e iPads constituiu importante marco no aperfeiçoamento da comunicação entre o órgão e a sociedade, além de importante ferramenta de aumento da transparência do processo de importação. Deu-se sequência na modelagem dos processos de trabalho com fim de aprimorar rotinas e procedimentos ligados ao processo de despacho aduaneiro.

Participou-se dos trabalhos relativos à implantação no Brasil de uma janela única de comércio exterior, o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa da RFB e MDIC, que em conjunto com os demais órgãos anuentes, almeja criar uma plataforma de fluxo único para os processos de importação e exportação, esta iniciativa é consagrada na literatura e na experiência internacional como importante instrumento de facilitação comercial e de incentivo ao aumento dos fluxos de comércio internacional.

Trabalhou-se para eliminar o fluxo de informação em meio papel nos processos de importação e exportação, eliminando a necessidade de apresentação em papel de documentos relativos a carga e embarcações do modal marítimo.

Preparou-se para a iminente migração da competência de gerir e arrecadar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante para a Receita Federal, incluindo-se ai, a preparação dos sistemas, manual e normas, permitindo que quando ocorrer efetivamente a transferência da atribuição, não haja a ocorrência de transtornos aos contribuintes, bem como não haja deficiências de controle.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Lançou-se uma nova Instrução Normativa sobre Admissão Temporária, consolidando e modernizando tal regime aduaneiro, permitindo maior agilidade, eficiência e menores custos para os operadores privados, sem enfraquecer o controle aduaneiro.

Nova Instrução Normativa referente ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro – lançada em dezembro, confere maior racionalidade de procedimentos e segurança ao regime.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional;
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 20,8 milhões de remessas postais internacionais e processou 2,04 milhões de volumes de remessas

expressas, além de ter controlado os bens de mais de 54 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 19,8 milhões de viajantes aéreos. Ainda, efetuou o controle aduaneiro de entrada e saída de fronteiras terrestres de cerca de 70 milhões de pessoas e 31 milhões de veículos.

Merece destaque a implementação da e-DBV, Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, em agosto de 2013, permitindo que os viajantes efetuem a declaração on-line de bens e valores em viagens internacionais. A e-DBV substitui duas declarações em papel, a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV), facilitando o adimplemento das obrigações tributárias. Desde sua implantação, até o final de 2013, por meio da e-DBV foram realizadas cerca de 28 mil declarações.

Ainda em 2013, foi minutado novo modelo de controle de bagagens, que encontra-se em fase de revisão e deverá ser implementado em 2014, e foi iniciado o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle aduaneiro de encomendas postais internacionais, que se baseará em informações eletrônicas recebidas dos Correios, geração automática de documento de tributação e conferência de encomenda com base em gerenciamento eletrônico de risco. Este sistema deverá ser implantado ainda em 2014 trazendo maior celeridade, padronização, segurança fiscal e previsibilidade no fluxo de importação das encomendas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

No ano de 2013, visto que uma aduana moderna não pode prescindir da inserção cada vez maior de ações de inteligência, e de intensa gestão dos riscos inerentes a sua atividade, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, como o Analisador Inteligente e Integrado de Transações Aduaneiras - ANIITA e o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

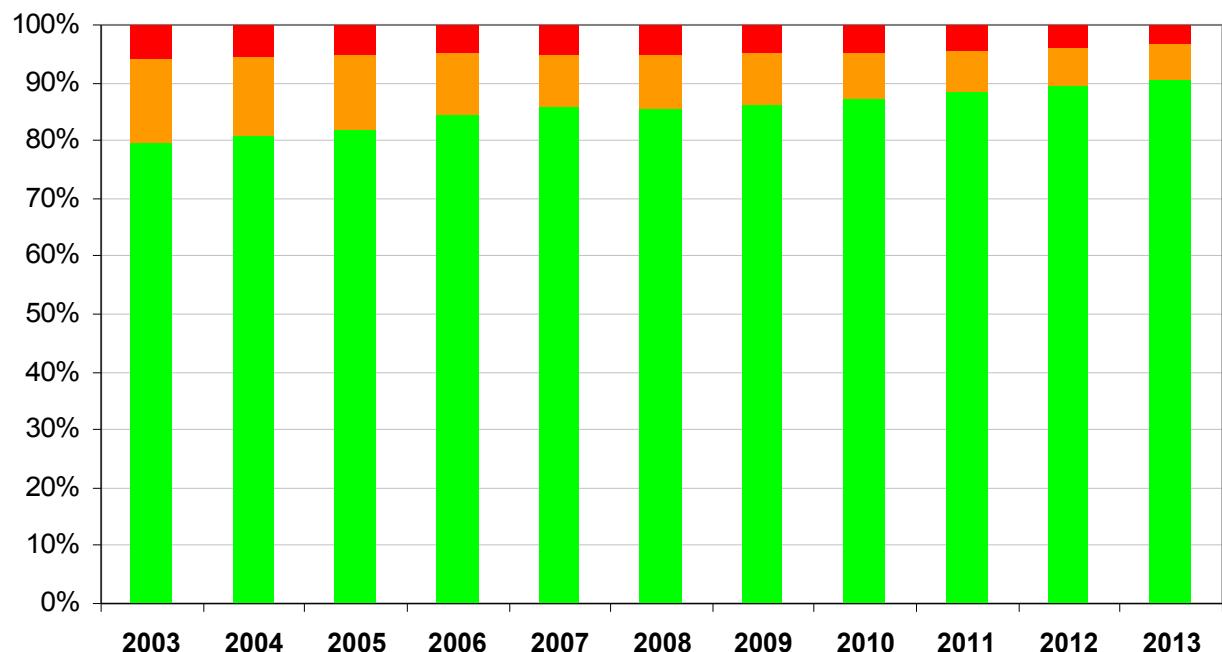
Ao longo do ano de 2013, várias ações foram desenvolvidas, foram 2015 novos perfis de risco incluídos nos sistemas, concluindo em importantes resultados para a sociedade.

Devido a essas ações de inteligência e com o objetivo de garantir a observância da legislação nacional nas atividades de comércio exterior e oferecer à comunidade de importadores, exportadores e demais intervenientes sistemas de controle que não obstaculizem o comércio internacional legítimo, observamos uma tendência de redução na quantidade de declarações selecionadas para os canais de conferência* além do crescente grau de eficácia no despacho de importação, conforme apontado nos gráficos.

(*) Na exportação, canais laranja e vermelho. Na importação, canais amarelo, vermelho e cinza.

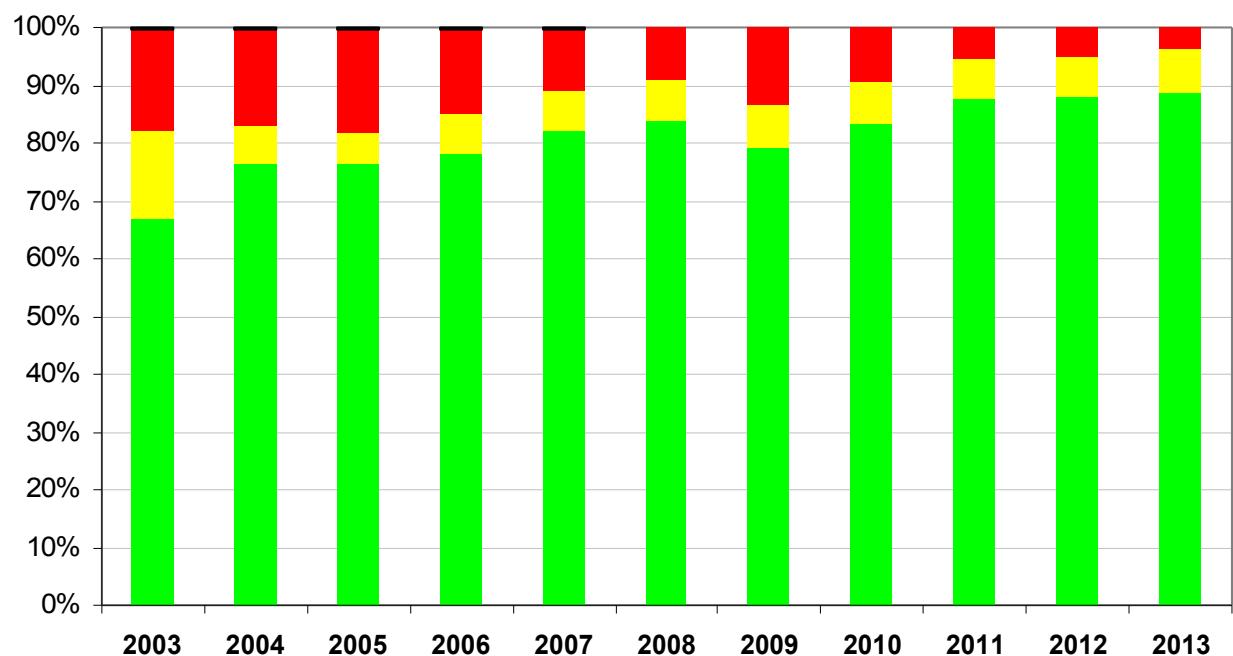
Distribuição de Despacho de Exportação por Canais de Conferência

Verde Laranja Vermelho

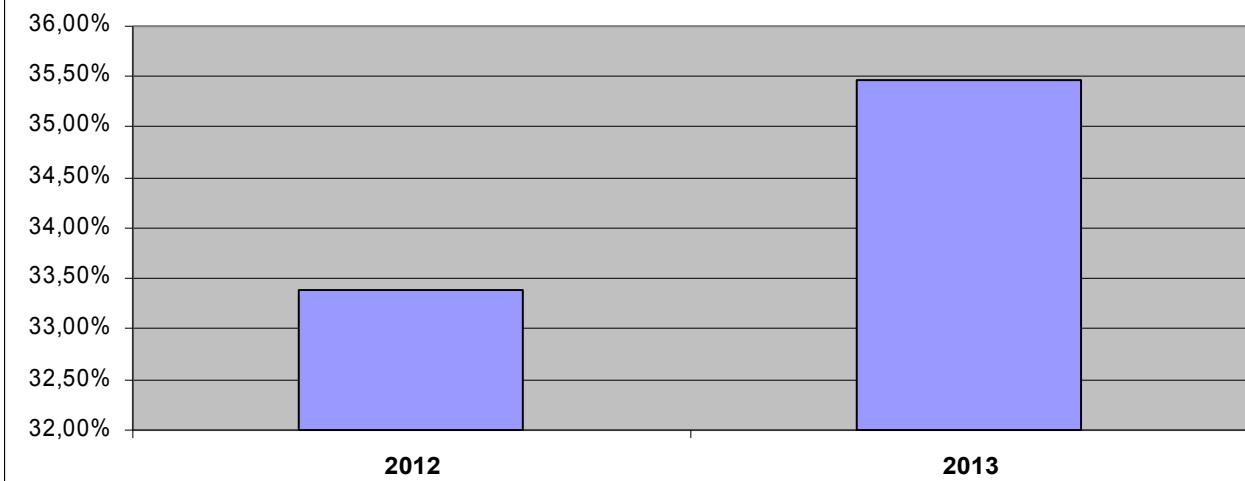


Distribuição de Despacho de Importação por Canais de Conferência

Verde Amarelo Vermelho Cinza



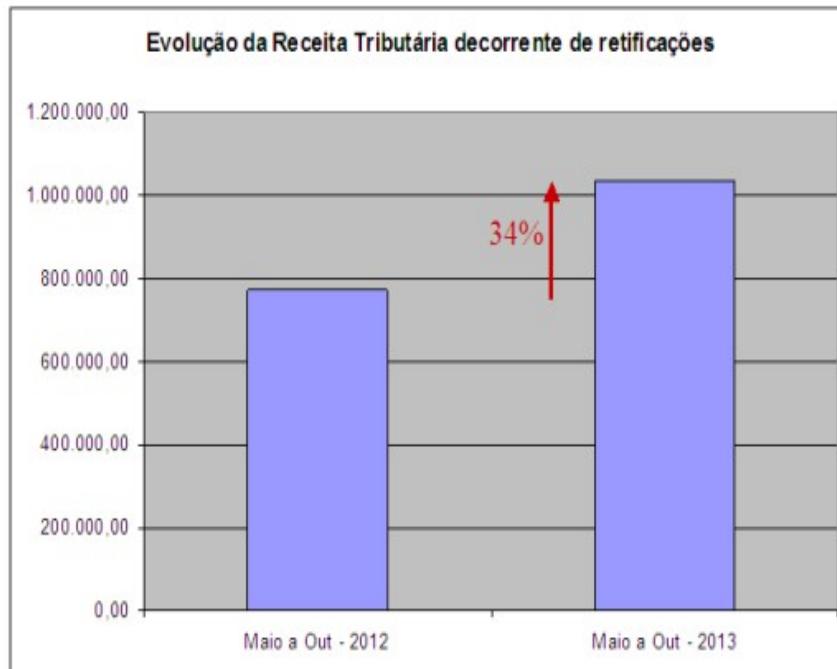
Evolução do indicador Grau de eficácia da seleção no despacho de importação



Exemplos de ações desenvolvidas pelo CERAD no ano de 2013:

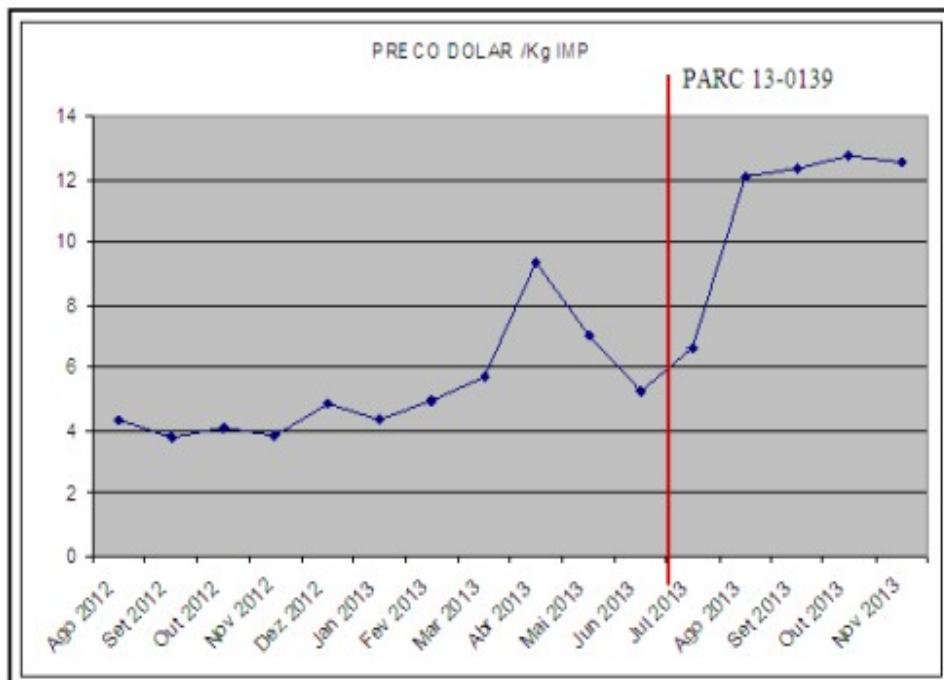
Fuga de Classificação Fiscal - Operação Lúmen (LED)

Produtos que deveriam ser classificados na NCM 8531.20.00, com alíquota do imposto de importação de 12%, estavam sendo classificados na NCM 8541.40.22, com alíquota de zero por cento (0%). Destacamos o incremento de 34% na arrecadação decorrente das retificações envolvendo as NCM de fuga, atingindo o valor de R\$1.035.313,09. Além disso, uma fiscalização de revisão decorrente da operação Lúmen apurou o crédito de R\$501.443,99 contribuindo para a sinalização do monitoramento e percepção de riscos aos importadores.



Subfaturamento - Bijuterias (NCM 71.17.19.00)

Bijuterias de preço muito baixo levaram o sistema de gestão de risco aduaneiro a interceptar dois contêineres procedentes da China, sob a suspeita de declaração de valor a menor. Todavia, ante laudo pericial versando sobre a composição das bijuterias, revelou-se que continham cádmio em concentração quase 4.000 vezes maior do que a permitida na União Europeia. Após a parametrização o preço dólar/kg passou a patamares muito superiores àqueles praticado anteriormente, de US\$4,32/kg (Ago 2012) para US\$12,53/kg (Nov 13).



1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e

- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2013, a Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri participou da elaboração, dentre outros, dos seguintes atos:

- **Medidas Provisórias nº 601/2012, nº 610/2013, nº 612/2013, nº 619/2013 e nº 634/2013** - Promoveram alterações no disciplinamento das contribuições previdências sobre a receita bruta instituídas pela Lei nº 12.546/11, demandando intensa atuação da Cosit/Copen/Ditri, principalmente na definição de quais atividades seriam contempladas pela substituição da folha, bem como na adequação dos textos a fim de preservar a segurança jurídica;
- **MP nº 609/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica;
- **MP nº 613/2013** - Institui nova sistemática de tributação do álcool;
- **MP nº 617/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;
- **MP nº 627/2013** - Dispõe sobre as novas regras do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, revogando o Regime Tributário de Transição – RTT; e
- **Lei nº 12.865/2013** - Adequou a base de cálculo do PIS/Cofins-Importação à decisão do STF (base de cálculo é somente o valor aduaneiro), eliminando os muitos litígios sobre a questão. O citado dispositivo foi proposto pela RFB e inserido como emenda no Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 615, de 2013.
- **Decreto nº 7.913/2013** - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.
- **Decreto nº 7.921/2013** - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.
- **Decreto nº 7.981/2013** - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
- **Decreto nº 8.015/2013** - Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
- **Decreto nº 8.072/2013** - Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.
- **Decreto nº 8.073/2013** - Altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011, que regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, para contemplar as alterações introduzidas pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.

- **Decreto nº 8.082/2013** - Altera o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas em geral.
- **Decreto nº 8.115/2013** - Altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, e dá outras providências.
- **Decreto nº 8.122/2013** - Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

Dentro das atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal e demais normas infralegais de competência da RFB, ressalta-se a atualização do Regulamento Aduaneiro pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013. Além disso, a minuta do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins encontra-se em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assim como a minuta do Regulamento de Custo da Previdência Social, que, depois de uma primeira análise daquela Procuradoria, foi ajustada pela Cosit para então retornar à PGFN. Por sua vez, as minutas do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e do Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido encontram-se já na Casa Civil da Presidência da República.

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) analisaram em 2013 mais de 93 mil processos, o que representa um incremento de cerca de 31% em relação ao quantitativo de processos julgados em 2012.

Em termos de valor, esses processos envolvem quase R\$ 126 bilhões, entre créditos tributários lançados e pedidos de ressarcimento, restituição, reembolso e compensação.

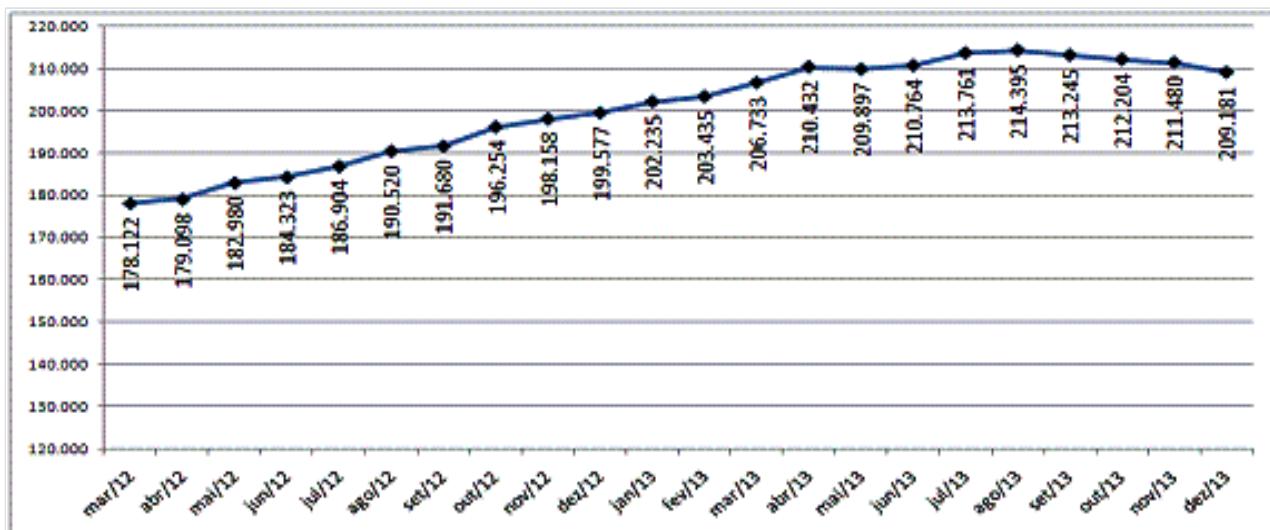
Os relevantes resultados obtidos são consequência do esforço e da dedicação do corpo funcional das DRJ no âmbito do programa de gestão virtual do acervo de processos em contencioso de 1^a instância. Referido programa, implementado em agosto de 2013 sob a condução da Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial da RFB, permitiu a distribuição otimizada de processos com temas similares em âmbito nacional, para julgamento conjunto, e acarretou mais celeridade no julgamento dos processos administrativos fiscais, principalmente daqueles considerados prioritários.

Como exemplo, o indicador, no final de 2013, do tempo médio de permanência em contencioso de 1^a instância dos processos de pessoas com mais de 60 anos, de portadores de moléstias graves ou de necessidades especiais, estava em 90 dias; no caso dos processos acima de R\$ 10 milhões, o tempo médio girava em torno de 150 dias.

No tocante ao acervo de processos aguardando julgamento, destaca-se que após uma curva ascendente constante até agosto de 2013, quando o número chegou perto de 215 mil processos, houve inversão da tendência, decorrente da implantação do programa de gestão virtual do acervo de

processos em contencioso de 1^a instância. Nesse sentido, em dezembro de 2013, o total de processos aguardando julgamento girava em torno de 209 mil, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Quantidade de processos aguardando julgamento no contencioso de 1^a instância



c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Realização de levantamentos com o objetivo de identificar processos que estivessem nas unidades para o cumprimento de diligência/saneamento. O foco foi nos processos com valor acima de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 90 dias e nos processos com valor abaixo de R\$ 5 milhões que estavam nas unidades há mais de 360 dias. O levantamento foi encaminhado aos Superintendentes de cada região fiscal para acompanhamento, de forma a verificar se a diligência já havia sido concluída ou para que fossem adotadas as providências necessárias para a conclusão das mesmas, com posterior envio às Delegacias de Julgamento para finalização do julgamento.

Consolidação da ampliação da participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), mediante a convocação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de Delegacias de Julgamento, alcançando-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento presencial de 55 sessões de julgamento (33 das três Seções do CARF e 22 da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF);

II) Maior alinhamento da atividade de acompanhamento com a Fiscalização, acrescentando, nos relatórios, informações relativas a oportunidades de melhorias nos procedimentos fiscais encaminhadas para a Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) e Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana); e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Elaboração e publicação interna de 26 Boletins de Decisões Administrativas relativos aos julgamentos ocorridos no CARF em 2013. Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

No tocante à identificação de interpretações divergentes no contencioso administrativo e propositura de soluções para a uniformização de entendimento, foram encaminhadas à Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) 5 consultas internas (1 relativa a IRPF e 4 relacionadas a tributos sobre comércio exterior) e 7 notas Cocaj, com sugestão de alterações normativas tangentes a tributos sobre o comércio exterior. Adicionalmente, foi iniciado o trabalho de identificação de teses divergentes relacionadas aos tributos IRPJ e CSLL.

Quanto à identificação de assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF, foi encaminhada a esse Conselho nota conjunta Cocaj/Cosit propondo a apreciação e aprovação de 9 súmulas.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

A Sutri participou da elaboração de:

- 25 Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:
 - IN RFB nº 1.370 - Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto);
 - IN RFB nº 1.396 - Dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - IN RFB nº 1.397 - Dispõe sobre o Regime Tributário de Transição (RTT); e
 - IN RFB nº 1.415 - Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
- 09 Portarias RFB, dentre as quais destacam-se:
 - Portaria RFB nº 379/2013 - Disciplina a formulação, o encaminhamento e a solução de Consulta Interna relativa à interpretação da legislação tributária e dá outras providências;

- Portaria RFB nº 1.098/2013 - Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alterada pela Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;
- Portaria RFB nº 1.880/2013 - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica; e
- Portaria RFB Nº 1.887/2013 - Aprova o Manual de Redação e elaboração de atos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e define modelo padrão dos atos editados no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 01 Ato Declaratório Interpretativo RFB.
- 27 Pareceres Normativos, sendo 25 revisando e atualizando Pareceres Normativos CST sobre IPI que, embora em vigor, faziam referência a normas já modificadas ou revogadas, 01 versando sobre as consequências da nova redação do art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, pela lei nº 12.766, de 2012, e 01 dispondo sobre o cálculo de contribuições previdenciárias decorrente de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas na justiça do trabalho contra empresas abrangidas pelo regime de tributação de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Cosit produziu também:

- 598 Notas Cosit
- 38 Notas Técnicas
- 31 Notas em Ação Judicial
- 01 Norma de Execução
- 01 Ordem de Serviço
- 74 Soluções de Consulta
- 39 Soluções de Divergência
- 43 Soluções de Consulta Interna

As Divisões de Tributação – Disit das 10 Regiões Fiscais responderam, em 2013, 2.474 Consultas.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Em 2013, o foco das ações de educação fiscal esteve voltado a estudantes universitários e a profissionais da área contábil e aduaneira.

Ao longo do ano foram realizados 13.153 eventos de Educação Fiscal em todo o Brasil, quantidade pouco superior à de 2012 (13.020).

Nos meses de fevereiro e julho, foram realizadas mais duas edições do evento “A Receita Federal Convida: Conheça Nossa Aduana”, programa de visitação às unidades aduaneiras da Receita Federal, contando com a participação de mais de 1.900 pessoas.

Iniciativa de educação fiscal recentemente implementada, o Autoatendimento Orientado está em funcionamento desde agosto em diversas unidades da Receita Federal e já contabiliza cerca de 204 mil atendimentos nesse novo formato. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, em que são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores da unidade.

Outra ação de educação fiscal de destaque em 2013 foram os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nesses núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos.

Atualmente, estão em atividade 30 NAF, sendo 22 no Rio Grande do Sul, 4 em Minas Gerais, 1 em Brasília, 2 em Alagoas e 1 em São Paulo.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2013, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a

que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;

- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

- **Pessoa Jurídica:** novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;
- **Pessoa Física:** novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)
- **Imóveis:** Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2013, como se destaca abaixo:

- ampliação da integração com as Juntas Comerciais para o deferimento concomitante do CNPJ com os atos registrais, atingindo 480 mil inscrições no CNPJ deferidas pelas Juntas Comerciais, que representa 65% do total;
- simplificação nos procedimentos de baixa do CNPJ trazidas pela IN 1429 de 23/12/2013;
- pré-homologação dos sistemas para integração dos cadastros fazendários e previdenciários (Cadastro Nacional de Obras e Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física);
- apropriação de quase 2 milhões de título de eleitor à base do CPF, aumentando a integração e controles no Cadastro de Pessoas Físicas.
- entrada em produção do Sistema de Atendimento de CPF do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Nessa primeira versão do sistema foi disponibilizado somente o serviço de inscrição para estrangeiros vinculados ao Programa Mais Médicos;
- pré-homologação do coletor web do cadastro de imóveis rurais – CAFIR que permitirá a transmissão de eventos desse cadastro pela internet.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2013, houve incremento significativo no volume de atendimentos por todos os canais disponibilizados pela Receita Federal, com menor tempo médio de espera, apesar de menor quantitativo de atendentes, conforme se depreende da leitura dos indicadores a seguir apresentados.

A quantidade de atendimentos presenciais em 2013 foi superior a 20 milhões, correspondendo a 1,7 milhão de atendimentos mensais, em média. Desses atendimentos, cerca de 18% foram realizados com agendamento prévio.

O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10m42s, sendo que 72% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

O sítio da Receita Federal na Internet contabilizou quase 2 bilhões de visitas a suas páginas (*page views*), enquanto que no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) foram acessados mais de 78 milhões de serviços.

As instituições conveniadas com a Receita Federal prestaram juntas mais de 10 milhões de atendimentos de CPF.

O Receitafone 146, atendimento telefônico da Receita Federal e da PGFN, recebeu mais de 11 milhões de ligações.

Além disso, estão em andamento no âmbito da Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) os projetos abaixo relacionados, que visam promover melhorias no atendimento da Receita Federal e alavancar o desempenho apresentado:

- Modernização do Atendimento Presencial;
- Novo Portal de Serviços;
- Visão Integrada do Atendimento (VIA);
- Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana;
- Modernização do Atendimento Presencial;
- Integração do Atendimento da Receita Federal e da PGFN;
- Recuperação e Registro da Memória Institucional;
- Preservação e Divulgação do Acervo;
- Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF);
- Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3

Além dos dados apresentados, cabe mencionar outras ações já concluídas ou em andamento que objetivam simplificar procedimentos para conferir ao atendimento mais eficiência, conforme a seguir:

- a publicação da Instrução Normativa 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento, confere maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação;
- a publicação da Instrução Normativa 1.429, de 23 de dezembro de 2013, que altera os procedimentos de baixa do CNPJ, tornou mais fácil ao contribuinte a obtenção da baixa do CNPJ, desonerando o atendimento e dando mais segurança e fidedignidade a esse cadastro.

Foi também iniciado o processo de simplificação da regularização de obras e formalizado, por meio da Portaria nº 1.880, de 24 de dezembro de 2013, a desnecessidade de o atendimento exigir firma reconhecida nos documentos entregues à Receita Federal, ressalvados os casos de Procuração RFB, imposição legal ou no caso de dúvida fundada quanto à autenticidade da assinatura apostada no documento apresentado.

Em Paranaguá, foi implementado, com êxito, o piloto do projeto de Atendimento Integral dos tributos internos e aduaneiros em uma única unidade. O piloto trouxe muitos subsídios que permitirão a construção de um modelo nacional para implantação do Atendimento Integral nas demais unidades da Receita Federal.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Descrição sucinta das principais atividades;
- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.
- Gerir ouvidoria

Comunicação Social

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta-metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita Federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

Ouvidoria da Receita Federal

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (SisOuvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria da Unidade Central trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação. Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3^a, 6^a e 9^a Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

No decorrer do exercício de 2013 foram recepcionadas 64.622 mensagens na Ouvidoria da Receita Federal, com média mensal de 5.385 manifestações.

Quanto ao tipo de mensagem, foram contabilizados 590 elogios, 622 sugestões, 2.870 solicitações diversas, 23.093 pedidos de informação e 34.820 reclamações.

1.5 - Macroprocessos de Apoio

1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e

Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2013, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do Secretário da RFB assim como do Secretário-Adjunto, dos Subsecretários e dos Superintendentes regionais, tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que contam com a presença do Secretário da RFB assim como da Secretário-Adjunto e dos Subsecretários, tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

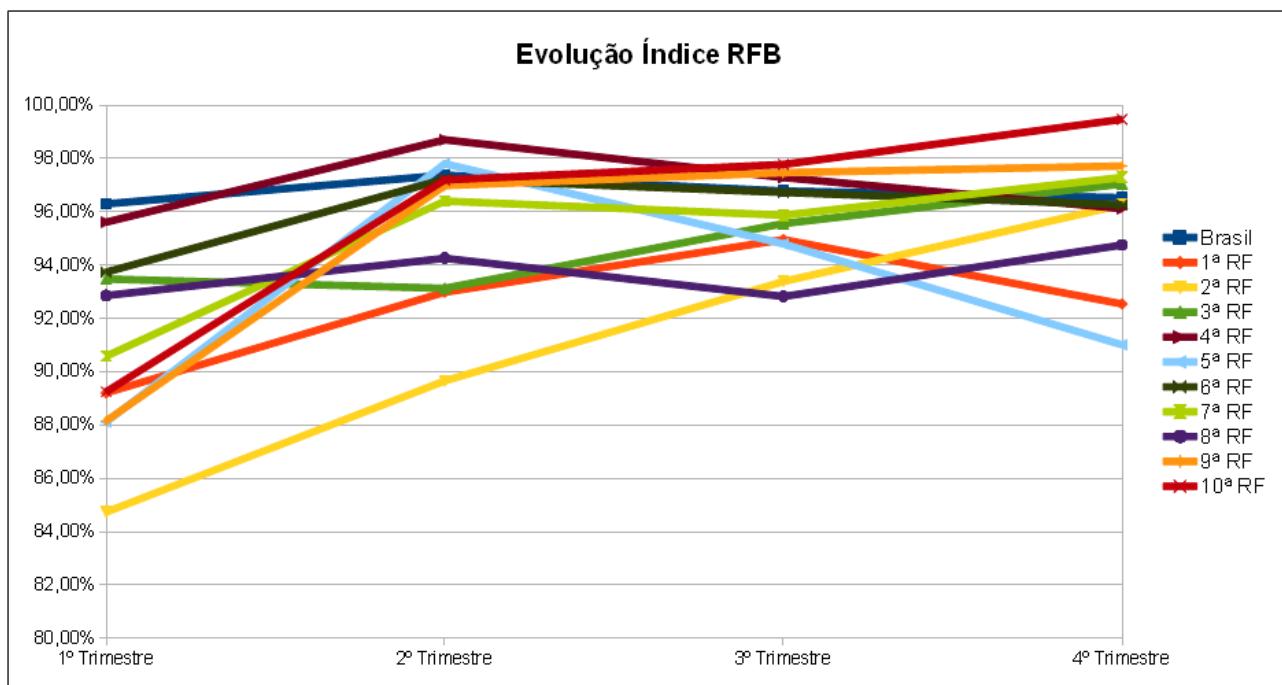
Consolidação do Índice RFB

O Índice RFB, construído em 2011, com a colaboração das unidades centrais e regionais, procura agregar os resultados de indicadores estratégicos desdobláveis, para possibilitar a medição do desempenho da RFB e das unidades regionais. Consolidado como importante instrumento de avaliação institucional, o referido índice sofreu algumas alterações, consequência da revisão do Painel de Desempenho e teve, em 2013, a configuração apresentada a seguir:

Bloco	% Bloco	Indicador Estratégico	Peso	
			% Ind.	% Total
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	18%	Índice de realização da meta global de arrecadação	50%	9,00%
		Índice de adimplência do crédito tributário	15%	2,70%
		Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	35%	6,30%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	28%	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	17%	4,76%
		Indicador global da fiscalização (IGF)	34%	9,52%
		Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	8%	2,24%
		Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	12%	3,36%
		Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	9%	2,52%
		Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	20%	5,60%
Administração Aduaneira	18%	Grau de fluidez do despacho de importação	26%	4,68%
		Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação	26%	4,68%
		Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	48%	8,64%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	12%	Tempo médio de contencioso de primeira instância	75%	9,00%
		Índice de litigância administrativa		
		Índice de solução de consultas	25%	3,00%
Interação com a Sociedade	12%	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	58%	6,96%
		Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes	26%	3,12%
		Indicador de atividade de educação fiscal	16%	1,92%
Gestão Corporativa	12%	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	40%	4,80%
		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	40%	4,80%
		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	20%	2,40%

Pela tabela acima, verifica-se que sua fórmula de cálculo foi definida como o percentual médio ponderado do alcance das metas estabelecidas para 22 indicadores estratégicos selecionados. Esta ponderação é feita por meio da definição de pesos individuais para esses indicadores, que foram distribuídos pelos Macroprocessos da Cadeia de Valor, e outros pesos para os próprios Macroprocessos. Dois indicadores apresentam percentuais de participação igual a zero, pois ainda estão com status “Não disponível”. A última apuração do Índice RFB ocorreu em janeiro de 2014, referente à dez/2013. Abaixo, temos a comparação e evolução dos resultados apurados em 2013:

RF	ÍNDICE RFB 2013								
	4º Trim/2012		1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre
	Resultado	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação
Brasil	93,21%	96,30%	3,31%	97,38%	1,12%	96,78%	-0,61%	96,53%	-0,26%
1ª	93,05%	89,21%	-4,13%	92,99%	4,23%	94,96%	2,12%	92,54%	-2,54%
2ª	95,51%	84,74%	-11,28%	89,66%	5,81%	93,39%	4,15%	96,26%	3,08%
3ª	94,08%	93,48%	-0,63%	93,13%	-0,37%	95,56%	2,61%	97,05%	1,56%
4ª	94,63%	95,61%	1,04%	98,70%	3,23%	97,29%	-1,43%	96,12%	-1,20%
5ª	95,66%	88,12%	-7,88%	97,81%	10,99%	94,80%	-3,08%	91,01%	-3,99%
6ª	90,55%	93,74%	3,52%	97,23%	3,72%	96,73%	-0,51%	96,26%	-0,48%
7ª	94,62%	90,59%	-4,26%	96,40%	6,42%	95,87%	-0,55%	97,29%	1,48%
8ª	91,54%	92,86%	1,45%	94,26%	1,50%	92,83%	-1,52%	94,76%	2,08%
9ª	89,64%	88,16%	-1,65%	96,99%	10,01%	97,47%	0,50%	97,72%	0,26%
10ª	96,95%	89,25%	-7,94%	97,20%	8,90%	97,78%	0,60%	99,47%	1,73%



Em que pese sua consolidação, o Índice RFB ainda é objeto de difusão e aperfeiçoamento contínuos, para que efetivamente sirva para sua finalidade. Novamente, neste processo de evolução, a participação e a contribuição das unidades centrais e descentralizadas têm sido e continuarão sendo de grande importância.

Consolidação do Plano de Contribuição

O Plano de Contribuição 2013/2014 foi um instrumento de gestão implementado durante o ano de 2012 e consolidado em 2013. Ele se propõe a direcionar e organizar a contribuição das subsecretarias, unidades de assessoramento direto ao Gabinete da RFB e superintendências regionais para a Estratégia da RFB. Isso se dá mediante a definição de diretrizes e seleção de iniciativas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

As diretrizes têm o propósito de detalhar e dar foco aos objetivos estratégicos. Elas foram definidas pelas unidades centrais que estão envolvidas com o cumprimento dos objetivos estratégicos. A seguir, a relação das diretrizes por objetivo:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
prestados à sociedade	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reducir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tri-

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	butárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reducir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

O Plano de Contribuição 2013/2014 tem:

- 16 Objetivos Estratégicos impactados;
- 52 Diretrizes estabelecidas;
- 409 Iniciativas elencadas.

É importante ressaltar que o Plano de Contribuição 2013/2014 serviu de base para a distribuição orçamentária do ano de 2014, alinhando o orçamento à estratégia.

Evolução do Sage-RFB

Durante o ano de 2013, foram implementadas novas melhorias no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Sage-RFB). Abaixo, uma relação não exaustiva dos itens que foram disponibilizados no sistema:

- Criação dos formulários de processos de trabalho, possibilitando os vínculos desses processos com as iniciativas, os indicadores e os objetivos estratégicos;
- Disponibilização da Cadeia de Valor, com os 'links' para os formulários de processos de trabalho e os semáforos de desempenho dos processos, construídos com base em vínculos com os indicadores estratégicos;
- Evolução dos formulários de indicadores estratégicos, possibilitando sua ampliação para o nível local ou, até mesmo, para inserção de indicadores de processo de trabalho.

Apresentam-se, em seguida, alguns números a respeito do nível de utilização do Sage-RFB, extraídos do sistema em 20/01/2014:

- São 3067 usuários cadastrados no sistema, o que representa um crescimento de mais de 14% em comparação com o ano de 2012;
- São 1909 iniciativas cadastradas com o status “Não iniciada” ou “Em execução”, o que dá cerca de 9 iniciativas por unidade cadastradora;
- São 3453 iniciativas cadastradas, sendo 896 com status “Não iniciada” e 1013 com status “Em execução” e 1101 com status “Concluída”;

Distribuição por status				
Status	2012		2013	
Não iniciada	939	32,08%	896	25,95%
Em execução	951	32,49%	1013	29,34%
Concluída	708	24,19%	1101	31,89%
Outras	329	11,24%	443	12,82%
Total	2927	100%	3453	100%

- O aumento do percentual de iniciativas concluídas comprova a utilização efetiva do sistema pelos gerentes de projetos.
- Maior percentual de programas e projetos (60%) que de ações contínuas, tanto em 2012 como em 2013:

Distribuição por Tipo – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Tipo	2012		2013	
Programas	92	4,87%	94	4,93%
Projetos	1043	55,19%	1079	56,52%
Ações	755	39,95%	736	38,55%
Total	1890	100%	1909	100%

- Persiste um grande percentual de iniciativas regionais e locais (mais de 80%), o que pode indicar haver grande participação das unidades descentralizadas na execução do planejamento:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Institucionais e Nacionais	308	16,29%	324	16,97%
Regionais	343	18,15%	350	18,34%
Locais	1239	65,56%	1235	64,69%
Total	1890	100%	1909	100%

- Grande percentual de iniciativas aprovadas pelos Chefes das Unidades, o que atesta a participação das lideranças das unidades, em que pese a ocorrência de um decréscimo percentual com relação a 2012:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Aprovadas	1187	62,80%	1084	56,78%
Regionais	703	37,20%	825	43,22%
Total	1890	100%	1909	100%

Construção dos Cenários Prospectivos

A Receita Federal do Brasil (RFB) tem se valido de estudos prospectivos para a construção de cenários com o fito de aprimorar a sua visão de futuros possíveis, o seu processo de gestão estratégica e a sua capacidade de construir o futuro da administração tributária e aduaneira do país. Tudo no sentido de gerir as incertezas críticas de longo prazo que podem vir a impactar a RFB.

Em 2011, foi realizado um estudo prospectivo para a construção de Cenários Prospectivos ambientais como parte da base do planejamento para o período 2012-2015. Em 2013, foi a vez de se implementar um Projeto para a construção de Cenários Prospectivos para a RFB como subsídio para a

formulação das Políticas Tributária e Aduaneira até 2022. Desta feita, os Cenários construídos foram de negócio, ou seja, desceu-se a um nível de especificidade maior para atender ao cumprimento de um objetivo estratégico.

Os Cenários Prospectivos construídos levaram em consideração vários temas chamados de “Incertezas Críticas”, entre os quais podem ser citados: o contexto internacional, o contexto econômico nacional, a política ambiental, o exercício da cidadania, a demografia e a tecnologia. Todos esses temas foram analisados sob a ótica da sua influência nas Políticas Tributária e Aduaneira.

Foi constituído Grupo de Trabalho através da Portaria RFB no 1073, de 07 de agosto de 2013, com o fim específico de construir Cenários Prospectivos para a RFB: Subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira do Brasil para o período 2013 – 2022, conforme os objetivos e diretrizes que constam na Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

Como resultado do Projeto “A construção de Cenários Prospectivos para a RFB: subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira” foram criados dois Cenários Prospectivos, denominados: “Bachianas” e “Dissonância”, apresentados ao Gabinete da RFB em 10 de dezembro de 2013.

O projeto contemplou a construção da Matriz Morfológica, da descrição de todas as suas formas e dos Cenários Dissonância e Bachianas; assim como a estruturação dos cenários na forma de *e-Book*, entregue ao Gabinete em 17 de janeiro de 2014.

Além disso, em fase final de execução, está prevista a entrega do “Relatório Final” até meados de fevereiro de 2014, assim como a inserção do mesmo no Clarity, pois pretende-se deixar o relatório final junto ao projeto naquele sistema como forma de permitir fácil consulta por futuros interessados a tudo que foi executado.

b) Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2013, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas três oficinas de modelagem de processos, que capacitaram, em nível básico, 44 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Outro ponto de destaque no ano de 2013 foi a publicação da Portaria RFB nº 1234, no dia 03 de setembro de 2013, que teve por objetivo estabelecer diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos e procedimentos para Modelagem da Situação Atual de processos de trabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras providências.

Oficinas de Modelagem de Processos

Na busca pela disseminação da cultura de Gestão por Processos na RFB, disponibiliza-se frequentemente eventos de capacitação para os servidores da instituição. Nesse sentido, já foram concretizados sete eventos desde 2012 com foco em Modelagem de Processos e Gestão por Processos.

Durante o ano de 2013 foram realizadas a 5^a, 6^a e 7^a Oficina de Modelagem de Processos que visaram capacitar servidores das mais diversas áreas para apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Cabe destacar a concretização da primeira “Oficina Temática” (7^a Oficina) onde o exercício prático desenvolvido pelos participantes consistiu na modelagem de um processo específico da Sucor/Cogep, adaptado para fins didáticos, denominado Remover Servidores por Permuta.

Como conteúdo programático, destaca-se:

- Alinhamento conceitual sobre processos, cadeia de valor, gestão de processos e gestão por processos;
- Alinhamento conceitual sobre notação de modelagem de processos de negócio BPMN (*Business Process Modeling Notation*);
- Exercício prático, a partir do qual os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de modelagem;
- Utilização da ferramenta de modelagem Aris Express;
- Metodologia de Modelagem da Situação Atual de Processos utilizada implementada para a RFB.

c) Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e
- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida;

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas Unidades Centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. O processo de priorização em 2013 seguiu as diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, os Macroprocessos da Cadeia de Valor e definições do Plano de Contribuição para a Estratégia.

A partir da priorização foram selecionados treze novos Projetos Estratégicos Institucionais que passaram a compor o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

O Monitoramento e controle do andamento dos projetos estratégicos foi promovido por meio de realização de sete "Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE - UC" durante o ano, com a presença do Secretário, Subsecretários e gerentes de projetos, quando necessário.

Com relação a disseminação da cultura em Gerenciamento de Projetos, foram realizadas duas turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados 241 servidores em todo o Brasil, além de duas turmas de curso presencial de "Gerenciamento de Projetos com ênfase em cronograma".

Houve, também, a realização de oficinas com foco em Metodologia e uso da ferramenta de gerenciamento de projetos e portfólio Clarity para os gerentes e equipe dos novos Projetos Estratégicos Institucionais.

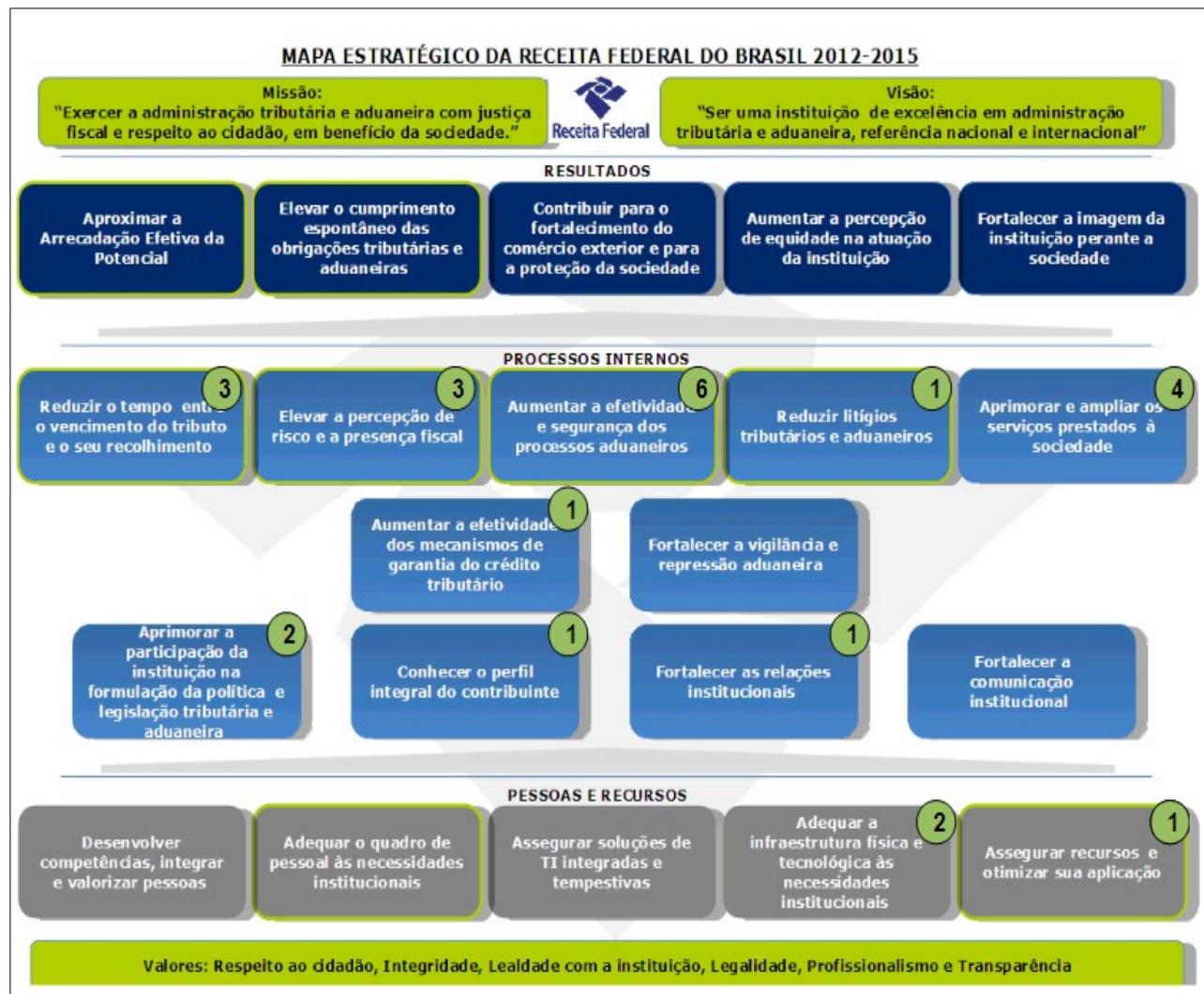
Além disso, houve a realização de Seminário com foco em "Análise de Cenário na Gestão de Projetos" com participação de cerca de cem pessoas.

Estrutura do Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais

Os critérios para definição e priorização dos Projetos Estratégicos Institucionais foram revistos de acordo com a nova estratégia da RFB para o período 2012-2015. Para definição do novo Portfólio dos Projetos Estratégicos Institucionais, que são acompanhados diretamente pelo Gabinete do Secretário e utilizam a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico da RFB 2012-2015.

O Gabinete RFB, com a participação dos Subsecretários e Unidades vinculadas diretamente ao Gabinete, selecionaram os projetos que passariam a compor a nova lista de Projetos Estratégicos Institucionais da Receita Federal. A seguir, os quantitativos agrupados por Objetivos Estratégicos.

Por Objetivos Estratégicos



Destaca-se que não houve grandes alterações em relação ao portfólio de projetos estratégicos anterior, visto que a relação de projetos de 2013 atinge o mesmo número de objetivos estratégicos que a relação de 2012. Também é interessante ressaltar que a maioria dos projetos se enquadram nos objetivos estratégicos referentes aos processos internos, principalmente nos objetivos “aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros” e “aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade”.

d) Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

Endereço: <http://intranet.receita.fazenda/administracao/copav/canal-da-inovacao>

O Canal de Inovação permite a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de se manifestar como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, instituiu, em 2002, o "Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antônio Schöntag (Prêmio Schöntag)".

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 - 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, em âmbito nacional, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos.

Atividades realizadas:

- **Implantação do Portal do ITR para Municípios Conveniados.**

- Foi implantado em 8 de julho de 2013 o sistema de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para Municípios Conveniados, denominado Portal do ITR.
- O sistema permite a execução das atividades de fiscalização e cobrança pelo município que celebrar convênio com a RFB, nos termos da Lei nº 11.250/2005 e Decreto nº 6.433/2008.
- Foram treinados 761 Agentes Fiscais Municipais por meio de dois Programas de Ensino à Distância (EAD) executados pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, realizados nos períodos de abril/maio e de agosto/setembro de 2013.
- 1882 Municípios celebraram convênio com a RFB dos quais 153 o fizeram no 2º semestre de 2013.
- A Cocif exerce a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do ITR – CGITR, tendo realizado 6 Reuniões Ordinárias.
- Na XVI Marcha em Defesa dos Municípios, realizada no período de 10 a 11.07.2013, apresentamos o Portal do ITR para Municípios Conveniados com o objetivo de divulgação do sistema, estímulo à celebração de convênio com a RFB (oportunidade) e apresentação das condições para a habilitação no sistema.

- IX Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT

- O IX ENAT foi realizado no período de 7 a 9 de outubro de 2013 na cidade de Fortaleza-CE com a participação de 230 agentes tributários federais, estaduais e municipais.
- O ENAT foi criado com o objetivo de integrar as administrações tributárias (EC nº 42/2003).
- Foram realizadas 26 palestras/exposições sendo: RFB (13), Municípios (8) e Estados (5). Registrhou-se aumento significativo da participação dos municípios.

- Intercâmbio de Informações Tributárias

- Conclusão da formatação dos registros das informações coletadas pela RFB para repasse para os estados e os municípios. A formatação é orientada para o fato gerador do tributo administrado. Essa atividade é desenvolvida pelo Grupo de Trabalho ENAT 01, coordenado pela Cocif.

- Estrutura de cooperação e integração

- Foram apresentadas propostas para **(i)** regulamentação do ENAT no âmbito da RFB e **(ii)** para gestão das representações institucionais.

- Repositório Nacional de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

- Foi a concluída a negociação para a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo junto ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República -SAF/SRI (Resolução CAF nº 12/2013), para desenvolver proposta de estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, sob a coordenação da RFB.

- Processo Eletrônico Nacional

- A Cocif coordenou as atividades decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a RFB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP para a construção de um sistema de processos administrativos eletrônicos comprometendo-se a disponibilizar produtos e informações referentes à iniciativa e-Processo. Foram realizados dois eventos para definição do módulo de interoperabilidade.

- Relações Institucionais

- Com o objetivo de fortalecer as relações institucionais da RFB com seus parceiros, a Cocif coordenou e/ou realizou 36 eventos de negociação. Destacam-se, com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SAF/SRI, a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SEMF/PNAFM, o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, a Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre

Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - COTEPE/ICMS, a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República – SDH, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, o Ministério da Previdência Social – MPS, com entidades representativas de estados e municípios: CMN, ABM, FNP, ENCAT e ABRASF; e com diversa Secretarias de Fazenda e Tributação e Finanças de Estados e Municípios na formulação de soluções conjuntas para situações específicas e pontuais.

- Transferência para a SPOA/MF da gestão dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA.

- Foi concluída a negociação para a transferência dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA, para a SPOA-MF que passou a administrar a Rede RIS a partir de 1º.10.2013.
- Os valores transferidos para a RFB em decorrência dos convênios foram resarcidos para os conveniados de acordo com determinação do CONFAZ.

c) Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a

forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta-metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o

aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares *stricto sensu* abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar, a análise da admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores, e a apuração de responsabilidade pelo eventual cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos processos disciplinares em curso e aos servidores neles envolvidos; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e

de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de admissibilidade, evitando-se a instauração de PAD, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

No que se refere à prevenção aos ilícitos funcionais, uma das principais linhas de atuação da Coger é o denominado Projeto Proteger, sistema de palestras que procura apresentar a forma de atuação da Coger, com ênfase na abordagem preventiva e didática da área disciplinar, na busca de informar e conscientizar os servidores sobre a postura a ser adotada no exercício de suas atividades. A atuação correcional no combate à corrupção e na manutenção da integridade organizacional, em última análise, propicia segurança profissional e proteção institucional ao bom servidor, além da obtenção de positivos impactos em termos de arrecadação tributária.

O balanço do Projeto Proteger em 2013 foi extremamente positivo, tendo sido alcançados os objetivos de aproximar o sistema correcional das unidades de ponta e de propiciar à categoria uma correta e isenta informação acerca da forma legal, impessoal, razoável e concatenada com a Administração da RFB com que a Coger atua.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e gerir riscos institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” é patrocinada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, alcançando atividades finalísticas e de apoio, tais como: atendimento ao público externo, controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias contínuas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do

cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual das Unidades da RFB e a consolidação e o fornecimento de informações para a Prestação de Contas da Presidência da República.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e da metodologia, os estudos e prospecções de melhores práticas e métodos e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos. Além disso, compõem os trabalhos dessa área a análise e emissão de pareceres de risco, o acompanhamento da implementação dos tratamentos e dos níveis de riscos, bem como o fornecimento de subsídios para a atuação da auditoria interna.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Desde 2010, o processo de planejamento orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) tem evoluído no sentido de garantir o cumprimento das iniciativas estratégicas da organização, definidas conforme planejamento estratégico institucional, e as necessidades de manutenção das suas atividades finalísticas.

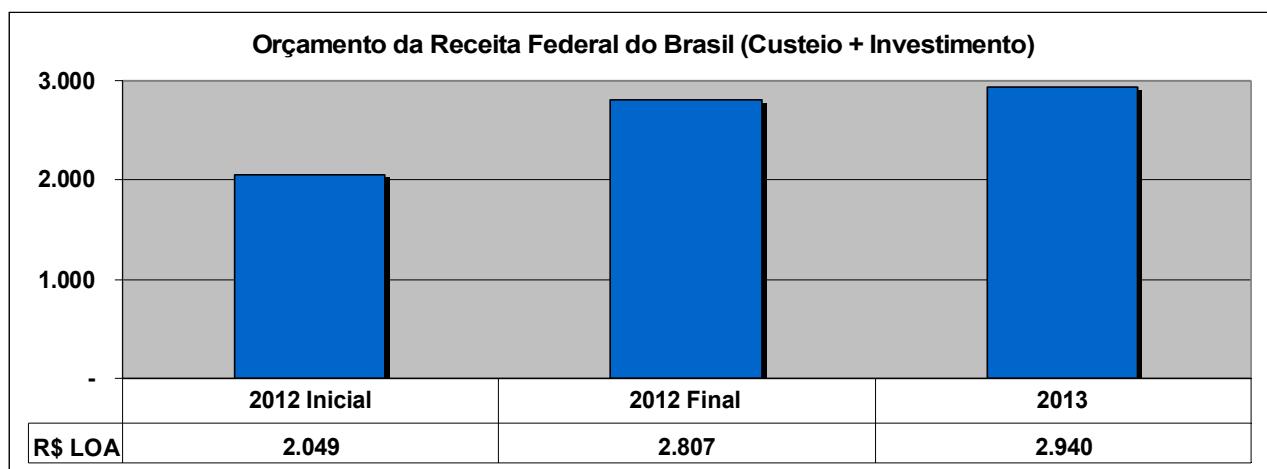
O processo orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) inicia-se com o alinhamento do orçamento à estratégia da instituição, por meio de Iniciativas Estratégicas, vinculadas ao Mapa Estratégico e aprovadas pela área de planejamento e pelo Secretário da RFB.

Em seguida, a RFB coleta as necessidades orçamentárias de todas as suas 177 Unidades Gestoras, as analisa conforme as características de cada unidade e as consolida. Em caso de pedidos

específicos, como Tecnologia da Informação e Treinamentos, as respectivas áreas também fazem uma análise crítica das necessidades apresentadas. Após feita a consolidação dos valores, tem-se a proposta orçamentária prévia. Em 2013, os valores solicitados para o orçamento da RFB somaram R\$ 3,492 bilhões de reais, valores estes referentes às ações discricionárias.

Posteriormente, a RFB recebe o referencial monetário, limitando o valor da proposta. Como geralmente as necessidades são maiores do que o valor disponibilizado, faz-se necessária uma readequação, com a eliminação de despesas anteriormente previstas. Para tanto, são feitas várias discussões, com a participação de atores diversos. Em 2013, a LOA da RFB foi de R\$ 2,940 bilhões de reais, representando 84,2% do pedido (em relação às despesas discricionárias).

Apesar de o Congresso Nacional não ter aprovado o orçamento de 2013 tempestivamente, o exercício foi iniciado com uma expectativa positiva, pois quando da elaboração da proposta orçamentária, em 2012, houve, mesmo que parcialmente, o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão, o que significou um aumento de 43% relativamente à LOA 2012 inicial (5% da LOA 2012 final).



No que se refere apenas às despesas discricionárias, após levantamento de suas necessidades, a RFB solicitou para 2013 o montante de R\$ 3,492 bilhões de reais, tendo sido consignado em LOA R\$ 2,940 bilhões de reais, o que representa 84,2% do valor solicitado. Desse valor, R\$ 413 milhões estavam vinculados à reestruturação e modernização das atividades da RFB em todo o território nacional.

Durante o exercício, porém, a situação não se mostrou tão positiva. O atraso na aprovação do orçamento resultou no bloqueio dos recursos de investimento no início do ano e, como consequência, impediu que as diversas unidades da RFB pudessem iniciar seus processos de contratação já nos primeiros meses do exercício. Além disso, tão logo o orçamento foi aprovado, houve contingenciamento de R\$ 1.051 milhões (35,7% do orçamento total, que representava 50,5% do custeio total) o que obrigou a RFB a solicitar a aplicação de parte do contingenciamento em recursos de investimento, do contrário seria impossível manter suas atividades até o final do exercício.

Adicionalmente, houve também uma forte limitação à execução das despesas de custeio, que foram inicialmente limitadas a 80% dos valores gastos em 2012, por itens de gasto dispostos na Portaria MPOG nº 268/2013, mas que posteriormente foi flexibilizado para 80% do total gasto em 2012, diante da notória impossibilidade de manter as 662 unidades da RFB em funcionamento sem o mencionado ajuste.

Como resultado de todos os desafios expostos, foi necessário que a RFB negociasse junto a diversas instâncias do Ministério da Fazenda (MF) para buscar a redução no contingenciamento aplicado ao órgão e expansão dos limites para empenho de despesas de custeio.

Não obstante a essas dificuldades, a RFB encerrou o exercício de 2013 com a utilização 98% da dotação orçamentária disponível (LOA menos o valor contingenciado que ficou em R\$ 465,6 milhões, sendo R\$ 272,2 milhões em custeio e R\$ 193,4 para investimento), sendo os principais investimentos realizados:

- demandas de devolvimentos de novos sistemas de tecnologia da informação junto ao SERPRO e DATAPREV no valor de R\$ 333,8 milhões;
- do total de R\$ 226,7 milhões empenhados na ação orçamentária Fortalecimento Institucional:
 - R\$ 103,5 milhões foram para Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteiras da RFB;
 - R\$ 53 milhões para Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação da RFB;
 - R\$ 37,2 milhões para Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB, sendo o seu maior investimento realizado para aquisição equipamentos de Raios-X do tipo Escâner Móvel (empenho de R\$ 61.368.300, sendo R\$ 22.368.300 com recursos dessa ação e R\$ 39.000.000 com recursos recebidos da Secretaria extraordinária para grandes eventos do MPOG)
 - investimento em capacitação e Especialização de Servidores da RFB da ordem de R\$ 25,4 milhões;
 - R\$ 43,5 milhões foram empenhados para atender ações específicas de obras de engenharia de grande vulto – chamadas obras destacadas –, sendo a de Construção da nova sede da DRF de Franca em SP a que contratou o maior valor R\$ 16,8 milhões;
 - investimento de R\$ 35,4 milhões em aquisição de máquinas e equipamentos e outras obras.

Não fossem as situações já mencionadas que adiaram as contratações, há forte indícios de que a RFB executaria a totalidade do seu planejamento estratégico reservado a 2013, pois somente no mês dezembro de 2013 foram empenhados 69% da dotação disponibilizada para investimento.

b) Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: Todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2013, teve como principais atividades:

- a) Conversão de 3.300 processos de depósitos recursais oriundos de autuações do Ministério do Trabalho em renda União;
- b) Contabilização mensal, conforme legislação contábil vigente, dos impostos e contribuições federais a receber. Em 2013, o estoque desses créditos no Ativo da RFB representou cerca de 970 milhões de reais;
- c) Contabilização mensal da previsão de restituições do imposto de renda da pessoa física;

- d) Registro mensal da conformidade contábil que representa a regularidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão das Unidades Gestoras;
- e) Mapeamento de processos de trabalho da Setorial de Contabilidade da RFB;
- f) Atividades relacionadas à elaboração e entrega, ao TCU e CGU, do Processo de Prestação de Contas Anual da RFB;
- g) Análise e regularização da conta de depósitos de terceiros da RFB que apresentava inconsistências há vários anos. A regularização consistiu em baixa de saldos de aproximadamente 5.000 CNPJ's e CPF's que apresentavam valores recolhidos aos cofres da União através de códigos inválidos de DARF's;
- h) Orientação e acompanhamento em relação à elaboração e envio, por parte de todas as UG's da RFB, da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF;
- i) Treinamento, atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Setorial de Contabilidade da RFB em razão das mudanças na contabilidade pública que serão implantadas a partir de 2014 e 2015 como o novo plano de contas do governo federal e a nova plataforma do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- j) Orientação tempestiva e adequada aos contadores das Setoriais Regionais de Contabilidade na solução das inconsistências contábeis detectadas pelas Unidades Gestoras da RFB;
- k) Gestão e execução contábil utilizada como ferramenta indispensável para a prestação de assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União; e,
- l) Geração de informações a partir da escrituração contábil objetivando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 315 mil acomodamentos na Central de Serviços. Nesta área, o já consolidado Modelo GSERV – modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, foi novamente premiado, sendo um dos vencedores do Prêmio TI & Governo 2012.

Já no planejamento, este foi um ano grandes avanços no que diz respeito ao planejamento estratégico de TI. Foi realizada uma série de reuniões, designadas como Encontros de Planejamento Estratégico de TI, que contaram com a participação de todas as áreas da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, com o objetivo de definir o Mapa Estratégico da área, buscando a condução coordenada e corporativa da TI da RFB.

Além disso, ao longo de 2013, realizou-se a gestão da execução do Portfólio de Produtos de TI (PPTI) 2013, garantindo o alinhamento das iniciativas de desenvolvimento de sistemas com o planejamento realizado pela alta administração. E, em mais um ciclo do processo, foi concluído o planejamento do PPTI para 2014. No primeiro semestre de 2013, a Receita Federal já possuía a prévia do PPTI 2014, a qual foi utilizada para subsidiar o planejamento do orçamento de TI, e no final do ano, o PPTI 2014 foi publicado, refletindo o orçamento de TI previsto para a Receita em 2014.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Neste ano, podemos destacar os significativos avanços no desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis (APPs). Em 2013, a Receita Federal consolidou sua participação

no mundo *mobile*, disponibilizando mais quatro produtos, sempre objetivando melhorar o relacionamento com o contribuinte: implementação de novas funcionalidades nas aplicações para pessoa física, a implantação do m-IRPF, da e-DBV e do APP Importador.

Além disso, diversas ações foram realizadas com o objetivo permanente de aperfeiçoamento deste processo de trabalho, dando continuidade a melhoria da metodologia de desenvolvimento de sistemas, consolidando o seu uso, disseminando a prática e treinando usuários e técnicos em pré-especificação, modelagem de dados e na técnica de medição de projetos Pontos por Função (PF). Cerca de quatrocentas pessoas já foram treinadas, de áreas técnicas e usuárias, incluindo servidores de outros órgãos envolvidos em projetos compartilhados com a Receita Federal.

Dessa forma, foi possível instituir formalmente a fase de pré-especificação no processo de desenvolvimento de software da RFB. Esta fase consiste na elaboração de um documento padrão, visando obter as necessidades dos usuários de forma mais detalhada e completa e inclui as atividades de modelagem de processos, levantamento de requisitos funcionais e não funcionais, e identificação de integrações com os demais sistemas. Ao final dessa fase, há elementos para se estimar o tamanho da aplicação, por contagem de Pontos por Função, métrica de software que permite avaliar o esforço do desenvolvimento e estimar os custos e recursos envolvidos.

O modelo de dados corporativo instituído na Receita Federal é uma ferramenta que possibilita a definição de uma informação utilizada em vários sistemas apenas uma única vez e permite que os sistemas sejam integrados e que as informações sejam confiáveis, além de gerar economia através da não duplicação de dados.

De acordo com a métrica criada internamente, com o reúso promovido por esse modelo, apurou-se uma economia de cerca de R\$ 6 milhões no desenvolvimento de quatorze sistemas.

Ainda neste ano, houve a elaboração do conjunto normativo para a atividade estabelecendo o Modelo de Desenvolvimento Interno (MDI). Neste modelo, o conceito abrangente de ciclo de vida de software é fundamental, pois representa uma perspectiva de tratar a solução tecnológica em todas etapas desde sua concepção até o eventual descarte. Trata-se não só de desenvolver (codificar) um sistema, mas também de executar as tarefas de implantação, produção e manutenção da aplicação.

Sendo assim, foi definido e detalhado o ciclo de vida dos sistemas, englobando cada fase, com processos, atividades, tarefas, papéis, artefatos e responsabilidades específicas dos sistemas de informação.

Esse conjunto de normas permite a estruturação efetiva dos sistemas desenvolvidos internamente para soluções corporativas em todas as suas fases, estabelecendo métodos e regulamentando esse desenvolvimento desde a definição de seus requisitos até a sua saída de produção. Sendo assim, será possível garantir que se alcancem resultados positivos, utilizando-se processos e metodologias que permitam alcançar a estabilidade, segurança e continuidade dessas soluções.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No primeiro semestre de 2013, a área de segurança de TI promoveu esforços na busca de uma solução segura que permitisse aos usuários internos uma maior mobilidade no desempenho de suas atividades, por meio do uso de qualquer rede sem fio, tanto no ambiente de rede interna como em redes privadas ou públicas, valendo-se dos equipamentos de propriedade da Receita. A solução foi normatizada e implementada em toda a Receita Federal.

Em paralelo, a fim de garantir um incremento na segurança dos softwares corporativos, independente deles serem advindos dos prestadores de serviço, do desenvolvimento interno ou da fábrica de software, foi estruturada, normatizada e já iniciada a atividade de Inspeção de Segurança nesses softwares. Nesse sentido, a inspeção se dá em fases diversas do ciclo de vida do software, seja na fase de homologação, seja na de produção. Dentro dessa atividade, além do código-fonte, todo o ambiente é analisado com intuito de propor alterações que resultem em sistemas ainda mais seguros aos usuários. Visando garantir eficiência e eficácia do processo de inspeção, as vulnerabilidades e as falhas detectadas devem ser corrigidas durante o próprio processo, durando diversos ciclos, assim entendidos como: o período necessário a essa correção, bem como a homologação e avaliação da correção implementada. A Inspeção de Segurança, além de trazer maior conhecimento às equipes envolvidas no ciclo de vida dos sistemas, concorrendo para a redução do número de falhas no processo de desenvolvimento, se torna parte inerente e pró-ativa dos processos e das ações de garantia da continuidade dos negócios da Receita Federal.

Também neste ano, a área de segurança de TI implementou o Ciclo de Palestras de Segurança – palestras técnicas, gerenciais e educativas – cujos objetivos são fomentar discussões sobre temas atuais, assim como alertar e conscientizar os usuários acerca dos riscos inerentes à utilização inadvertida das tecnologias disponíveis na Instituição. Iniciado em maio, três etapas do Ciclo já foram realizadas, num total de sete palestras previstas. Diferentes temas foram abordados: o uso de dispositivos móveis para testes de invasão; o gerenciamento de dispositivos móveis e uso de dispositivos pessoais no ambiente corporativo; as pragas digitais que estão atacando o Android; as técnicas de desenvolvimento seguro de aplicações para dispositivos móveis; as implicações da Lei nº 12.737, conhecida como Lei Carolina Dieckmann; e os perigos inerentes à navegação na internet, aspectos técnicos pertinentes e medidas simples para tornar essa navegação mais segura.

Outra iniciativa da área de segurança de TI foi a realização do primeiro módulo do curso Gestão de Segurança da Informação. Realizado no final do segundo semestre, esse curso é de extrema importância no processo de capacitação dos Gestores de Segurança da Receita Federal, dado que tem como foco a atualização dos conhecimentos que visam preservar e aprimorar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações da Instituição, bem como garantir a continuidade dos negócios no grau de qualidade requerido pela Receita Federal. Um segundo módulo, ou módulo complementar, está previsto para ser ministrado no primeiro semestre de 2014.

Por fim, com a finalidade de dar mais consistência e robustez no desempenho das atividades de aprovação dos certificados digitais e-CPF para funcionários da Instituição, bem assim dar cumprimento à regulamentação da ICP-Brasil, em 2013, foi realizado, sob a gestão da área de segurança de TI, treinamento para os Agentes de Registro da Receita Federal, em grafoscopia e documentoscopia, na modalidade de ensino a distância. Constituído de um total de 9 turmas, esse treinamento foi obrigatório para os servidores que desempenham essas funções e contou com mais de 550 participantes.

d) Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e

- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O programa de renovação de parque tecnológico da Receita Federal visa adequar permanentemente esta infraestrutura de TI às necessidades institucionais. Em 2013, completou-se um ciclo de renovação das estações de trabalho com equipamentos cobertos por garantia e suporte, proporcionando um ambiente informatizado adequado para o melhor desempenho e segurança dos usuários.

Neste ano, houve a licitação da ferramenta de Rede Social Corporativa da Receita Federal. Esta iniciativa provê ambiente tecnológico adequado para propiciar respostas rápidas às oportunidades, ambiente colaborativo, ambiente de aprendizado coletivo, inovação, identificação de talentos, retenção de conhecimento e experiências e incrementando a atual comunicação interna.

Outras ações, visando manter o parque computacional adequado, foram realizadas no decorrer deste ano, como aquisições de solução de conectividade, de servidores descentralizados, de dispositivos para certificação digital dos funcionários (*tokens*), instalação dos equipamentos de videoconferência, disponibilização de acesso seguro à rede da Receita através da tecnologia sem fio (Wi-Fi).

Também neste ano, foi realizada a compra de estações de trabalho móveis, com o objetivo de fortalecer a mobilidade dos servidores da RFB e a comunicação institucional. A licitação, que ocorreu no mês de dezembro, deve disponibilizar no próximo ano mais de 5.500 equipamentos, entre *ultrabooks* e *tablets*.

No que se refere a comunicação virtual, neste ano, 410 novos equipamentos de videoconferência foram instalados, acompanhado da expansão do seu gerenciador, o que ampliou significativamente a utilização desse recurso em todas as suas unidades, agilizando a realização de reuniões, a tomada de decisões e a disseminação de conhecimento, reduzindo, ainda, o custo com deslocamentos. A excelente aceitação do uso do recurso fica evidente quando analisamos os números: em 2013 a média de videoconferências realizadas foi de 197/mês, um crescimento de 41% sobre a média observada em 2012.

Além das videoconferências, também a ferramenta *Webconference* merece destaque, permitindo a realização de conferências entre servidores utilizando as próprias estações de trabalho, sem a necessidade do uso de equipamentos específicos. A implementação da ferramenta viabilizou o projeto “Sessão de Julgamento não Presencial por *Webconference*”, que possibilita a participação de diversos julgadores lotados em unidades distantes da cidade-sede, sem a necessidade de deslocamento, reduzindo os custos da máquina pública e aumentando a produtividade do servidor. Tal projeto rendeu à RFB o Prêmio Inovação da Administração Tributária do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT).

Em 2013, também foi observada a consolidação dos indicadores de Infraestrutura, o NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e o NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico “Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais”. Em relação ao NIT, o resultado nacional foi de 91,44%. Já para o NAF, o resultado nacional foi de 98,28%, números que refletem o empenho da área de Infraestrutura em fornecer altos padrões de qualidade de TI aos servidores da RFB.

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Recrutamento Externo – No âmbito da RFB os concursos públicos são autorizados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária. Os novos servidores devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP) ao longo do primeiro ano de exercício profissional. O PFP iniciado em 2013 teve como público-alvo os 252 Auditores-Fiscais e 750 Analistas Tributários aprovados nos concursos públicos de 2012 pelos Editais Esaf nº 23 e 24.

Gerir Seleção Interna – O processo de seleção interna está estruturado internamente no que tange à ocupação dos postos gerenciais de Delegado e Inspetor-chefe, que são dirigentes de unidades locais, denominado Processo Simplificado de Seleção (PSS). Esta sistemática está apoiada na existência de um Banco de Gestores, que passam por etapas de aferição de pontuação por critérios objetivos (formação acadêmica e experiência profissional) e subjetiva (entrevista comportamental para avaliar manifestação das competências gerenciais). Até dezembro de 2013 foram realizados 153 PSS com a utilização das informações do Banco de Gestores, que conta hoje com 589 integrantes. Em fevereiro de 2013 foi iniciada a experiência piloto do Banco de Gestores para Agentes na 6ª Região Fiscal (estado de Minas Gerais). Dos 41 postos regionais de Chefes de Agência, 10 já foram preenchidos por meio de processo seletivo com a utilização das informações do Banco de Gestores para Agentes, que conta com 32 integrantes.

Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa - Em termos de movimentação interna, tivemos 2 concursos internos de remoção, homologados em 5 de outubro de 2012, cujos reflexos se deram em 2013, tendo em vista que as portarias de remoção terem sido editadas mensalmente. Em decorrência desses certames, foram movimentados em 2013, 401 Auditores-Fiscais e 554 Analistas Tributários.

Tivemos ainda a implantação do Modelo de Dedicação Funcional – MDF, que propiciou a alocação de servidores por meio de Trabalho Remoto, Alocação Direta, bem como formação de Grupos de Trabalho com parcelas de contribuição definidas, em processos de trabalho específicos e prioritários para a RFB. Até o fim de 2013, foram alocados, 38 servidores em Trabalho Remoto, 16 servidores em Alocação Direta, e 31 como participantes em Grupos de Trabalho.

Além disso, tivemos 120 servidores movimentados para unidades diversas por meio do PIAP, como forma de aperfeiçoamento de alocação de servidores em Processos de Trabalho prioritários para a RFB.

Gerir Estagiários - Com o objetivo melhorar os procedimentos da gestão de estagiários, com a padronização, uniformização e simplificação do fluxo das tarefas, em 2013, foi concluído e publicado o modelo de processo da gestão de estagiários. Este trabalho contribuiu ainda para: fazer ajustes no manual de procedimentos, melhorando o suporte às Regiões Fiscais; identificação de necessidade de alteração da portaria Cogep nº 163/2009 para incorporar à norma os aperfeiçoamentos do processo; aperfeiçoamento de procedimentos e da comunicação do processo de desligamento com a folha de pagamento, para reduzir uso de GRU para devolução de valores pagos além da data de término do contrato; melhoria na pré-especificação do aplicativo Sigest, sistema informatizado que será implantado para controle do processo.

A contratação de estagiários no âmbito das Unidades Centrais em 2013 totalizou, 104 estagiários, com investimento de R\$ 781.352,05. No âmbito nacional, a contratação totalizou 2.288 estagiários, com investimento de R\$ 13.418.142,09.

Gerir Provimento e Vacância de Cargos - O ano de 2013 foi marcado pela nomeação e posse de 957 servidores integrantes da Carreira de Auditoria, 250 ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal e 707 ocupantes do cargo de Analista-Tributário. A vacância de cargos totalizou 1379 registros, sendo 871 aposentadorias, 385 vacâncias para posse em cargo inacumulável, 45 exonerações, 34 falecimentos e 44 demissões.

b) Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Caminhos - Preparação para aposentadoria é um programa de incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, para que esses servidores possam fazer escolhas pessoais mais conscientes bem como entender a importância de se pensar sobre essa nova fase de vida. A aposentadoria representa uma nova fase da vida, na qual muitas transformações, ainda desconhecidas, estarão presentes. Esse cenário ressalta a importância de se trabalhar o tema na RFB, o que também é preconizado em [lei](#), que determina a preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de um ano. Para esse fim, em 2013, foram implantadas duas turmas, uma em cada semestre. Nas duas turmas, o total de matrículas alcançou 462 pessoas, dessas, 256 (55,41%) foram aprovadas, 28 (6,06%) reprovadas e 178 (38,53%) consideradas desistentes. Para alcançar maior quantidade de pessoas e tornar o curso ainda mais dinâmico, em 2014, será feito um estudo para de remodelagem dos Caminhos.

PMIMF - Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda: A PEC 201306 - Política de Promoção à Saúde e Bem-estar Organizacional do PMIMF- que tem por objetivo Instituir política de ações integradas e continuadas para promoção de saúde e de bem-estar no ambiente

organizacional, alinhando-a às expectativas institucionais e individuais dos servidores do MF, é um projeto que está sob a liderança da Disaq/Cogep e em 2013 concluiu a versão 1.0 do Plano de Gerenciamento de Projetos e cronograma de atividades.

Um dos primeiros produtos dessa PEC para 2014 é o lançamento de Edital para contratação de empresa técnica especializada para realização de diagnóstico e formulação da Política de Qualidade de Vida no trabalho no âmbito do MF, em 2013, esse edital teve seu texto finalizado e está pronto para análise pela Procuradoria.

Espaço da Fala - novos locais: O Espaço da Fala é um serviço a disposição dos servidores que tem como objetivo mediar e facilitar a reflexão pelo servidor sobre alternativas que possam contribuir para o seu equilíbrio biopsicossocial por meio da resolução de questões interpessoais tanto no ambiente de trabalho como também no âmbito familiar e pessoal que estejam interferindo de forma negativa no espaço laboral, melhorando assim, a sua qualidade de vida e produtividade no trabalho. Em 2013, além das Unidades Centrais e Salvador com o serviço já implantado, a DRF/Boa Vista (RR) implantou esse Espaço para seus servidores. a 7^a e 10^a Regiões Fiscais estavam em fase de implantação e a 3^a Região Fiscal iniciou estudos para sua implantação.

Em 2014, será iniciado o trabalho de mapeamento de Processo do Espaço da Fala, com estudos de ampliação das modalidades de serviços em parceria com a experiência das RF e com a melhoria da divulgação dos serviços junto aos servidores.

Ginástica Laboral – GL: A Ginástica Laboral, desenvolvida e supervisionada pela Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho, é uma atividade física programada, que consiste na realização de exercícios no local de trabalho, durante o expediente, sendo de adesão voluntária por parte dos trabalhadores. São exercícios leves, de curta duração, que não levam o trabalhador ao cansaço, e que buscam compensar as posturas inadequadas assumidas durante o trabalho e os movimentos repetitivos das atividades laborais cotidianas, prevenindo as LER/DORT.

Em 2013, nas Unidades Centrais, houve a designação de um novo supervisor, com formação superior em Educação Física, permitindo a reativação da contratação de novos estagiários para aplicação de aulas de Ginástica Laboral. Além disso, foi elaborada minuta de Termo de Referência para contratação de empresa para aplicação de aulas ginástica laboral para as UC.

Promover Reconhecimento e Valorização

A RFB oferece um conjunto de premiações no intuito de promover o reconhecimento e valorização dos servidores. Em 2013 foram concedidas 36 medalhas Noé Winkler por mérito funcional, num sistema misto de indicação pelos pares e escolha dos dirigentes a partir de uma lista sétupla dos mais votados. Temos que 23,06% dos servidores em exercício participaram do processo indicando os colegas para a premiação. São premiados servidores e colaboradores das unidades centrais e descentralizadas, da carreira de Auditoria (Auditores e Analistas) e administrativos (PEC FAZ e Serpro).

Outra premiação se refere ao Prêmio Criatividade e Inovação, tem como objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica e aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte. São premiadas três monografias e duas menções honrosas. Na 12^a edição recebeu o primeiro lugar a monografia “Julgamento de Alta Performance – JAP – Uma visão integrada no julgamento.”

Merece ainda destaque a realização da 2^a edição do Concurso de Redação e Trabalho Artísticos, destinado a filhos e netos dos servidores. O objetivo é contribuir para o processo de formação da cidadania e aproximação das crianças do cotidiano profissional de seus pais, estimulando-as a desenvolverem a percepção sobre a relação entre o trabalho na RFB e a construção de uma sociedade melhor para se viver. O concurso é dividido em duas modalidades, para crianças que cursam o ensino

fundamental: Trabalho Artístico, com participantes do 1º ao 5º ano, e Redação, destinado aos alunos do 6º ao 9º ano.

Ainda no intuito de reconhecer e valorizar os servidores e preservar a memória institucional, foi realizada a 4ª edição do concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil” O concurso foca situações de trabalho cujos dados, pela relevância e historicidade, contribuem para a conservação da Memória Institucional da RFB.

c) Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Avaliação de Desempenho: No ano de 2013 foram realizadas as seguintes avaliações:

a) Estágio Probatório dos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da RFB (ARFB) – A homologação foi relativa aos servidores nomeados em 2010, Portarias RFB nº 1095 e nº 1096, que completaram os 36 meses de exercício até o dia 8/8/2013. Do total de 441 Auditores-Fiscais 368 tiveram o estágio homologado . Com relação aos Analistas-Tributários, 326 tiveram o estágio homologado, do total de 418. A 2ª homologação contemplou 32 Auditores-Fiscais e 34 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 30/8/13 (Portarias RFB nº 1226 e nº 1227) e não tinham sido contemplados na primeira homologação. A 3ª homologação abrangeu 18 Auditores- Fiscais e 31 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 22/11/13 (Portarias RFB nº 1640 e nº 1641) e não tinham sido contemplados na primeira e segunda homologações

b) Progressão Funcional – A Progressão Funcional dos servidores da RFB é homologada pela Cogep/SPOA do Ministério da Fazenda. O Processo de Progressão nº 19, relativo ao período avaliativo de 1/7/11 a 1/7/12), teve a participação de 1.858 servidores da RFB. Foi ainda realizado o Processo de Progressão nº 20, relativo ao período avaliativo de 1/7/12 a 1/7/13, do qual participaram 1.391 servidores da RFB .

c) Avaliações para efeito de gratificação de desempenho dos servidores administrativos (GDAFAZ/GDM-PECFAZ/GDPGPE/GDASS/GDACE) - Foram avaliados 5.192 no 4º ciclo avaliativo, com início em 7/10/13 e término previsto para 10/3/14.

Gerenciar Cadastro de Servidores: Aqui, continuamos a investir no aprimoramento das informações cadastrais dos servidores compartilhando melhor com as Regiões Fiscais formas de melhoria na qualidade das mesmas. Continuamos a primorar o Sief-RH, na busca de entrada em produção de novos módulos, que facilitem a retirada de informações gerenciais que norteiam decisões na área.

Administrador Jornada de Trabalho: Investimos na busca de melhoria nas orientações referentes ao assunto às diversas áreas, bem como meios de facilitar a operacionalização das demandas referentes à jornada de trabalho dos servidores.

Gerir Remuneração: Em 2013, a Divisão de Remuneração além de gerir a folha de pagamento de aproximadamente 1.100 servidores lotados nas Unidades Centrais, e orientar as 27 (vinte e sete) unidades pagadoras que compõem a RFB, obteve ainda êxito no término do passivo dos processos

administrativos de diversos assuntos voltados para a área de gestão de pessoas, bem como na diminuição do significativo número de processos de exercícios anteriores. Tal medida colaborou ainda com a capacitação dos servidores envolvidos.

Um dos destaques desse processo de trabalho foi a implantação das ações judiciais coletivas, que se encontravam pendentes, mediante obtenção da força executória de 08(oito) ações judiciais coletivas junto a Advocacia-Geral da União.

Gerir Contencioso Judicial e Administrativo: Investimos na diminuição do tempo de resolução dos processos administrativos na área de Gestão de pessoas, tais como remoção, recondução, reversão, licenças e demais afastamentos, etc. Além disso, com um melhor aparelhamento da Divisão responsável por esses processos, houve sensível melhoria no tempo de prestação de informações à AGU na defesa da União em demandas judiciais sobre os mais diversos assuntos, principalmente os que dizem respeito à Remoções e Reenquadramento na carreira da RFB.

d) Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir formação inicial
- Gerir capacitação permanente
- Gerir Competências

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir formação inicial: Em 2013 a formação inicial foi propiciada pelo Programa de Formação Profissional – PFP. O Programa tem o objetivo geral de propiciar a formação integral do novo servidor, preparando-o para o desempenho no primeiro posto de trabalho. O período de realização é ao longo do primeiro ano de trabalho do servidor da Carreira ARFB, com carga horária mínima de 160 horas para os Analistas-Tributários e 240 horas para os Auditores-Fiscais. São quatro as etapas previstas: Ambientação e Integração; Prática Supervisionada; Núcleo Comum e Núcleo Específico – que buscam estimular no novo servidor uma atitude pró-ativa, proporcionar uma visão geral dos principais processos de trabalho e fornecer os conhecimentos mínimos necessários para atuação no posto de trabalho. Durante as etapas de treinamento presencial do PFP foram capacitados 242 Auditores-Fiscais, nos pólos: Manaus e Brasília; e 680 Analistas- Tributários, nos pólos: Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Manaus, com a participação de 379 instrutores. Foram registradas 2.138 participações nos 17 cursos oferecidos na modalidade a distância.

Gerir capacitação permanente: Representada pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc). No ano de 2013 foram capacitados 18.433 servidores, ou 72,39% dos servidores em exercício, com uma carga horária média de 48,4 horas. Foram realizadas, em todo o Brasil, um total de 3.660 ações de capacitação, totalizando 892.078 horas de aprendizagem. O Proeduc consolida o modelo de capacitação por competências, focando na redução das principais lacunas identificadas e no fortalecimento das competências críticas para o sucesso da RFB. Neste contexto foram concebidos os Programas Nacionais de Capacitação, dentre os quais merece destaque o Programa de Desenvolvimento Gerencial (DGR) com o objetivo de proporcionar, de forma continuada, o desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB. Foram oferecidas 475 vagas pela em 15 eventos nas modalidades presencial e a distância, distribuídos nos 5 módulos do DGR: Visão e Orientação Estratégica; Efetividade de Gestão; Negociação e Cooperação; Liderança e Gestão da Mudança e Inovação.

Gerir Competências: Desde 2010 a RFB vem atuando na gestão por competências, tendo realizado o mapeamento que resultou no inventário de 12 competências institucionais e 251 competências individuais, classificadas por sua vez em gerenciais (5), fundamentais (9) e específicas (237). No ano de 2013 foi realizado o 2º Ciclo de Diagnóstico de Competências, que consistiu na

autoavaliação pelos servidores e avaliação 180º pela chefia imediata. O processo foi apoiado em sistema informatizado desenvolvido internamente e mostrou-se participativo, pois, sendo de participação voluntária, 19.126 ou 75,12% dos servidores em exercício realizaram a autoavaliação e 95,32% dos gestores avaliaram os servidores diretamente subordinados. Foram identificadas as principais lacunas e domínios por tipo de competências e por nível organizacional, de forma a subsidiar a elaboração do Programa de Educação Corporativa para os anos de 2014 e 2015.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, foram institucionalizados dois projetos para a melhoria dos processos de aquisições e contratações.

O primeiro, o Projeto Padrões de Despesas Nacionais, tem como metas a definição de parâmetros objetivos para a contratação de serviços e a quantificação dos postos de trabalho terceirizados a serem contratados. No cenário atual, os serviços e os postos de terceirizados são contratados de forma segmentada em cada Região Fiscal. As dotações orçamentárias são obtidas a partir da atualização monetária do valor constante do orçamento em execução. O orçamento representa uma série histórica repetitiva que não reflete as necessidades atuais da instituição. Como consequência, a RFB apresenta dificuldades na distribuição dos recursos orçamentários e possui diferentes padrões de serviço e de condições de trabalho disponibilizados aos servidores, ocasionando na falta de identidade para a instituição. Dessa forma, há a necessidade de garantir padrões adequados de qualidade nos serviços contratados, compatíveis com o orçamento, a todas as unidades da RFB. Para a elaboração do trabalho, a Copol/Dinot coordenou, ao longo de 2013, a formação de grupos, compostos por representantes de todas as regiões fiscais, para levantamento da situação atual das unidades; elaboração, discussão e aprovação de propostas de normatização; bem como elaboração de portaria de padronização por parte do Secretário da RFB;

O segundo, o Plano Nacional de Aquisições – PNA 2014-2015, objetiva racionalizar as compras de itens de material permanente na RFB, organizando as demandas de todas as unidades, a fim de aumentar a eficiência logística da instituição e, consequentemente, otimizar a utilização dos recursos orçamentários e humanos, e criar padrões de qualidade nos materiais.

As aquisições poderão ocorrer de forma centralizada ou mesmo descentralizada, desde que obedecendo a um padrão definido e sob a coordenação da Copol, área gestora deste processo de trabalho. Foram levantadas as demandas de todas as unidades gestoras e em 2014 serão aprimoradas as especificações dos itens e licitadas as quantidades priorizadas em conjunto com representantes de todas as regiões fiscais.

Foram, também, realizados em 2013 vários procedimentos licitatórios estratégicos para o desenvolvimento e aparelhamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Destaca-se a aquisição dos Scanners de Contêineres, demanda de extrema importância para realização dos grandes eventos sediados no Brasil nos próximos anos. Foram também atendidas diversas demandas de modernização e atualização dos sistemas de Tecnologia da Informação geridos pela COTEC. Além das Licitações concluídas no ano de 2013, merecem também destaque o desenvolvimento de Editais Modelo e o Mapeamento de Processos de aquisições e contratações.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O Plano de Engenharia é diretamente vinculado ao objetivo estratégico de “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais” que é traduzido em “disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional”. Na cadeia de valor da RFB são definidas políticas institucionais, dentre elas, “definir diretrizes para os processos de gestão” e, dentro do processo de “Gestão de Materiais e Logística”, há destaque para a ação permanente “Gerir Patrimônio e Obras”.

A execução orçamentária 2013 apontou um total de R\$ 190 Milhões aplicados no segmento de Engenharia da RFB, um expressivo aumento de 90% em relação ao exercício anterior.

Destaca-se ainda a contratação de 35 projetos de adaptação de Agências Modelo que serão construídas ao longo de 2014, cinco delas na 4ª Região Fiscal:

- ARF Cabo de Sto. Agostinho
- ARF Cajazeiras
- ARF Macau

- ARF Ouricuri
- ARF Pau dos Ferros

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, as normas relativas a leilão e a destruição foram aperfeiçoadas, notadamente para viabilizar o leilão de resíduos de mercadorias apreendidas antes de sua efetiva destruição, com repasse dos encargos de destruição ao arrematante, que deve dar a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Com esta inovação, o procedimento alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos, vez que foram evitadas despesas necessárias ao pagamento de serviços de transporte, de destruição e de aterro sanitário, que deixaram de ser suportadas pela própria Administração.

O Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) consolidou-se no que tange à participação de pessoas físicas, democratizando-se a participação dos licitantes e aumentando a competitividade. Em 2013, cerca de 3.020 lotes admitiram a participação concomitante de pessoas físicas e jurídicas em sua disputa. O número total de proponentes - interessados que registraram proposta para os lotes - foi de 13.818, sendo 3.162 pessoas físicas, o que corresponde a cerca de 23% do total.

Em dezembro/2013, foram homologadas demandas evolutivas do SLE. Destacam-se a criação de um portal para conferir um maior destaque na divulgação dos lotes pela Internet; e a integração com o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União (CGU), para fins automatizar o controle das impossibilidades na participação das licitações.

Também foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, objetivando aperfeiçoar os controles, simplificar procedimentos e aumentar a segurança dos processos de gestão contábil e procedural de mercadorias apreendidas.

Foram retirados de circulação e destruídos aproximadamente 17 mil toneladas de material potencialmente nocivo à saúde, à segurança e ao meio ambiente, o que equivale ao montante da ordem de R\$ 721 milhões em autuações fiscais.

Houve redução de cerca de 24% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 26% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia), o que demonstra o esforço das unidades na adoção de providências para evitar a obsolescência, depreciação ou perecimento dos bens apreendidos.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, a Divisão de Normas e Orientações Técnicas (Dinot) finalizou a minuta de Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade. Este trabalho demandou dezenas de reuniões junto ao Arquivo Nacional, tendo havido, adicionalmente, uma revisão da proposta de texto final por parte das Coordenações responsáveis pela produção documental.

Cabe salientar a entrega de toda a fundamentação legal para estabelecimento de prazos de guarda e eliminação, a qual foi elaborada no ano de 2013.

Espera-se a conclusão definitiva dos instrumentos de gestão documental para o primeiro semestre de 2014.

A partir da conclusão dos trabalhos, iniciaremos os procedimentos de eliminação documental.

1.6 - Principais Parceiros

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Ministério Público dos Estados de AL, PE, PB e RN
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Tribunal de Contas dos Estados de AL, PE, PB e RN
- Advocacia-Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
- Capitanias dos Portos

- Conselho Regional de Contabilidade (CRC)
- Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco (SESCAP-PE)
- Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2 - Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 - Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparéncia. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2013 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- **Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- **Reducir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

- **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- **Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- **Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
- **Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
- **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
- **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.
- **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação** - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

A Cadeia de Valor é referência para vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização.

O Mapa Estratégico, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O Painel de Desempenho, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Eficaz da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação		
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		
PROCESSOS INTERNOS				
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenções no comércio exterior (IGES)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Índice de variação da litigância judicial
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido		Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira		
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais		
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)			
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB			
PESSOAS E RECURSOS				
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento			
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação			
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI			
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Portfólio de Projetos Estratégicos da RFB:

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício-sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto: <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por

	meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias. etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativos.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.

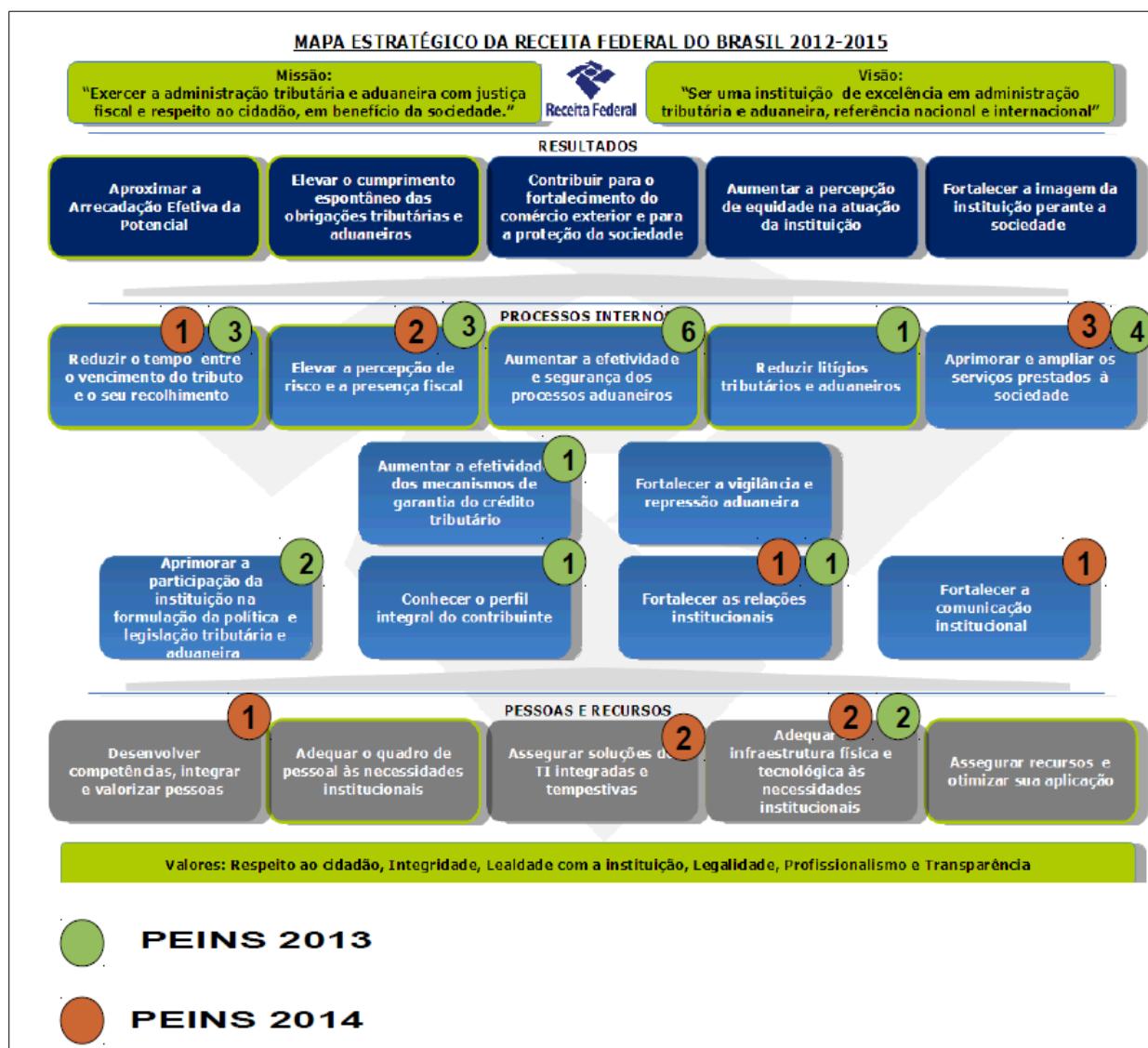
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logicamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscrito e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparência e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias.

<p>*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais</p>	<p>Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.</p>
---	--

Fonte: Copre 2014

(*) **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas.

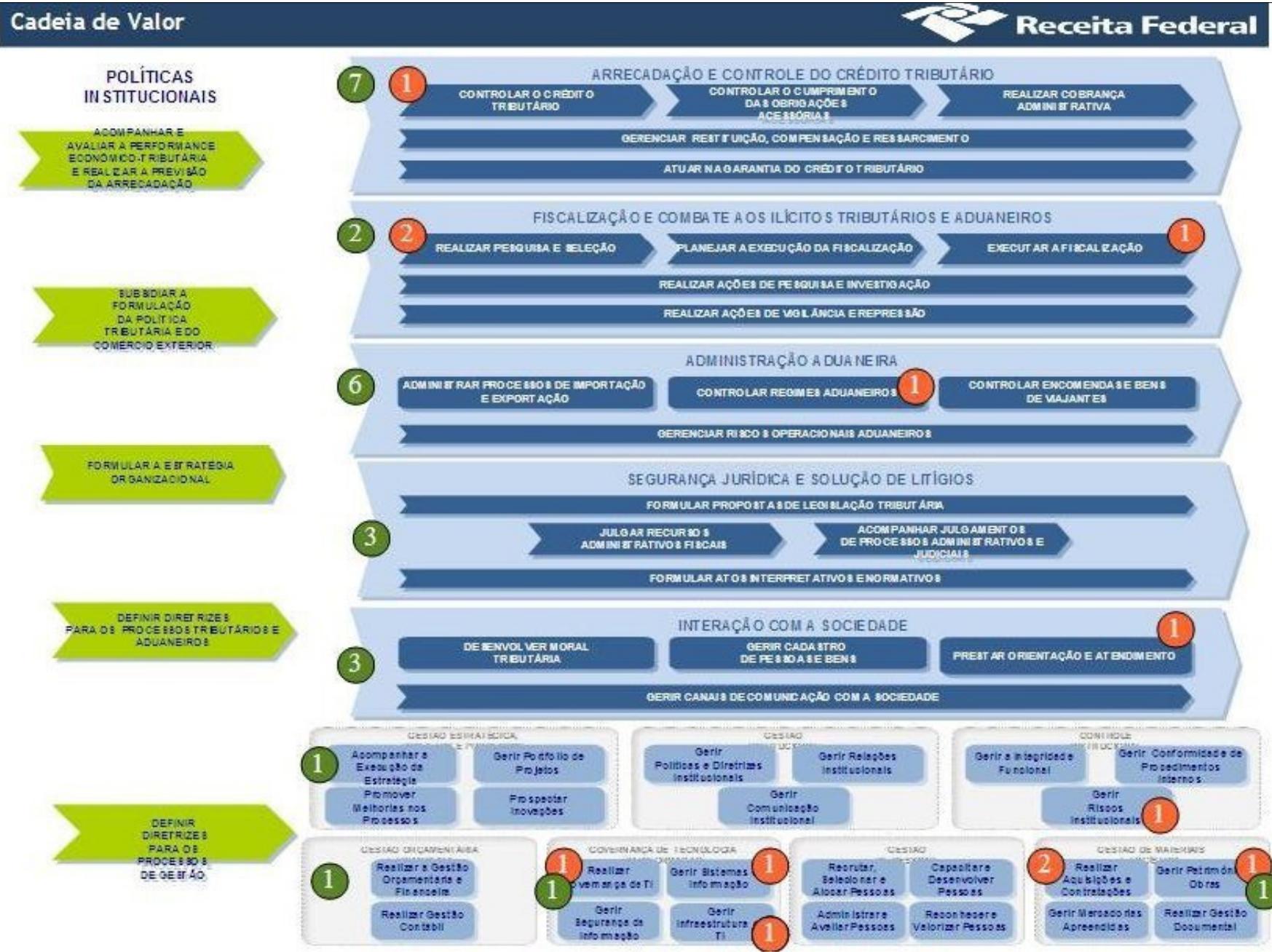
Os quadros apresentados a seguir mostram a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo Estratégico no Mapa Estratégico e por Macroprocesso na Cadeia de Valor:



Fonte: Copre/Copav - 2014



Cadeia de Valor



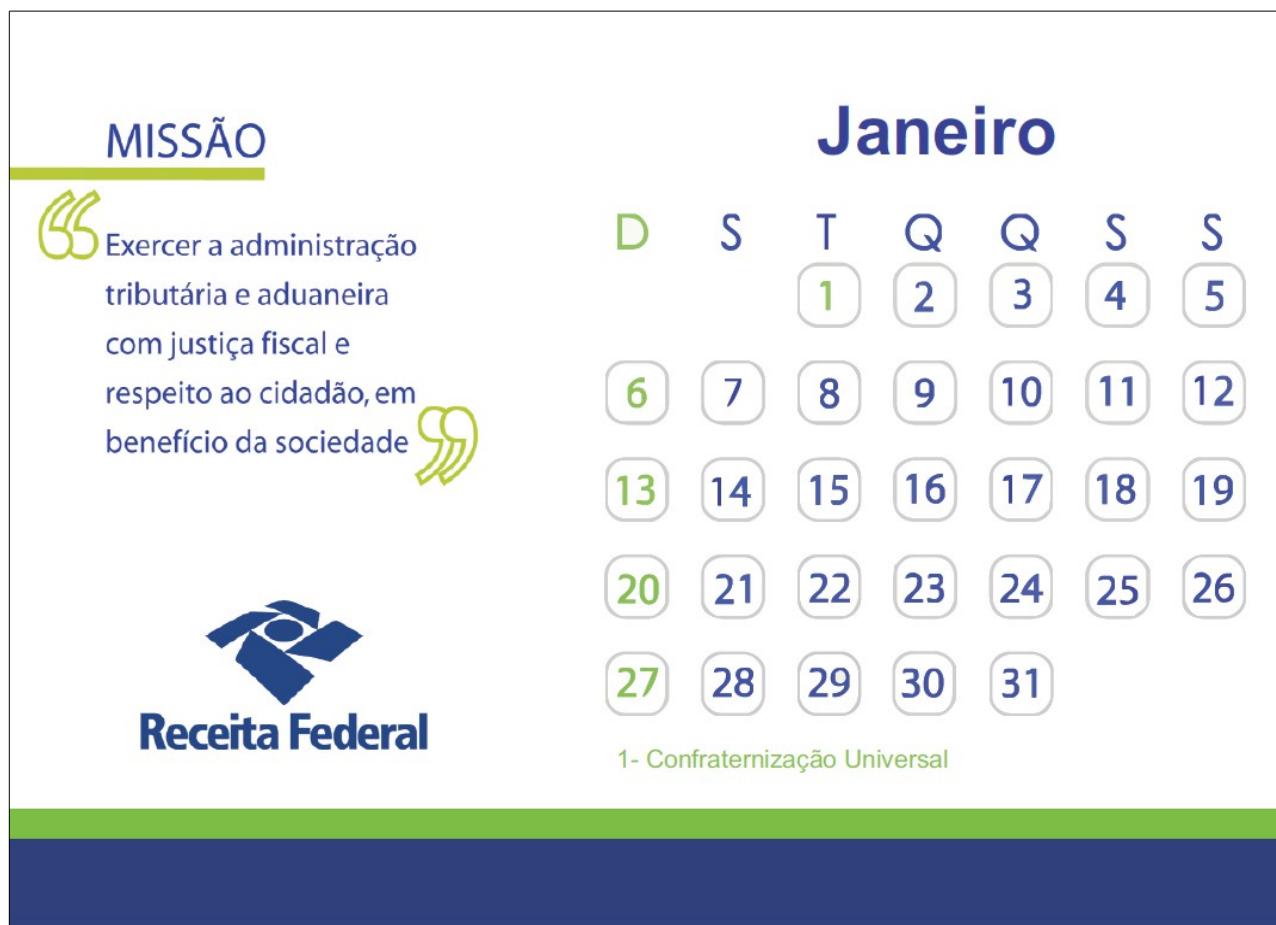
Fonte: Copre/Copav - 2014

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com apresentação dos marcos institucionais da RFB e imagens do Mapa Estratégico e da cadeia de Valor:



Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (tag) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.

Institucional

[Nossa História](#)

[Elaboração de Atos](#)

[Ética e Cidadania](#)

Gestão Estratégica

[Legislação e Jurisprudência](#)

[Processos de Trabalho](#)

[Segurança Institucional](#)

[Sistemas e Downloads](#)

[Unidades da RFB](#)

Gestão Estratégica



Gestão Estratégica RFB 2012-2015

Planejamento Estratégico

O Mapa Estratégico para o quadriênio 2012-2015 possui 21 objetivos, sendo que oito deles são "objetivos-batalha", identificados com a marcação de uma borda verde, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Para saber mais visite os links úteis abaixo e os itens do menu à direita.

Projetos Estratégicos - Portfólio

Em sintonia com a estratégia estabelecida para o período 2012-2015, foi definido pela Alta Gestão o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais da RFB**, que é acompanhado diretamente pelo Gabinete do Secretário e utiliza a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB.

Processos de Trabalho - Cadeia de Valor

No processo de formulação da estratégia para o período 2012-2015, foi incorporada a construção da **Cadeia de Valor da RFB** que apresenta como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a RFB cumpra sua Missão e gere valor para o Estado, sociedade, contribuintes, parceiros institucionais e servidores.

Sistema de Apoio à Gestão Estratégica - Sage RFB

O Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (**Sage-RFB**) tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos: [Objetivos Estratégicos](#), [Indicadores Estratégicos](#) e [Iniciativas Estratégicas](#).

Gestão Estratégica

Atos relacionados à gestão estratégica, projetos e processos.

[Cadeia de Valor](#)

[Mapa Estratégico 2012-2015](#)

[Painel Estratégico 2012](#)

[Planejamento - períodos anteriores a 2011](#)

[Processos](#)

[Projetos](#)

[RAE Nacional](#)

[Índice RFB](#)

[Rede de Planejamento](#)

[Sage - RFB](#)

[Apresentações da 4ª RAE Nacional 2013](#)

Institucional

[Nossa História](#)

[Elaboração de Atos](#)

[Ética e Cidadania](#)

Gestão Estratégica

[Legislação e Jurisprudência](#)

[Processos de Trabalho](#)

[Segurança Institucional](#)

[Sistemas e Downloads](#)

[Unidades da RFB](#)

Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais - 2012 e 2013

Informações e arquivos das RAEs Nacionais - 2012 e 2013

Datas das RAEs Nacionais - 2013

As RAEs Nacionais de 2013 ocorrerão nas seguintes datas:

[Leia mais...](#)

4ª RAE Nacional 2013

[Leia mais...](#)

3ª RAE Nacional 2013

[Leia mais...](#)

2ª RAE Nacional 2013

[Leia mais...](#)

1ª RAE Nacional 2013

Reunião de Avaliação Estratégica Nacional - RAE Nacional, 16 a 18 de abril de 2013

[Leia mais...](#)

4ª RAE Nacional 2012

Tema: Reunião de Avaliação Estratégica Nacional - RAE Nacional, com foco no ano de 2012

[Leia mais...](#)

Gestão Estratégica

Atos relacionados à gestão estratégica, projetos e processos.

[Cadeia de Valor](#)

[Mapa Estratégico 2012-2015](#)

[Painel Estratégico 2012](#)

[Planejamento - períodos anteriores a 2011](#)

[Processos](#)

[Projetos](#)

[RAE Nacional](#)

Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais - 2012 e 2013

Datas das RAEs Nacionais - 2013

4ª RAE Nacional 2013

3ª RAE Nacional 2013

2ª RAE Nacional 2013

1ª RAE Nacional 2013

4ª RAE Nacional 2012

3ª RAE Nacional 2012

Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 05/02/2014

Por intermédio da Portaria MF nº 512, de 2 de outubro de 2014, o Ministério da Fazenda aprovou alterações no Regimento Interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012). Entre as principais mudanças destacam-se:

- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex) no município de São Paulo.
- Criação da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) no município de São Paulo.

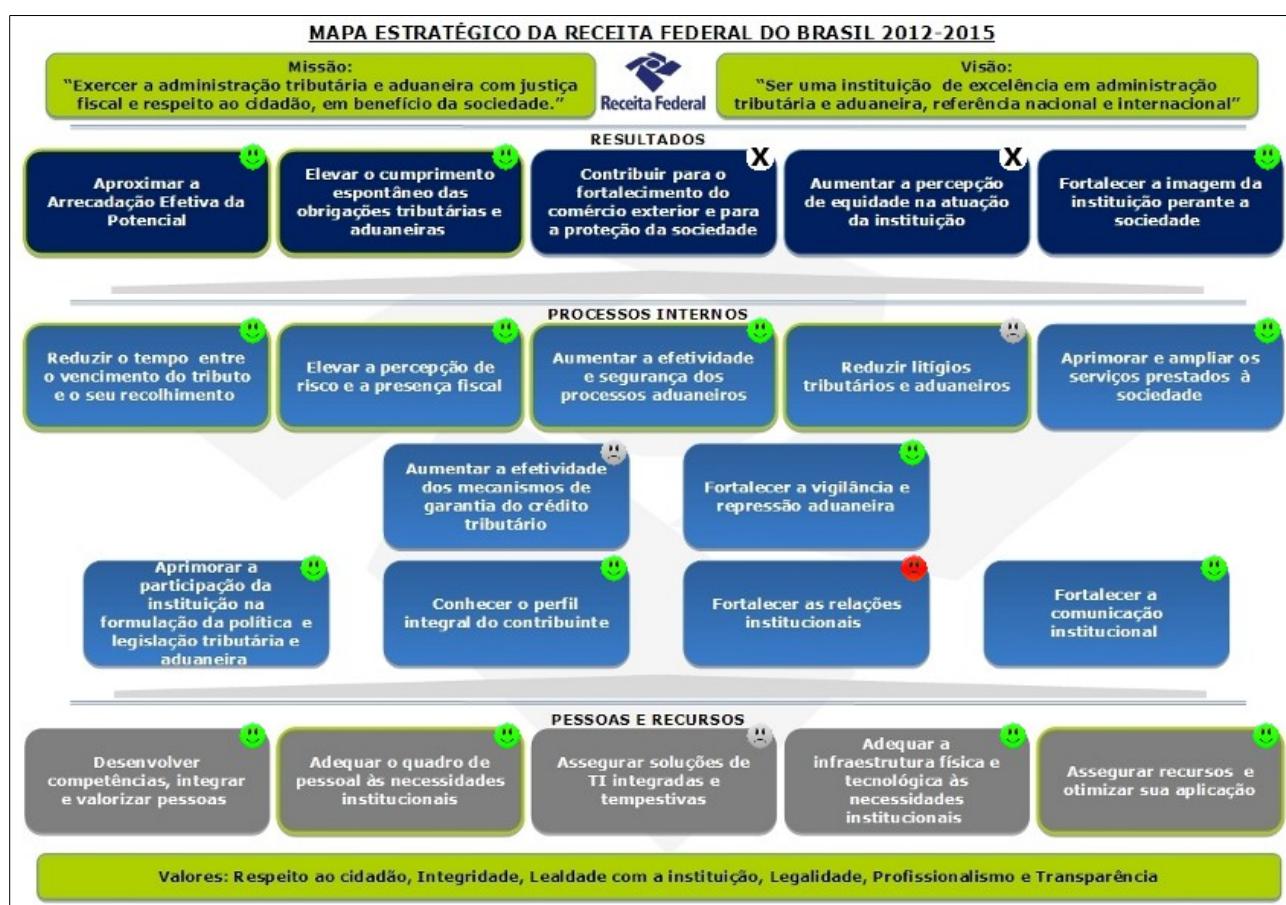
Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se num instrumento de comunicação visual (semáforos) que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas regionais.

Esses semáforos servem de base para elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis, e para o eventual redirecionamento da própria estratégia da Instituição. Eles funcionam como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Vemos, no Mapa Estratégico, ano de referência 2013, a seguir, os semáforos referentes a cada objetivo da RFB.



O semáforo verde indica que o objetivo está sendo atingido dentro do esperado; o amarelo, que o resultado está um pouco abaixo do esperado; o vermelho, que está muito abaixo do esperado; o cinza indica que o resultado está muito acima do esperado; o branco informa que os indicadores que permitiriam a avaliação do resultado não estão disponíveis; o ponto de exclamação indica que não se está no período de avaliação; o ponto de interrogação indica que os

resultados ainda não estão informados no sistema; e, finalmente, o “X” indica que o indicador teve resultados, mas não teve meta estabelecida.

De forma geral, os objetivos não apresentaram comportamento insatisfatório. Somente o objetivo estratégico “Fortalecer as relações institucionais” apresenta uma situação muito abaixo da esperada (semáforo vermelho). Contudo, isso se deve ao fato de que o referido objetivo, não obstante seja medido por quatro indicadores, teve seu resultado influenciado apenas por um indicador com semáforo vermelho, uma vez que os outros três estavam com status “não disponível”.

Para uma leitura mais aprofundada dos resultados da instituição do que ocorreu no ano de 2013 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo. Neste sentido, recorrendo-se ao Painel de desempenho (figura a seguir – Fonte: Sage 06/02/2013), é possível verificar, indicador a indicador o que está influenciando mais decisivamente a realização de cada objetivo estratégico (os indicadores estão detalhados no item 2.3).

O Painel de Desempenho é uma representação gráfica mostrando os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobláveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

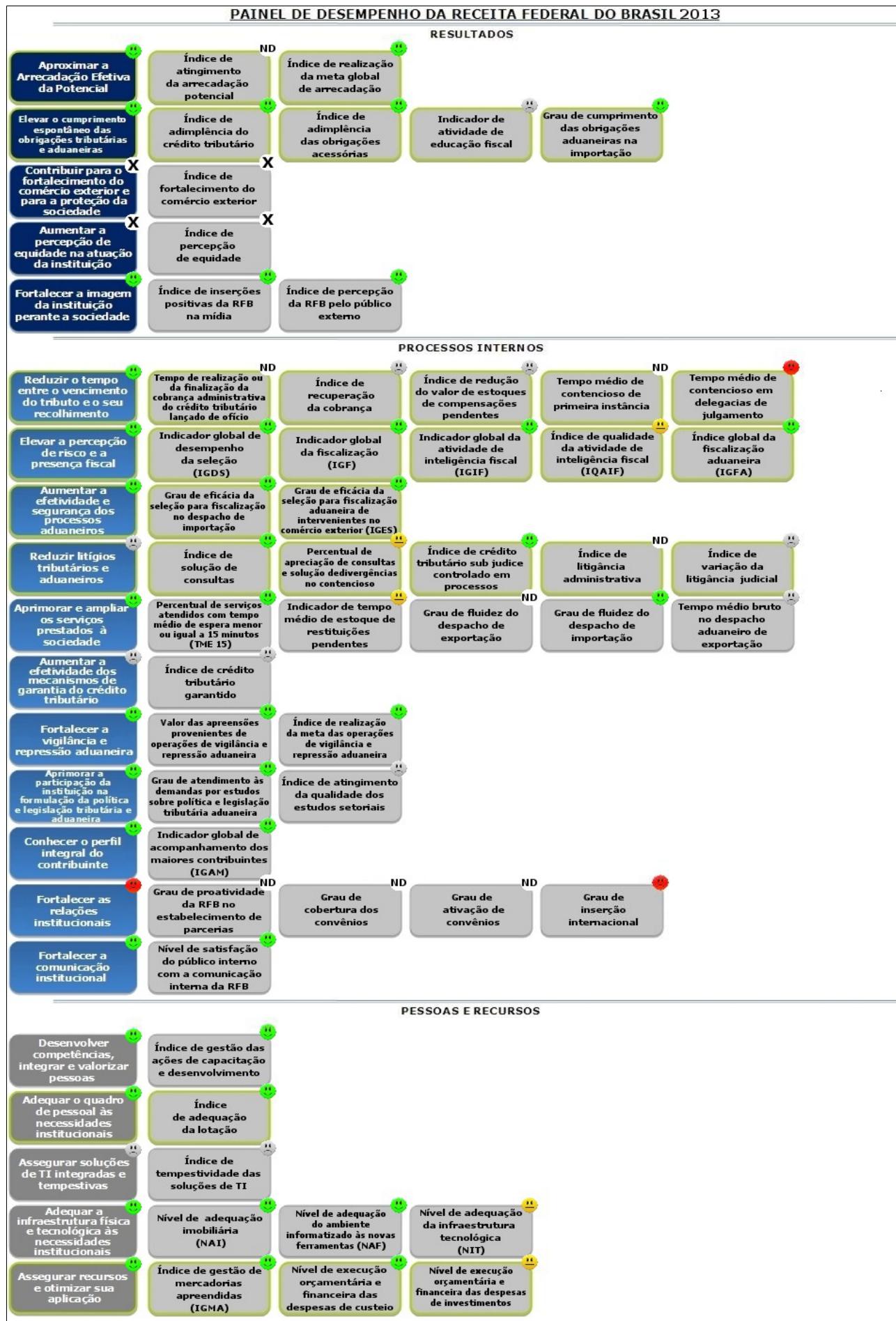
O Painel de desempenho da Receita Federal do Brasil – 2013, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos – 52;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 8 (1 na perspectiva Resultados e 7 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos sem meta estabelecida – 2 (2 na perspectiva Resultados);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 40 (4 na perspectiva Resultados, 21 na Processos Internos e 9 na perspectiva Pessoas e Recursos).

Dos 42 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 27 (6 na perspectiva Resultados, 15 na Processos Internos, 6 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 5 (3 na perspectiva Processos Internos e 2 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (2 na perspectiva Processos Internos), a saber: Tempo médio de contencioso em delegacia de julgamento e Grau de inserção internacional; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 8 (1 na perspectiva Resultados, 6 na Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013



Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2012, foram realizadas, com referência ao ano de 2013, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas; e
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas.

Abaixo, podem ser identificados, no Painel de Desempenho, em quais Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE os Objetivos Estratégicos que tiveram seus Indicadores Estratégicos analisados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Sutri	249 Aproximar a Arrecadação Efectiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação
Suara	Florar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplância das obrigações acessórias
Suari	10 Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior	Índice de percepção de equidade
Sutri	10 Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade	Indicador de inserções positivas da RFB na mídia
Ascom	10 Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Indicador de inserções positivas da RFB pelo público externo	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

Indicadores Avaliados em 2013

PROCESSOS INTERNOS

Suara	49 Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso da primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Sufis	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAI)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Suari	A2 Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira e intervenção no comércio exterior (IGES)	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa
Sutri	49 Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Percentual de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Índice de variação da litigância judicial	Médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Suara	49 Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços a demanda com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (IME 15)	Grau de eficiência das operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	Indicador de atingimento da qualidade dos estudos setoriais	
Suara	49 Aumentar a efetividade das medidas de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional
Suari	A2 Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Grau de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Sutri	Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Indicador global de acompanhamento das maiores contribuintes (IGAM)			
Sufis	Conhecer o perfil integral do contribuinte	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias				
Cocif	Fortalecer as relações institucionais	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				
Ascom	10 Fortalecer a comunicação institucional	Grau de cobertura dos convênios				

PESSOAS E RECURSOS

Sucor	49 Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento				
Sucor	49 Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação				
Sucor	49 Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI				
Sucor	49 Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)		
Sucor	49 Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Índice de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimento		

Legenda

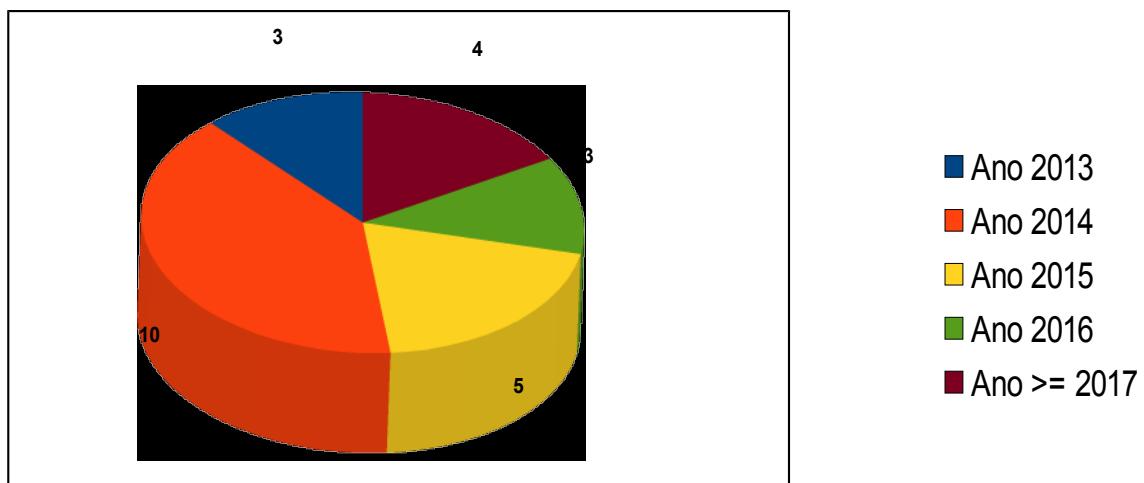
- 1^a Avaliado na 1^a RAE Nacional de 2013
- 2^a Avaliado na 2^a RAE Nacional de 2013
- 3^a Avaliado na 3^a RAE Nacional de 2013
- 4^a Avaliado na 4^a RAE Nacional de 2013

Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status “Disponível” foram marcados como “ND” e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o indicador estratégico selecionado para discussão.

Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais quanto à previsão de encerramento, percentual executado e status.

- Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v.13, em 07/01/2014

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2014, porém muitos deles (50%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2014, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues nos anos seguintes.

- Percentual Executado:

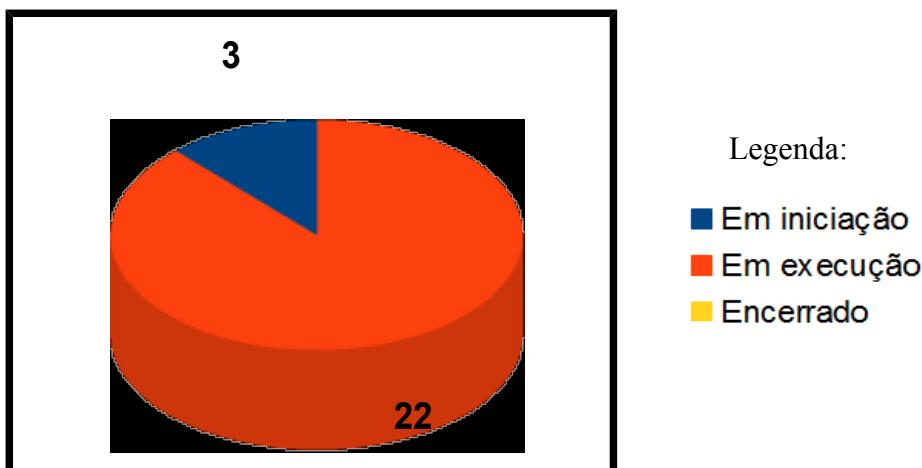
A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	03/01/11	31/12/14	25%
	SCC - Pis/Cofins	Suara	07/07/08	16/01/15	90%
	SCC - Reintegra	Suara	19/09/11	11/04/14	77%
	SIC - Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Suara	07/02/01	27/12/19	50%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	30/04/03	51%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	03/05/13	76%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	29/03/13	32%
	Sped - EFD Social	Sufis	01/07/10	07/01/15	30%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	09/05/14	66%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	30/06/14	88%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	31/12/14	100%
	Siscomex Carga	Suari	01/01/04	17/07/17	30%
	Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Suari	01/01/04	24/11/23	3%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	30/05/14	88%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	13/04/15	0%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	42%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	03/10/11	31/12/14	19%
	Redesim	Suara	05/07/11	14/11/16	42%
	SINTER	Suara	01/03/13	31/12/16	100%
	m-RFB	Sucor	19/03/12	28/02/15	45%
Gestão	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/07/15	46%
	Seg. da Inform.	Sucor	01/08/10	31/01/14	95%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	31/12/13	69%
	e-Processo	Suara	27/02/06	31/12/14	83%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	23/12/16	29%

Fonte: Sistema Clarity PPM v.13 - Dados extraídos em 07/01/14

- Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v.13, em 07/01/2014

Os programas Sistema @TOS, Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos estão em fase de execução.

Iniciativas Regionais na SRRF04

Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e monitoradas tanto pelo gerente da iniciativa quanto pelos seus Patrocinadores. No caso da SRRF04, em 2013, foram priorizadas dezenove (19) iniciativas para acompanhamento direto pelo Gabinete da Superintendente, compondo o Portfólio de Iniciativas Estratégicas Regionais (tabela a seguir). Essas iniciativas se propõem a promover os Objetivos Estratégicos e a alavancar o resultado dos Indicadores.

Iniciativas Estratégicas Regionais SRRF04:

Divisão	Iniciativa	Objetivo
DIANA	Adequar as unidades aduaneiras de Pernambuco ao crescimento do comércio exterior e a falta de pessoal	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
DIANA	Preparação para a Copa das Confederações em Recife	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
DIFIS	Implementar e coordenar Ações para Melhoria da atividade da Fiscalização	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
DIGEP	Projeto Assentamento Funcional Digital na 4ª RF	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
DIPOLO	Adequar a Infraestrutura dos Imóveis da 4a.RF	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
DIPOLO	Sistematizar e Uniformizar os Procedimentos de Execução de Licitação, Contrato e Orçamento na 4ªRF	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

DIRAC	Aprimorar o acompanhamento efetivo dos órgãos do poder público	Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
DIRAC	Gerenciar e acompanhar a cobrança, as compensações, os parcelamentos e o CTSJ	Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
DIREP	Monitorar operações locais de repressão/vigilância realizadas para cumprir metas Coana	Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira
DIREP	Capacitar servidores da Direp04 para uso do armamento institucional	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
DISIT	Incentivar a participação de órgãos parceiros nos eventos de capacitação	Fortalecer as relações institucionais
DITEC	Acompanhar a implantação dos projetos de rede lógica e elétrica junto às unidades	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
DITEC	Promover o uso da Webconference na 4 RF	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
DITEC	Disseminar o uso da ferramenta GTEC nas Xtecs	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
DIVIC	Aperfeiçoar a gestão dos diversos cadastros da RFB	Conhecer o perfil integral do contribuinte
DIVIC	Promover o envolvimento da RFB na Educação Fiscal	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
DIVIC	Promover melhoria na qualidade do atendimento	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
GABIN	Implantação do Escritório Regional de Projetos	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação
SEMAC	Acompanhamento dos Grandes Contribuintes por Setor Econômico	Conhecer o perfil integral do contribuinte

No ano de 2013, onze iniciativas foram concluídas e quatro canceladas. Das quatro iniciativas estratégicas regionais em execução, três têm previsão de encerramento em 2014 e uma tem previsão de encerramento em 2016.

Das iniciativas concluídas, destacam-se cinco, em função dos bons resultados apresentados:

- Gerenciar e acompanhar a cobrança, as compensações, os parcelamentos e o CTSJ
- Aprimorar o acompanhamento efetivo dos órgãos do poder público
- Promover o envolvimento da RFB na Educação Fiscal
- Monitorar operações locais de repressão/vigilância realizadas para cumprir metas Coana
- Preparação para a Copa das Confederações em Recife

Iniciativa: Gerenciar e acompanhar a cobrança, as compensações, os parcelamentos e o CTSJ

Escopo (propósito): Efetuar o levantamento de diagnóstico de necessidade, implementação de soluções, uniformização de procedimentos, reuniões de serviço visando capacitar os servidores de forma prática trabalhando efetivamente os processos em estudo e capacitação dos servidores (realização de treinamentos e de Seminários) visando atender aos objetivos traçados pela região.

Resultados Esperados: Otimização do acompanhamento das unidades com vistas ao controle efetivo do crédito tributário, dos processos de cobrança, compensação, parcelamento e do crédito tributário sub judice.

Objetivos estratégicos impactados:

- Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
- Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
- Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário

Indicador estratégico impactado: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

2013	Até Mar		Até Jun		Até Set		No ano	
	UJ	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta
RF04	8,75	6,70	17,50	28,50	26,25	37,20	35,00	44,70

Iniciativa: Aprimorar o acompanhamento efetivo dos órgãos do poder público

Escopo: realizar o acompanhamento e controle dos órgãos públicos, com vista ao efetivo cumprimento das obrigações previdenciárias e relativas ao Pasep. Tem como objetivo fazer com que os órgãos do poder público recolham as contribuições e informem na GFIP efetivamente todos os segurados pertencentes ao RGPS- Regime Geral de previdência Social.

Resultados esperados: aumentar a arrecadação das contribuições previdenciárias e relativas ao Pasep através do modelo desenvolvido na 4ª Região e regulamentado pela Norma de Execução Codac nº 5/2009. Além do aumento da arrecadação, consegue-se, também, a inclusão social de milhares de trabalhadores nos benefícios previdenciários.

Objetivos Estratégicos impactados:

- Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
- Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

Indicador Estratégico impactado: Não há indicador estratégico diretamente impactado.

Iniciativa: Promover o envolvimento da RFB na Educação Fiscal

Escopo: estimular os Núcleos de Educação para o Cidadão Locais das unidades descentralizadas (DRF's, ALF's e IRF/REC), com objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade do atendimento e da imagem institucional, da intensificação do atendimento eletrônico, da educação tributária para o cidadão, do aperfeiçoamento da comunicação institucional e do fortalecimento da integração com os parceiros institucionais por intermédio de ações de Educação Fiscal. Com a competência de planejar, criar, coordenar e articular a implementação, dos projetos, ações e atividades necessárias ao alcance do seu objetivo em parceria com as Divisões e Serviços, com as Delegacias, Alfândegas e Inspetoria Porto do Recife desta SRRF 04 e com as entidades da sociedade civil e empresarial organizadas. Bem como representar regionalmente a RFB nos órgãos do Programa Nacional de Educação Fiscal.

Resultados Esperados:

- Promoção da educação fiscal
- Fortalecimento dos grupos de Educação Fiscal
- Maior cooperação entre os grupos de Educação Fiscal da 4^aRF
- Fortalecimento da integração com os parceiros institucionais
- Intensificação do atendimento eletrônico
- Prestação de atendimento integrado e conclusivo ao contribuinte
- Orientação tributária

Objetivo Estratégico impactado: Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade.

Indicador Estratégico impactado: Indicador de atividade de educação fiscal

2013		Até Mar		Até Jun		Até Set		No ano	
UJ	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	
RF04	141,75	293,43	283,50	586,34	425,25	747,45	567	867,91	

Iniciativa: Monitorar operações locais de repressão/vigilância realizadas para cumprir metas Coana

Escopo: Acompanhar o planejamento, registro, execução e controle das atividades de vigilância e repressão aduaneiras nas Unidades Locais.

Resultados Esperados: Ampliar na 4^a RF as ações de vigilância e repressão aduaneiras, dando total cumprimento ao estabelecido na Portaria Coana nº 35/2011.

Objetivos Estratégicos impactados:

- Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira;
- Elevar a percepção de risco e a presença fiscal.

Indicador Estratégico impactado: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

Meta: 100

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
4 ^a RF	200	72,73	116,67	96,67	113,89	126,32	122,22	122,64	118,33	115,94	117,33	110,84

Iniciativa: Preparação para a Copa das Confederações em Recife

Escopo: Preparar a Alfândega do Aeroporto do Recife para receber cargas e passageiros associados com o evento. Treinar servidores de todas as unidades da região para dar reforço a Alfândega Aeroporto. Providenciar equipamentos e materiais que serão utilizados. Capacitar servidores para os regimes aduaneiros mais utilizados pela FIFA e empresas relacionadas. Preparar a IRF Recife para eventual utilização do terminal marítimo. Preparar Porto de Suape para os despachos de importação.

Resultados Esperados: Dar fluidez as importações relativas ao evento. Providenciar atendimento de qualidade aos passageiros. Realizar o controle aduaneiro com segurança. Preparar o pessoal e as unidades para a Copa do Mundo 2014. Fortalecer a imagem da RFB perante a Sociedade.

Objetivo Estratégico impactado: Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
Indicador Estratégico impactado: Não há indicador diretamente impactado.

Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE Regional):

No processo de avaliação dos resultados, foram realizadas em 2013, no âmbito da 4^a Região Fiscal, seis Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da SSRF04. Participaram desse encontro o Superintendente, os Superintendentes adjuntos, os chefes de divisão, os administradores das unidades locais e os assistentes de planejamento.

A pauta da reunião é voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos indicadores estratégicos que compõem a cesta de indicadores do Índice RFB, avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas. Essa avaliação favorece a tomada de medidas corretivas contribuindo para a minimização dos riscos e possíveis solicitações de mudanças que contribuam para o alcance dos resultados esperados.

Seguem abaixo as datas em que foram programadas e realizadas a RAE no ano de 2013:

1 ^a 01/02/13	4 ^a 22/08/13
2 ^a 22/04/13	5 ^a 04/10/13
3 ^a 27/06/13	6 ^a 10/12/13

Capacitações

No âmbito das capacitações, foram previstos dois Seminários de Gestão Estratégica como podemos observar abaixo:

I Seminário Gestão Estratégica - 14, 15 e 16 de maio de 2013

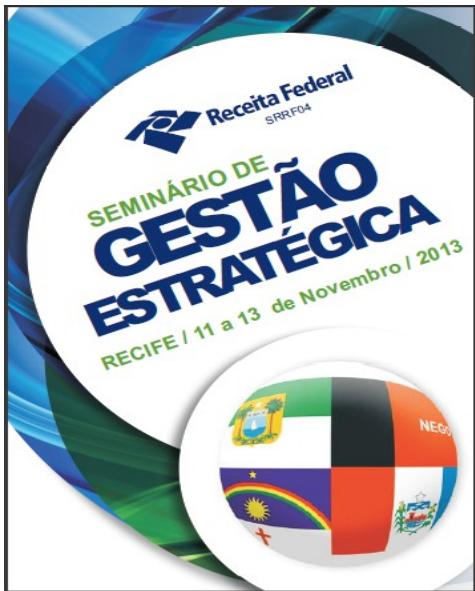
Objetivos:

- Disseminar o atual entendimento da cultura organizacional que utiliza o planejamento estratégico para definição de diretrizes e objetivos, levando em conta um mapa estratégico atualizado para o quadriênio 2012-2015 e a respectiva cadeia de valores, onde foram identificados os macroprocessos tributários em consonância com as políticas institucionais.
- Identificar os indicadores estratégicos de gestão e sua relação com o desempenho da unidade e da região fiscal, indicando ações para buscar o incremento dos resultados e a avaliação permanente.



II Seminário Gestão Estratégica

11,12 e 13 de novembro de 2013



Objetivos:

- Propiciar o contato com temas variados de interesse da gestão estratégica ("Melhores práticas");
- Aprofundar o alinhamento do desenvolvimento gerencial com o planejamento estratégico;
- Desenvolver práticas de levantamento de iniciativas com foco no Planejamento 2014.

Disseminação do Planejamento Estratégico

No que tange ao plano de divulgação interna, a 4^a Região Fiscal adotou as seguintes formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição:

- Calendário 2013 com a foto do Mapa Estratégico 2012-2015;
- Distribuição de cartazes e *banners* com a imagem do Mapa Estratégico e da Cadeia de Valor;
- Divulgação de Notícias na Intranet (Seminários, RAE etc)
- Publicações de matérias na Intranet abordando conceitos de Planejamento Estratégico:
 - 13/09/13: Planejamento Estratégico
 - 23/09/13: Mapa Estratégico
 - 01/10/13: Cadeia de Valor
 - 09/10/13: Indicador, Meta e Iniciativa
 - 13/10/13: Painel de Desempenho
 - 06/11/13: Índice RFB – Parte 1
 - 13/11/13: Índice RFB – Parte 2

Institucional
Nossa História
Elaboração de Atos
Ética e Cidadania
Gestão Estratégica
Legislação e Jurisprudência
Processos de Trabalho
Segurança Institucional
Sistemas e Downloads
Unidades da RFB

[blog da Intranet](#) | [últimas notícias](#)

SRRF04 realiza última Reunião de Avaliação Estratégica de 2013

registered em: [r04](#)

Reunião tem como objetivo realizar o acompanhamento do desempenho dos indicadores estratégicos e das metas da Região

Aconteceu na ultima terça-feira, 10/12/2013, no Gabinete da Superintendência, a 6ª Reunião de Avaliação Estratégica Regional – RAE, última edição de 2013, que reuniu, através de videoconferência, os Superintendentes da 4ª Região Fiscal, chefes de divisões e serviço e os titulares das unidades da região. Esse evento aconteceu ao longo do ano de 2013 com o objetivo de realizar o acompanhamento dos indicadores estratégicos e das metas das unidades da Região.



Após a apresentação dos resultados dos indicadores estratégicos pelos chefes de divisão, a Superintendente, Renata Gasparini, mostrou o detalhamento do Índice RFB para o 4º trimestre de 2013 que atingiu o valor estimado de 97,72. Este resultado significa que a 4ª Região se encontra na faixa de 95 a 100% para distribuição dos recursos orçamentários. Durante a reunião, também foram apresentadas as Iniciativas Estratégicas Regionais que serão acompanhadas pelo Gabinete da Superintendência durante o ano de 2014.

Ao final, os Superintendentes agradeceram a colaboração e o empenho de toda a equipe para o alcance dos resultados. Segundo eles, em 2014 será construído – junto com os Administradores e Chefes de divisões – um novo modelo de RAE, que contemplará as iniciativas estratégicas, possibilitando a discussão de temas de interesse de toda a Região Fiscal.

[4ª Região Fiscal]

Estrutura Organizacional

Superintendência Regional - SRRF04

Gabin

Assessoria

Notícias da Superintendência

Notícias da 4ª RF

2012

2013

Janeiro

Fevereiro

Março

Abri

Maio

Junho

Julho

Agosto

Setembro

Acessibilidade [Fale Conosco](#) [Meu Correio](#) [Acesso Restrito](#)

Buscar no Site

apenas nesta seção

Institucional
Nossa História
Elaboração de Atos
Ética e Cidadania
Gestão Estratégica
Legislação e Jurisprudência
Processos de Trabalho
Segurança Institucional
Sistemas e Downloads
Unidades da RFB

[blog da Intranet](#) | [últimas notícias](#)

II Seminário de Gestão Estratégica é realizado na SRRF04

registered em: [r04](#), [acompanhar a execução da estratégia](#)

Secretário-adjunto, Luiz Fernando Teixeira Nunes, e subsecretário-substituto e coordenador-geral de Fiscalização, Iágalo Martins, participam do evento



A Superintendência da Receita Federal na 4ª RF está realizando, no período de 11 a 13 de novembro, o II Seminário de Gestão Estratégica. O evento conta com a participação dos Superintendentes, Chefes de Divisão da Superintendência, Assessoria do Gabinete/SRRF, dos Inspetores-Chefe e Delegados das unidades da RFB na 4ª Região Fiscal.

Na abertura do evento esteve presente o Secretário-Adjunto da RFB, Luiz Fernando Teixeira Nunes, que apresentou a palestra "Desafios e perspectivas da RFB para os próximos anos". Ainda na primeira tarde, foi proferida palestra sobre as realizações da Subsecretaria de Fiscalização, pelo Subsecretário-Substituto e Coordenador-Geral de Fiscalização Iágalo Jung Martins.



[4ª Região Fiscal]

Estrutura Organizacional

Superintendência Regional - SRRF04

Gabin

Assessoria

Notícias da Superintendência

Notícias da 4ª RF

2012

2013

Janeiro

Fevereiro

Março

Abri

Maio

Junho

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

[Página Inicial](#)
[Espaço do Servidor](#)
[TV Receita](#)
[Conexão Receita](#)
[Educação Corporativa](#)
[Biblioteca](#)

Fique por dentro – Planejamento na RFB

registrado em: [rf04, gerir comunicação institucional](#)

Conheça os conceitos básicos de Planejamento que norteiam os trabalhos na RFB

Na coluna "Fique por Dentro" você acompanhará uma série de matérias que irá abordar um assunto que precisa ser cada vez mais detalhado, pois é de extrema importância para o desenvolvimento da instituição.

O **planejamento estratégico** é um método utilizado para formulação de estratégia organizacional de longo prazo no qual se busca o conhecimento do ambiente ao qual a organização está inserida. O seu processo de elaboração pressupõe questionamentos sobre: onde estamos; onde queremos chegar; o que fazer; por quê; como; quando; quanto; para quem; por quem; e onde.

A partir desse processo, são definidos os referenciais estratégicos: **missão, visão e valores**. Esses marcos institucionais são traduzidos pelos **objetivos estratégicos** que identificam as prioridades da Instituição.

[4ª Região Fiscal]

Estrutura Organizacional

- Superintendência Regional - SRRF04
- Gabin
- Assessoria
- Notícias da Superintendência
- Notícias da 4ª RF
- 2012
- 2013
- Janeiro
- Fevereiro

[blog da intranet](#)
[últimas notícias](#)

Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 18/02/2014

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 2 – Ações

Identificação da Ação								
Código	10B3					Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN							
Iniciativa								
Objetivo						Código:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda					Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil							
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC	(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
1.000.000	1.000.000	9.113	9.113	9.113	0	0		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado			
Obra concluída			percentual de execução física	2,0	0	1,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
988.103	0	0	Obra concluída	percentual de execução física	0,0			

Análise da execução

A contratada para a execução da obra entrou em "execução judicial" e não conseguiu manter as condições habilitatórias adquiridas na licitação, especialmente quanto à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que estava com registros de débitos de vários Tribunais quando do prazo de prorrogação contratual, sem que a contratada os solucionasse antes do vencimento contratual. Ao longo de 2013 foi realizada licitação para revisão dos projetos executivos, mas

redundou deserta. Em 2014 é esperada nova publicação do edital e a revisão dos projetos para posterior licitação da obra.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: prejudicada pela extinção do contrato por decurso de prazo sem atendimento às condições de habilitação. A expectativa é a retomada da obra em 2014, com a contratação de nova empresa executora, após a conclusão da revisão dos projetos executivos.

Fatores intervenientes: dificuldades com a contratada, não orçamentárias.

Restos a pagar: os valores foram inscritos em RAP para preservar os recursos orçamentários, diante de possíveis limitações orçamentárias nos exercícios subsequentes. Diante do cancelamento do contrato, o RAP será anulado.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

Identificação da Ação								
Código	148L					Tipo: Projeto		
Título	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE							
Iniciativa								
Objetivo	Código:							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							
	Código: 2110 Tipo: Gestão e Manutenção							
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil							
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC		(<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
12.082.571	1.082.572	549.076	44.010	6.359	37.650	505.066		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
Obra concluída			percentual de execução física	Previsto	Reprogramado	Realizado		
				20,0		1,0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
1.441.411	57.400	0	Obra concluída		percentual de execução física	1,0		

Análise da execução

Foi contratado o projeto básico e o "projeto legal" para envio à prefeitura espera-se ser concluído no 1º semestre de 2014. A conclusão dos projetos complementares é esperada para o 2º semestre de 2014 com posterior licitação da obra.

Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: avaliação a partir de 2014 ou 2015, quando a licitação da obra for concluída.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

Painel de Desempenho

O **Painel de Desempenho** é uma representação gráfica dos Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. É possível extrair esses dados a partir do Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (Sage), ferramenta que dá divulgação e transparência dos resultados para o público em geral.

Dos 29 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel de Desempenho, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 20 (4 na perspectiva Resultados; 13 na Processos Internos, 3 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 3 (3 na perspectiva Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 1 na perspectiva Processos Internos, a saber: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimento; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 5 (1 na perspectiva Resultados e 4 na Processos Internos).

Dos indicadores com análise de resultados temos 69% deles com resultados dentro do esperado, 10% com resultados pouco abaixo do esperado, 3% com resultados muito abaixo do esperado e 17% com resultados muito acima do esperado.

Índice RFB

O Índice RFB é o índice criado a partir de alguns indicadores desdobráveis, distribuídos em blocos de macroprocessos da Cadeia de Valor, que são considerados determinantes para o atingimento dos objetivos estratégicos em um dado período, e que resumem o desempenho das unidades regionais e, consequentemente, da RFB.

No quadro abaixo, podemos visualizar o desempenho trimestral da 4ª Região Fiscal em 2013:

BLOCOS	Peso Blocos	Resultado 1º Trimestre	Resultado 2º Trimestre	Resultado 3º Trimestre	Resultado 4º Trimestre
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	18%	15,16	18	18	17,99
Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	28%	27,70	27,45	27,94	27,67
Administração Aduaneira	18%	17,37	17,34	17,15	17,02
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	12%	12	12	12	11,03
Interação com a Sociedade	12%	11,72	12	12	12
Gestão Corporativa	12%	10,08	11,93	10,20	10,84
TOTAIS:	100%	94,03	98,72	97,29	96,55

Indicadores

É possível acompanhar o desempenho de cada indicador através das metas e resultados registrados periodicamente. Além disso, a área gestora do indicador deverá realizar a Análise de

Desempenho na qual será registrada a situação atual, bem como os pontos críticos e os encaminhamentos para contorná-los. Segue abaixo a lista dos indicadores monitorados pela RF04:

- Objetivo Estratégico: Aproximar a arrecadação efetiva da potencial

Indicador: **Índice de realização da meta global de arrecadação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.

Fórmula de cálculo: [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].

Fonte dos Dados: DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												100,00
Resultado	100	100	100	100	100	99,77	99,49	99,79	99,67	99,69	99,59	99,26

Análise de desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 4ªRF teve um resultado muito próximo à meta estabelecida (99,69%) ao final do ano, tendo em vista a questão da perda de arrecadação da Chesf, maior contribuinte da Região, em razão de uma mudança legislativa.

Pontos Críticos: não há.

Encaminhamentos: não há.

- Objetivo Estratégico: Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Indicador: **Índice de adimplência do crédito tributário**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	93,10	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).

Fonte dos Dados: DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												93,10
Resultado	95,20	93,50	93,60	94,00	93,40	93,60	93,70	93,30	93,40	93,30	92,90	92,90

Análise de desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Meta alcançada sobretudo devido às providências nacionais (lotes de cobrança, etc)

Pontos Críticos: Pouca governabilidade local sobre esse indicador. Não se identificam medidas concretas que possam repercutir nos resultados.

Encaminhamentos: Não há.

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.

Fonte dos Dados: Sistema Omissos.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				97,00
Resultado	96,99	96,82	96,85	96,88

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Desvio mínimo em relação à meta. Trata-se do perfil normal dos contribuintes desta região.

Pontos Críticos: Não há

Encaminhamentos: Não há.

Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	567,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.

Fórmula de cálculo: Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.

Fonte dos Dados: Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				567,00
Resultado	293,43	586,34	747,45	867,91

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 4ª RF superou a meta anual deste indicador desde o 2º trimestre de 2013.

Pontos Críticos:

- Notamos que, pelo fato do índice estar subestimado, de um modo geral, as unidades se sentiram pouco estimuladas a realizar eventos de educação fiscal no 4º trimestre.
- Necessidade de um Representante Regional, que possa se dedicar às ações de incremento da atividade na região.
- Os coordenadores dos NEF locais são os únicos responsáveis pela alimentação dos dados nas planilhas eletrônicas dos eventos de educação fiscal, e na ausência destes, este procedimento fica prejudicado.

Encaminhamentos: Constituir/Recompor os Núcleos de Educação Fiscal nas DRF e SRRF.

Indicador: **Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	82,20	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.

Fonte dos Dados: Siscomex (DW Aduaneiro).

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												82,20
Resultado	0	0	0	0	100	100	100	100	100	100	100	100

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: O indicador não está medindo adequadamente devido a não ter havido ainda seleção por aleatoriedade na 04RF

Pontos Críticos: Não há, pelo fato citado acima.

Encaminhamentos: Será encaminhado ao Cerad solicitação de inclusão de percentual de aleatoriedade para as unidades da 04RF.

- Objetivo Estratégico: Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento

Indicador: Índice de recuperação da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara	Percentual	Positiva	32,34	TRIMESTRAL

Finalidade: Mensurar o conhecimento da população em relação à missão, à visão e aos valores da RFB.

Fórmula de cálculo: Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento

Fonte dos Dados: Pesquisa de opinião

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				32,34
Resultado	9,46	43,99	60,00	45,80

Análise de Desempenho: Não há informação.

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	35,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.

Fórmula de cálculo:

$[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100.$

Fonte dos Dados: DW-PER/DCOMP

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				35,00
Resultado	6,70	28,50	37,20	44,70

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Meta alcançada ainda faltando alguns meses para o final do ano. Com o atingimento da meta garantido, as unidades podem se dedicar aos trabalhos de outras Dcomp que considerem críticos ou estratégicos, mesmo não sendo necessariamente os de maior valor, assim o resultado não supera a meta por larga margem.

Pontos Críticos: A lista de documentos a trabalhar só foi recebida em abril/2013. Isso causou significativa perda de tempo, influindo nos resultados.

Encaminhamentos: Não há.

- Objetivo Estratégico: Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.

Fórmula de cálculo: $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.

Fonte dos Dados: Ação Fiscal e Portal Copes

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta	95,00	95,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	60,00	60,00	60,00	85,00
Resultado	95,00	95,40	46,29	47,18	46,40	45,75	44,98	45,93	61,10	61,20	61,56	86,55

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: O IGDS (Índice Global de Desempenho da Seleção), cuja meta até 31/12/13 era 85%, é formado pelos índices IQSF (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização) e IFGED (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês) com peso de 50% para cada índice. O IQSF corresponde ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período (indicador R2). Para este índice, cujo percentual desejado é de 90%, a 4ª RF se destacou, atingindo a excelente marca de 93,11%, a par de uma média nacional de 91,13%. Quanto ao IFGED, o percentual previsto de 80% também foi alcançado. Assim sendo, o Índice Global de Desempenho da Seleção - IGDS total foi de 86,55%, o segundo melhor entre as regiões.

Pontos Críticos: Não há.

Encaminhamentos: Foram feitas reuniões individuais para avaliar problemas e propor soluções, bem assim, acompanhamento mensal dos resultados.

Indicador: **Indicador global da fiscalização (IGF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.

Fórmula de cálculo: (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25).

Fonte dos Dados: Ação Fiscal

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta	6,00	12,00	20,00	26,00	32,00	40,00	48,00	56,00	65,00	76,00	88,00	100,00
Resultado	6,20	13,40	26,00	34,40	44,50	53,10	62,10	73,60	82,80	88,70	95,30	103,40

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual:

1. O Indicador de Desempenho de Fiscalização (IDF) foi de 101,86% acima do desejado, 100,0%.
2. Indicador de presença fiscal (IPF) foi igual a 141,78% acima do esperado = 100,0%, conseguimos o melhor resultado no ranking nacional.
3. Indicador de Crédito tributário lançado (ICT) foi igual a 172,53% da meta anual, acima do ideal que é de 100%.
4. O Indicador Global de Fiscalização – IGF da 4ª Região (desempenho da fiscalização considerando crédito, quantidade e presença fiscal) foi de 115,36%, acima do desejado, 100,0%, e obtivemos o terceiro melhor resultado no ranking nacional.
5. Quantidade de procedimentos de fiscalização realizados em pessoa jurídica Diferenciada (M1) foi igual a 114,03%, acima do desejado: 100%.
6. Quantidade de procedimentos de fiscalização realizados em pessoa jurídica Média(M2) foi igual a 103,99% quando o desejado seria 100%.
7. Quantidade de procedimentos de fiscalização realizados em pessoa física (M4) foi igual a 100,03%.
8. Quantidade de procedimentos de fiscalização realizados em pessoa física (M3) foi igual a 96,48%, apenas um pouco abaixo do desejado 100%.

Pontos Críticos: Os principais pontos a ser melhorados são: MALHA ITR, quantidade de MPF – diligência com mais de um ano, e encerramento de ações sem preenchimento das horas.

Encaminhamentos: A Difis04 em reunião de avaliação do desempenho da fiscalização com os chefes de fiscalização da região está elaborando novas estratégias para o ano de 2014.

Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais

Fórmula de cálculo:

(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70).

Fonte dos Dados: Ação Fiscal Aduaneiro.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta	20,00	40,00	65,00	100,00
Resultado	18,10	34,80	66,70	90,30

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 4ª RF ficou abaixo da meta como já era esperado.

Pontos Críticos: Este índice é composto por diversos indicadores, entre eles o nº de horas programados para a fiscalização no ano e os valores esperados das ações fiscais. Ambos indicadores levam em consideração a média dos 3 últimos anos. No caso da 4ª RF as horas aplicadas a fiscalização vem diminuindo por falta de pessoal e quanto a média de valores dos 3 últimos anos o alcance ficou prejudicado pois em 2011 tivemos lançamentos atípicos que elevaram a arrecadação e que dificilmente serão alcançados novamente. A 4ª RF não teria condições de alcançar os 100% pois esses dois indicadores não são passíveis de alcance dos 100%.

Encaminhamentos: Em reunião em 2012, em vídeo conferência e na reunião individualizada SRRF04 com a Suari a composição desse indicador foi criticada mas não conseguimos uma alteração.

- Objetivo Estratégico: Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	53,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.

Fórmula de cálculo: Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.

Fonte dos Dados: Siscomex (DW Aduaneiro).

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												53,00
Resultado	45,97	47,12	49,12	48,38	47,32	48,80	49,02	48,31	47,76	47,81	47,51	46,96

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 04RF obteve semáforo verde em todos os meses, tendo atingido em 2013 um resultado de 46,96 para uma meta de 53,00.

Pontos Críticos: Pouca governança das unidades sobre o indicador.

Encaminhamentos: Acompanhamento e monitoramento do indicador.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

Fórmula de cálculo: (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.

Fonte dos Dados: DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				90,00
Resultado	100,00	86,00	88,00	90,00

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 4ª RF ficou dentro da meta de 90%.

Pontos Críticos: Não há.

Encaminhamentos: A pesquisa/seleção continuará centralizada regionalmente pois podemos contar com mão de obra especializada.

- Objetivo Estratégico: Reduzir litígios tributários e aduaneiros

Indicador: Índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	68,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.

Fórmula de cálculo: Número de consultas respondidas pela unidade da RFB / (acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na unidade da RFB + número de consultas recebidas pela unidade da RFB no período analisado).

Fonte dos Dados: Levantamento manual.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				68,00
Resultado	81,50	88,07	81,64	95,40

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Índice acima da meta estabelecida.

Pontos Críticos: Com a nova Instrução Normativa de consultas, a IN RFB nº 1.396/2013, vigorando a partir de 17 de setembro de 2013, a medição do ISC do 4º trimestre de 2013 sofreu grande influência. Como a solução das consultas externas passou para a competência da Cosit e pela nova sistemática adotada todas as consultas externas recebidas pelas Unidades da RFB passaram a ser enviadas diretamente a um Grupo de Triagem da Cosit, houve a centralização das entradas para posterior distribuição às Disits, a quem compete a elaboração de minutas das soluções de consultas, relativos a consultentes de todas as regiões fiscais. Então, basicamente houve apenas saídas de processos, porque foi mantido nesta Disit número de consultas correspondente à demanda de trabalho do último trimestre do ano e somente no início de 2014 serão enviados novos processos de consulta pela Cosit.

Encaminhamentos: Para não comprometer o trabalho de saídas das consultas, a atribuição passada pelo gabinete da SRRF04 para atender ao Fale Conosco Aduaneiro da RFB foi direcionado como rodízio mensal entre os pareceristas da Disit04. Diante das alterações decorrentes da nova sistemática para a solução de consulta externa, aguardamos nova fórmula que espelhe melhor a situação real.

- Objetivo Estratégico: Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade

Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	84,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.

Fórmula de cálculo: [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.

Fonte dos Dados: Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												84,00
Resultado	73,97	91,77	92,56	98,64	95,38	86,95	93,42	94,63	90,96	97,42	91,43	72,25

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 4ª RF encerrou o ano de 2013 com a certeza que o diálogo mantido com as unidades vem repercutindo positivamente no alcance das metas estabelecidas.

O autoatendimento orientado, em funcionamento em Natal desde junho de 2013, continua a obter bons resultados e deverá ser implantado em todos os CAC da 4ªRF até o mês de dezembro de 2014.

No dia 04 de novembro de 2013, em função de reforma no prédio da Receita Federal no bairro do Recife Antigo, o atendimento do CAC realizado nas instalações do prédio teve que ser transferido para o local onde já funcionava o CAC Boa Viagem. Em suma, todos os atendimentos presenciais oferecidos ao cidadão e empresas em Recife agora estão concentrados em um único endereço até que a reforma esteja concluída.

Pontos Críticos: Em 24 de outubro de 2013 o atendimento do CAC Natal foi suspenso em torno das 11:30h, em função de problemas com o circuito da OI. O atendimento não foi retomado até o final do expediente, visto que o problema somente foi solucionado à noite. Esse fato exemplifica como o não acesso aos sistemas pode prejudicar as atividades das unidades que têm que envidar esforços para, nos dias subsequentes, absorver a demanda não atendida e os atendimentos já programados.

A unificação, dos CAC Recife Centro e Recife Boa Viagem, apesar de ter sido amplamente divulgada nas unidades e na imprensa local não foi bem recebida pelos usuários em geral devido à dificuldade de estacionamento e acesso para aqueles que necessitam utilizar transporte público.

A reabertura do parcelamento Lei 11.941/2009, trouxe consigo a necessidade de disseminação constante de informações e novos procedimentos. O volume de informações foi tamanho que mesmo nos últimos dias para o prazo final de adesão ainda restavam dúvidas e incertezas no atendimento.

A migração dos sistemas previdenciários para a plataforma baixa trouxe tensão para o atendimento pois às vésperas do prazo final para adesão de parcelamento os sistemas previdenciários ficaram indisponíveis. Os contribuintes trouxeram sua insatisfação para o atendimento que já havia sido exigido sobremaneira nos últimos meses.

Encaminhamentos: A Divic04 é a responsável pelo gerenciamento da iniciativa de implantação do autoatendimento orientado na 4ªRF.

Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dia	Negativa	643,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, resarcimento e reembolso pendentes (PER).

Fórmula de cálculo: (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.

Fonte dos Dados: DW PERDCOMP.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta	964	857	750	643
Resultado	923	688	534	490

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Meta atingida, graças ao foco de trabalho nos documentos mais antigos.

Pontos Críticos: Per dos pagamentos da Lei 11.941 precisam ter tratamento automático. Per previdenciários precisam de rotinas mais simples de trabalho.

Encaminhamentos: Não há.

Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	71,09	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a fluidez do despacho de importação.

Fórmula de cálculo: Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.

Fonte dos Dados: GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												71,09
Resultado	75,21	75,17	74,26	75,31	74,73	74,57	74,98	75,02	75,05	74,97	75,27	75,10

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A 04RF superou a meta de 2013, que era de 71,09, atingindo o resultado de 75,09. Desde 2012 as unidades da 04RF possuem 2 horários de parametrização por dia, de modo a melhorar o fluxo de liberação de mercadorias e facilitar a logística dos importadores. A implantação do porto 24 horas em Suape contribuiu para este indicador.

Pontos Críticos: As unidades possuem governança reduzida para o atingimento da meta.

Encaminhamentos: Acompanhamento.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Dia	Negativa	0,20	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.

Fórmula de cálculo: Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembarque dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.

Fonte dos Dados: GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Resultado	0,15	0,15	0,13	0,10	0,14	0,12	0,23	0,99	0,16	0,09	0,02	0,04

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: No período disponível de dados, janeiro a outubro, a 04RF ficou com semáforo verde ou cinza em todos os meses, exceto agosto, em que ficou vermelho por uma questão pontual e que não voltará a se repetir. Provavelmente os tempos de novembro e dezembro seriam verdes, pelo histórico de períodos anteriores.

Pontos Críticos: Para a 04RF como todo não há um ponto crítico. Algumas dificuldades pontuais. Os despachos a posteriori prejudicam a meta, mas estão sob controle.

Encaminhamentos: Monitoramento e acompanhamento.

- Objetivo Estratégico: Fortalecer a vigilância e a repressão aduaneira

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,0	TRIMESTRAL

Finalidade: Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.

Fórmula de cálculo:

(Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:

Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

Fonte dos Dados: Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												100,0
Resultado	200	72,73	116,67	96,67	113,89	126,32	122,22	122,64	118,33	115,94	117,33	110,84

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Mesmo com a concentração nas atividades de repressão voltadas para a Copa das Confederações durante o primeiro semestre, conseguimos um resultado acima da meta prevista.

Pontos Críticos: Falta de infraestrutura como rádios comunicadores, carros etc.

Encaminhamentos: Não há.

- Objetivo Estratégico: Conhecer o perfil integral do contribuinte

Indicador: **Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.

Fórmula de cálculo: (0,25 x Indicador de Distorções da Arrecadação IDA) + (0,35 x Indicador do Setor Econômico ISE) + (0,40 x Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT).

Fonte dos Dados: Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta	20,00	40,00	65,00	100,00
Resultado	20,00	40,00	65,00	100,00

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: A meta anual foi atingida pela 4aRF com também pelas Delegacias individualmente, o que demonstra que o planejamento estratégico atinge todas as unidades independente de porte.

Pontos Críticos: Falta de pessoal, principalmente nas unidades de menor porte. Alterações no plano Maco para 2014, o q exigirá treinamento dos servidores q desempenham a atividade de acompanhamento.

Encaminhamentos: Organizar treinamentos e reuniões de trabalho para esclarecer acerca das alterações.

- Objetivo Estratégico: Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas

Indicador: **Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.

Fórmula de cálculo:

$\{0,6 \times [(carga horária total de capacitação / total de treinados sem repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total de treinados capacitados sem repetições / total de servidores em exercício) / meta]\}$.

Fonte dos Dados: Siscad.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta	20,00	50,00	80,00	100,00
Resultado	37,79	67,34	79,65	101,64

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: O índice regional de 98,74% foi inferior à meta estabelecida para o ano de 2013 (100%).

Pontos Críticos: O contingenciamento de recursos orçamentários limitou a execução dos eventos programados, redundando em priorização e limitando a realização dos eventos programados. A DRF/Maceió possui o menor índice regional.

Encaminhamentos: No próximo ano, racionalizar os recursos priorizando as capacitações mais estratégicas e promover capacitações que envolvam baixo custo (EaD, videoconferência e treinamento em serviço). Solicitar recursos adicionais à COGEP/RFB, quando necessário. Promover estratégia para alavancar o índice da DRF/Maceió.

- Objetivo Estratégico: Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais

Indicador: Nível de adequação imobiliária (NAI)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	60,33	SEMESTRAL

Finalidade: Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.

Fórmula de cálculo: Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.

Fonte dos Dados: Sistema Edifica.

Resultados:

2013	Até Jun	No ano
Meta		60,33
Resultado	54,40	54,85

Análise de Desempenho: Não há informação.

Indicador: Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.

Fórmula de cálculo: [(IWC = Indicador de webconference x 0,20) + (IRM = Indicador de RFBMail x 0,10) + (IRS = Indicador de rede sem fio x 0,10) + (IAC = Indicador do acelerador wan x 0,20) + (IDK = Indicador de estações de trabalho do tipo desktop x 0,20) + (INB = Indicador de estações de trabalho do tipo notebook x 0,20)] x 100.

Fonte dos Dados: Levantamento com base em questionário.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												100,00
Resultado	95,96	96,89	96,89	96,98	96,98	96,98	96,98	97,72	97,72	97,72	97,72	97,72

Análise de Desempenho: Não há informação.

Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.

Fórmula de cálculo: $[(IA = \text{Estações de trabalho adequadas} \times 0,20) + (IB = \text{Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança} \times 0,20) + (IC = \text{Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital} \times 0,20) + (ID = \text{Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação} \times 0,20) + (IE = \text{Utilização da banda dos circuitos de rede wan} \times 0,20)] \times 100$.

Fonte dos Dados: Levantamento com base em questionário.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												100,00
Resultado	90,99	90,83	98,37	90,83	92,28	97,28	91,33	97,32	99,06	98,70	98,32	96,27

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Indicador NIT em 96,27%(semáforo amarelo), queda em relação aos três meses anteriores, que permaneceram acima dos 98%(semáforo verde).

Pontos Críticos: A queda em dezembro foi ocasionada por problemas na solução de segurança (SEP) que influenciaram o subitem IC e afetaram a coleta, impossibilitando a utilização do procedimento normal de aferição. Poderá ser necessário retificar o índice quando o OC concluir as averiguações.

Encaminhamentos: Promover ações junto às unidades para diminuir o número de usuários ainda usando o par usuário/senha para login na rede Windows, de modo que todos usem exclusivamente o certificado digital.

Observações: Problemas em componentes de segurança impediram a correta coleta dos índices, provocando distorções que não correspondem à realidade. Conforme o OC, os problemas deverão estar solucionados em até duas semanas, quando será possível efetuar a coleta adequadamente, de modo que será necessária a retificação dos índices já informados.

- Objetivo Estratégico: Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).

Fórmula de cálculo: $[(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$, onde:

ILE = valor arrecadado em leilões;

IEB = estoque base; e

IPF = processos fiscais antigos.

Fonte dos Dados: CTMA.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta	20,00	40,00	80,00	100,00
Resultado	12,00	40,00	50,65	79,01

Análise de Desempenho:

Período: Até o 4º trimestre de 2013

Situação atual: Arrecadação de Leilões ultrapassou o cumprimento da Meta Anual em mais de 57%, totalizando R\$ 8.307.558,00. Estoque Base (EB) reduziu no último trimestre, mas não conseguiu atingir a Meta Anual por conta do expressivo quantitativo de apreensões ocorridas na ALF/SPE e IRF/REC. Contas de Processos Antigos da 210 e 130 atingiram as respectivas Metas Anuais.

Pontos Críticos: Houve grande quantidade e valor de apreensões no 3º trimestre nas ALF/SPE e IRF/REC, só refletidas nesta apuração do EB. O apoio que a 4ªRF presta à 9ªRF, removendo mercadorias regularmente de Foz do Iguaçu acresce o EB, além das nossas apreensões, e a aceleração nas destinações, mesmo com o forte incremento nos leilões, não foi suficiente para reduzir o EB como esperado.

A arrecadação de Leilões da 4ªRF extrapolou em muito a Meta Anual, o que implicará em considerável aumento da Meta em 2014, comprometendo seu cumprimento.

Ainda é muito pequena a quantidade de servidores dedicados ao trabalho com Gestão de Mercadorias Apreendidas (na RF existiam 5 servidores, incluídos os 2 da Dipol, o que foi ainda mais prejudicado com a saída de um na ALF/SPE para área de vigilância aduaneira!).

Encaminhamentos: Será apresentado relatório à gestão da SRRF04 para subsidiar decisão quanto ao pessoal dedicado à Gestão de Mercadorias em 2014.

Observações: O resultado da 4ªRF foi retificado em 03.02.2014 em virtude de um estorno de apreensão ocorrido em outubro de 2013.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.

Fórmula de cálculo: [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.

Fonte dos Dados: Siafi.

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta	5,00	11,00	17,00	25,00	33,00	42,00	50,00	58,00	67,00	78,00	89,00	100,00
Resultado	1,18	7,11	14,99	22,68	30,26	38,57	46,54	54,75	63,95	70,44	78,04	95,59

Análise de Desempenho: Não há informação.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.

Fórmula de cálculo:

$(0,4x\text{VALOR.MP}) + \{0,6x[(0,6x\text{VALOR.OBRAS}) + (0,4x\text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.

Fonte dos Dados: Siafi.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta	20,00	60,00	90,00	100,00
Resultado	0,52	5,23	10,64	35,88

Análise de Desempenho:

Situação atual:

- Material Permanente: O item Material Permanente teve baixo nível de execução em 2013, provavelmente pelas compras realizadas em 2011 (R\$ 2,1 milhões) e 2012 (2,6 milhões), focadas em mobílias e equipamentos de refrigeração.
- Obras: Inexecução parcial do Plano de Engenharia.

Pontos Críticos:

- Material Permanente: As Unidades ainda estavam em 2013 instalando o que compraram nos anos antecedentes.
- Obras: Não houve autorização prévia do MF ou do MPOG para contratação de obras, exceto uma dentre as 10 enviadas. Valores de Obras do Plano de Engenharia/2013 Licitadas, mas NÃO aprovadas pelo MPOG: R\$ 6.455.183,02.

Encaminhamentos:

- Material Permanente: As Unidades só devem pedir o que efetivamente tiverem condições de empenhar em 2014, quando do levantamento de demandas para o Plano Nacional de Aquisições.
- Obras: Não há encaminhamento.

Indicador: Índice de crédito tributário *sub judice* controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a relação entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.

Fonte dos Dados: DW Devedores.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				90,00
Resultado	91,60	92,80	93,80	94,10

Análise de Desempenho

Situação atual: Meta atingida.

Pontos críticos: O índice flutua conforme novos débitos sejam apresentados com suspensão judicial, o que causa insegurança nos resultados. Créditos controlados em processo não são acompanhados pelo índice.

Encaminhamentos: Não há.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	8,00	TRIMESTRAL

Finalidade: Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.

Fonte dos Dados: DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

Resultados:

2013	Até Mar	Até Jun	Até Set	No ano
Meta				90,00
Resultado	13,90	15,00	15,00	18,50

Análise de Desempenho: não há.

Indicador: **Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Milhão de R\$	Positiva	4,24	TRIMESTRAL

Finalidade: Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.

Fórmula de cálculo: Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.

Fonte dos Dados: Levantamento manual

Resultados:

2013	Até Jan	Até Fev	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	No ano
Meta												4,24
Resultado	0,53	0,53	0,66	0,70	0,77	1,39	1,43	4,84	4,97	5,08	5,13	5,38

Análise de Desempenho: Não há.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3 – Avaliação dos Sistemas de Controle Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: texto abaixo					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Os dados foram apurados por pesquisa realizada junto a todos os gestores das unidades locais da jurisdição da UJ, adotando-se o valor que ocorreu com maior frequência em cada item, a moda estatística.

Como resultado, temos que a alta administração das UGs vinculadas a esta UJ entende que os controles internos são relevantes para a obtenção dos objetivos institucionais, e nesse sentido, reconhece a necessidade de um constante aprimoramento, aprofundando a manualização dos processos de trabalho, a gestão de riscos e o monitoramento.

O tema referente à avaliação de risco e os procedimentos envolvidos são uma cultura recente na RFB, que vem sendo gradativamente aperfeiçoada por iniciativas adotadas pelo Órgão Central, que entendemos ser de grande importância para se alcançar uma maior e melhor forma de controle das atividades dessa Secretaria.

Quanto ao tópico Comunicação e Informação, entendemos que a RFB dispõe de uma ótima estrutura para disseminar de forma rápida as informações relevantes, alcançando os gestores e todos os demais servidores. Além do e-mail corporativo (Lótus Notes), há ainda a Intranet da Receita Federal, onde são publicadas diversas informações relevantes ao desempenho dos trabalhos e tomadas de decisão. Mais recentemente se implantou na RFB a ferramenta denominada Conexão Receita, uma plataforma de rede social corporativa que estimula a formação de grupos de estudo ou trabalho, e o compartilhamento de informações.

Finalmente, cabe destacar que até 2012 a RFB não tinha ainda um Código de Ética, mas em junho 2013 foi publicada a Portaria RFB nº773/2013, aprovando o Código de Conduta dos Agentes em Exercício na RFB, instrumento balizador da conduta ética para as decisões cotidianas dos servidores desta Instituição, o que representou um grande avanço no tema.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1 - Execução das Despesas

Quadro 4.a - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	170010	170058	04301211020040001	0,00	0,00	14.566,00
Recebidos	170010	170058	04125211020VF0001	0,00	0,00	14.781,00
Recebidos	170010	170058	04125211020VF0001	0,00	0,00	1.166.797,87
Recebidos	170010	170058	04129211022380001	0,00	0,00	316.306,38
Recebidos	170010	170058	04122211020000001	0,00	0,00	28.001.831,52
Recebidos	170010	170058	04125211022370001	0,00	0,00	1.036.395,23
Recebidos	170010	170058	04125211020VF0001	0,00	0,00	278.551,87
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	170010	170058	04125211020VF0001	2.556.455,74	0,00	0,00
Recebidos	170010	170058	04125211020VF0001	976.490,69	0,00	0,00
Recebidos	170010	170058	04122211010B30024	9.112,88	0,00	0,00
Recebidos	170010	170058	041222110148L0026	549.076,34	0,00	0,00
Recebidos	170010	170058	04122211020000001	333.619,99	0,00	0,00
Recebidos	170010	170058	04125211020VF0001	2.694.003,00	0,00	0,00
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	---	---	---	0,00	0,00	0,00
Recebidos	---	---	---	0,00	0,00	0,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Concedidos	---	---	---	0,00	0,00	0,00
Recebidos	---	---	---	0,00	0,00	0,00

Quadro 4.b – Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	16.130.974,41	22.941.971,45	16.055.759,82	14.347.294,05
a) Convite	31.364,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	53.122,64	1.000.000,00	15.472,29	0,00
c) Concorrência	0,00	1.463.826,00	0,00	22.414,84
d) Pregão	16.046.487,77	20.478.145,45	16.040.287,53	14.324.879,21
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	7.501.434,31	8.332.538,19	7.481.360,38	7.769.285,68
h) Dispensa	6.381.082,64	6.871.149,98	6.379.569,96	6.545.598,66
i) Inexigibilidade	1.120.351,67	1.461.388,21	1.101.790,42	1.223.687,02
3. Regime de Execução Especial	90.437,42	55.204,58	90.437,42	55.204,58
j) Suprimento de Fundos	90.437,42	55.204,58	90.437,42	55.204,58
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.681.552,14	1.561.616,49	1.681.552,14	1.561.616,49
k) Pagamento em Folha	0,00	34.500,80	0,00	34.500,80
l) Diárias	1.681.552,14	1.527.115,69	1.681.552,14	1.527.115,69
5. Outros	2.201.406,41	2.530.107,51	2.201.362,26	2.515.282,84
6. Total (1+2+3+4+5)	27.605.804,69	35.421.438,22	27.510.472,02	26.248.683,64

Quadro 4.c – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	0,00	34.500,80	0,00	34.500,80	0,00	0,00	0,00	34.500,80
08 - Outros Benefícios Assistenciais	0,00	34.500,80	0,00	34.500,80	0,00	0,00	0,00	34.500,80
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	30.000.321,12	27.870.890,42	27.045.041,65	25.734.885,29	2.955.279,47	2.136.005,13	27.018.723,33	25.679.063,62
37 - Locação de Mão de Obra	11.994.492,40	9.824.594,16	10.759.898,09	9.068.999,48	1.234.594,31	755.594,68	10.756.211,50	9.031.942,67
39 - Outros Serviços PJ	10.053.012,35	9.687.534,87	8.730.756,17	8.856.246,72	1.322.256,18	831.288,15	8.708.168,59	8.841.504,53
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.681.552,14	1.527.115,69	1.681.552,14	1.527.115,69	0,00	0,00	1.681.552,14	1.527.115,69
Demais elementos do grupo	6.271.264,23	6.831.645,70	5.872.835,25	6.282.523,40	398.428,98	549.122,30	5.872.791,10	6.278.500,73

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	3.134.789,88	7.516.047,00	560.763,04	599.188,29	2.574.026,84	6.916.858,71	491.748,69	535.119,22
51 - Obras e Instalações	1.861.866,33	3.950.672,87	112.673,76	48.534,84	1.749.192,57	3.902.138,03	43.659,41	48.534,84
52 - Equipamentos e Material Permanente	975.810,67	2.546.025,28	326.176,40	525.427,27	649.634,27	2.020.598,01	326.176,40	473.255,53
36 - Outros Serviços Terceirizados PF	288.000,00	0,00	112.800,00	0,00	175.200,00	0,00	112.800,00	0,00
Demais elementos do grupo	9.112,88	1.019.348,85	9.112,88	25.226,18	0,00	994.122,67	9.112,88	13.328,85
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica:

No Quadro 4.b destacamos alguns pontos quando comparamos 2013 em relação a 2012:

- Redução de 6,4% da execução geral em 2012, motivada pela baixa execução em Despesas de Capital, especialmente em Obras;
- Acréscimo de 5% nas contratações diretas em relação a 2012, por conta dos reajustes em locação (valor mais expressivo das dispensas de licitação e IPCA de 5,91% para 2013);
- Aumento de 10,1% nas Diárias;
- Aumento de 63,8% nas despesas com Suprimento de Fundos.

Para o Quadro 4.c destacamos os seguintes pontos, quando comparamos 2013 com 2012:

- Aumento na execução de Despesas Correntes de 7,64%;
- Locação de mão de obra aumentou em 22% e Serviços PJ aumentou em 3,4%;
- Redução em 58,2% na execução de Investimentos, destacadamente de Obras e Instalações, porque o Plano de Engenharia não pode ser executado plenamente em função de não terem sido analisados em tempo pelo Ministério do Planejamento e Orçamento cinco processos da 4^aRF (conforme Portaria MPOG nº 268/2013), que continham nove obras no valor total de aproximadamente R\$ 5 milhões;
- Restos a pagar não processados reduziram em 55,1% em relação a 2012, em Investimentos porque a maioria das obras que foi empenhada no final do exercício de 2012 foi paga conforme execução em 2013, e não houve tempo hábil para empenho de nove obras deste exercício, pelos motivos acima descritos.

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 4.d - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	9.052.863,84	4.320.858,38	97.537,97	4.634.467,49
2011	153.980,77	0,00	153.980,77	0,00
2009	4.494.050,20	0,00	0,00	4.494.050,20
2008	4.343.333,97	0,00	0,00	4.343.333,97
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	119.890,74	115.112,72	4.778,02	0,00
2011	29.739,82	0,00	0,00	29.739,82

Análise crítica:

Os saldos de Restos a Pagar Não Processados tem vários empenhos relativos às pendências de repactuações e créditos de empresa com ação judicial que ordenou retenção do valor até que seja expedida ordem de depósito. Entretanto, o saldo está fortemente concentrado (65,6% do total) na obra de construção da sede da DRF/NAT (R\$ 8.837.384,17), Ação 10B3 no SIGPLAN, e a razão para a permanência deste por mais de um exercício financeiro se deu por diversas dificuldades administrativas na execução do contrato, culminando com a rescisão contratual em 2013, pela perda do prazo de prorrogação sem que a contratada resolvesse suas pendências na Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas (CNDT), razão pela qual os empenhos serão anulados em 2014. Outra parcela de importância se refere às Obras em andamento na SRRF04 e DRF/REC (76,4% do RAP de 2012).

Quanto aos Restos a Pagar Processados com saldo em 31/12/2013, refere-se a um empenho na DRF/Mossoró-RN (UG 170335) relativo ao contrato de vigilância com ordem judicial para retenção dos créditos da empresa, tendo sido liquidado o valor de R\$ 29.739,82 e ainda não foi feita a Ordem Bancária Judicial.

4.3 - Suprimentos de Fundos

Quadro 4.e - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0,00	5	497,12	254	89.228,85	89.725,97
2012	0	0,00	1	14,7	217	55.548,83	55.563,53
2011	0	0,00	6	722,02	214	62.769,98	63.492,04

Fonte: Sistema SIAFI

Quadro 4.f - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	170058		Limite de Utilização da UG		17.000,00	
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
Fabiola Leal Soares da Silva	439.017.944-68		6.000,00	0,00	3.678,16	3.678,16
José Roberto Ferreira Bem	235.393.644-04		11.000,00	0,00	2.275,76	2.275,76
Total Utilizado pela UG				0,00	5.953,92	5.953,92
Código da UG 2:	170059		Limite de Utilização da UG:		65.572,00	
João Câncio da Costa Ferreira Filho	004.271.523-72		55.572,00	0,00	27.966,37	27.966,37
Josué Araújo de Moura Júnior	371.087.514-53		10.000,00	0,00	4.519,69	4.519,69
Total Utilizado pela UG				0,00	32.486,06	32.486,06
Código da UG 3:	170060		Limite de Utilização da UG:		96.000,00	
Geraldo Abel da Silva	613.924.308-44		8.000,00	0,00	348,95	348,95
Stênio Max Lacerda	826.157.304-44		8.000,00	0,00	84,50	84,50
Maria das Graças Torres Aguiar	099.758.104-20		8.000,00	0,00	682,91	682,91
Daniela Barreto Duarte	649.956.824-49		8.000,00	0,00	64,00	64,00
Maria de Fátima Vasconcelos de Oliveira	407.845.924-20		8.000,00	249,52	1.570,73	1.820,25
Total Utilizado pela UG				249,52	2.751,09	3.000,61
Código da UG 4:	170061		Limite de Utilização da UG:		125.525,00	
Suzana Maria de O Bezerra	152.466.714-53		125.525,00	0,00	13.050,00	13.050,00
Total Utilizado pela UG				0,00	13.050,00	13.050,00
Código da UG 5:	170052		Limite de Utilização da UG:		40.000,00	
Jerônimo José dos Santos	380.237.504-10		20.000,00	48,60	3.891,75	3.940,35
Aluisio Ferreira de Santana	365.511.804-00		20.000,00	199,00	5.602,41	5.801,41
Total Utilizado pela UG				247,60	9.494,16	9.741,76
Código da UG 6:	170338		Limite de Utilização da UG:		20.000,00	
Antônio Sebastião Farias	250.709.594-68		20.000,00	0,00	3.474,20	3.474,20
Total Utilizado pela UG				0,00	3.474,20	3.474,20
Código da UG 7:	170047		Limite de Utilização da UG:		36.000,0	
José Crisaudo de Farias	044.391.394-34		16.000,00	0,00	8.926,60	8.926,60
Giovanni Batista da Silva	736.095.957-87		16.000,00	0,00	983,00	983,00
Nailse do Socorro Santos Guimarães	209.000.152-68		4.000,00	0,00	1.863,32	1.863,32
Total Utilizado pela UG				0,00	11.772,92	11.772,92
Código da UG 8:	170335		Limite de Utilização da UG:		4.000,00	
Breno Henrique Medeiros de Sousa	01149872462		1.000,00	0,00	976,74	976,74
Breno Henrique Medeiros de Sousa	01149872462		1.000,00	0,00	27,00	27,00
Eliane Malaquias de Moraes Santos	23419180420		1.000,00	0,00	0,00	0,00
Eliane Malaquias de Moraes Santos	23419180420		1.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Utilizado pela UG				0,00	1.003,74	1.003,74
Código da UG 9:	170066		Limite de Utilização da UG:		18.500,00	
Adilson Tertulino da Fonseca	411.213.094-53		3.000,00	0,00	422,50	422,50
Núrcia Farias Souza de Portela Matos	239.594.524-20		8.000,00	0,00	3.289,10	3.289,10
Eraldo André da Silva	298.614.624-49		7.500,00	0,00	5.531,16	5.531,16
Total Utilizado pela UG				0,00	9.242,76	9.242,76
Total Utilizado pela UJ				497,12	89.228,85	89.725,97

Fonte: Sistema SIAFI

Quadro 4.g - Prestações de Conta de Suprimentos de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	259	89.725,97	218	55.563,53	343	125.127,01

Fonte: Sistema SIAFI

Análise Crítica:

- Quadro 4.e - A evolução dos valores em 2013 (60,63%) foi muito superior ao aumento da quantidade de faturas (17,05%) em relação a 2012, evidenciando um aporte inflacionário nos mercados locais acima dos índices governamentais, considerando que os itens comprados são semelhantes nos dois anos (pequenos serviços e materiais de pequeno valor não previstos nas contratações por licitação).
- Quadro 4.f – A UJ teve 21 supridos em 9 Unidades Gestoras no exercício 2013, tendo em média 2 servidores por UG. Existe alguma resistência dos servidores em assumir tal responsabilidade, mesmo com os avanços quanto à segurança trazidos pelo cartão corporativo, daí que 3 Unidades têm apenas 1 suprido (a SRRF04 tem 1 para seus gastos e outro para as Alfândegas).
- Quadro 4.g - Todas unidades têm trabalhado ordenadamente com o Cartão Corporativo e adequadas ao sistema e sua prestação de contas, todas aprovadas. Com as compras de materiais sendo realizadas por atas de Registro de Preços, em que a unidade empenha na medida em que necessita, prevendo antecipadamente a maioria dos itens de que necessita, a compra por suprimento de fundos só é utilizada para emergências e valores realmente pequenos, que é sua finalidade legal. O saque é o último recurso e só foi utilizado cinco vezes por duas unidades (DRF/CRU e DRF/JPA) em casos raros, mas necessários para pagamento de serviços a Pessoas Físicas, que representaram 0,5% do gasto total com suprimentos de fundos.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

5 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

Introdução

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de *Workshop* realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

- O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho.
- Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são

importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, por isso serão apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);

- São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo próprio no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um **trabalho a mais** para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos;
- Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

- As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siage ou Siapcad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siage não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
- As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siage. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
- Os dados do DW Siage permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siage que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 5.a - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1.571	1.451	0	82
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	1.571	1.451	0	82
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.571	1.449	0	82
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	1	0	0

1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art. 93, parágrafo 7º 8112*	Não há	1	0	0
1.2.6 Outros **	Não há	37	0	0
2. Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.571	1.448	0	82

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Quadro 5.b – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31/12
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	32
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Não disponível
1.2. Exercício de Função de Confiança	Não disponível
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	Não disponível
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	0

3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
3.6 Por Decisão Judicial	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	19
6.1 Licença Prêmio por assiduidade - Lei 9527/97, art 7º	3
6.2 Licença Gestante - Lei 8112/90, art 207	1
6.3 Licença Adotante - Lei 8112/90, art 210	0
6.4 Licença para tratamento de saúde - Lei 8112/90, art 202	14
6.5 Licença por Acidente em Serviço - Lei 8112/90, art 211	1
6.6 Falecimento pessoa da família - Lei 8112/90, art 97, inciso III, alínea b	0
6.7 Reclusão - Lei 8112/90, art 229 e EC 20/98, art 13	0
6.8 Afastamento Temporário - Lei 8429/92, art 20, parágrafo único	0
6.9 Afastamento para Integrar Comissão - Lei 8112, art 152, §1º	0
6.10 Afastamento para Juri e outros serviços - Lei 8112/90, art 102, inciso VI; Lei 8868/94, art 15; Lei 8504/97, art 98	0
6.11 Afastamento para Justiça Eleitoral - Lei 6992/81, art 2º, §1º	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	54

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:

DECRETO N° 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

LEI N° 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

NOTA TÉCNICA N° 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.

INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) N° 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.

DECRETO N° 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.

OFÍCIO-CIRCULAR N° 69/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA N° 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA N° 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA N° 101/2011/DENOP/SRH/MP.

3. Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
4. As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.
5. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.11), por serem considerados relevantes.
6. Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.
7. Em razão do entendimento de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, apresentamos a informação detalhada em quadro separado, abaixo. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013.

Tipo de Remoções de Pessoal:

RF origem	Tipo de Remoção	RF destino													Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC		
1 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1													1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE	1							1						2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	10		3	4	3	3	3	24	8	1			18	77
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4	3		1	1	1	1	3	4		1	7		26
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	15		1							1	2	6		25
	DECISÃO JUDICIAL								1						1
1 Total		31	3	4	5	4	4	5	28	12	2	3	31		132
RF origem	Tipo de Remoção	RF destino													Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC		
2 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO								1						1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE			1					1						2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	9	25	6	6	5		5	56	13	10			31	166
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2	4		2			1	2		1		8		20
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	13		2		1	2	1	1		2	1		23	
	DECISÃO JUDICIAL				2										2
2 Total		11	42	7	10	7	1	10	59	14	11	2	40		214
RF origem	Tipo de Remoção	RF destino													Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC		
3 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO			4	2									2	8
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			10	1				1					3	15
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	28	1				2		1	5	1		40
	DECISÃO JUDICIAL			1											1
3 Total		1	1	43	4				3		1	5	6		64

		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
4 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO			1				1							2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1										1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO		1		1	1			1						4
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	8	1		1						4	17
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO			1	12		1		2	1		3	1		21
	DECISÃO JUDICIAL				4										4
4 Total		1	2	3	26	2	1	2	3	1	3	5		49	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
5 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO					1									1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE					1									1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1				16	1	2	1					1	22
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		1	16	1		1					3	24
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO		2		1	10	2								15
	DECISÃO JUDICIAL							1							1
5 Total		2	3	2	44	4	3	2					4		64
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
6 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						2								2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO						8	4	2		2				16
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1			1	11	4	2	1					8	28
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO				2	17						2	2		23
	DECISÃO JUDICIAL					1	1	1							3
6 Total		1		4	39	9	4	1	2	2	10			72	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
7 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO								1						1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1										1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1			2			28	1	1	3				36
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO					2	17	5						2	26
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						57					3	2		62
	DECISÃO JUDICIAL						1	1							2
7 Total		1		3	3	103	7	1	3	3	4			128	
RF destino															
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
8 ^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							2	2			1			5

	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE						1	1						2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	2	4	2	5	6	19	157	9		3	5	213
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4		1		1	4	4	31	3	1		15	64
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO							59			5	3	67	
	DECISÃO JUDICIAL						2							2
8 Total		5	2	5	2	6	11	28	249	12	1	9	23	353
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO									2				2
9^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1	1			2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	1	1	2	1	5	5	11	36	1			64
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1				1	1	3	20	1	1	5	34
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						1		1	20	1	3	3	29
	DECISÃO JUDICIAL								3					3
9 Total		2	2	1	2	1	7	6	15	82	4	4	8	134
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO							1						1
10^a	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1				1
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	2		3			3	9	22	15	29		4	87
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO		1				2	1	2	9	1	4		20
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						1			24		3		28
10 Total		2	1	3			3	13	23	18	62	1	11	137
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1							7					8
DRJ	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO			2				2	1	4	2			11
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	1	3	2	1		4	1	4	3	1	25	3	48
DRJ Total		2	3	4	1		4	3	12	7	3	25	3	67
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO	1				1			1					3
UC	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE				1							1		2
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	11	2			3			14	3			32	65
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	9	1	1	4	2	10	13	4	3	3		18	68
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO	6		2		4	1	6	4	2	2	8	12	47
	DECISÃO JUDICIAL						1							1
UCTotal		27	3	3	5	10	12	19	23	8	5	8	63	186
Total		85	63	73	60	78	89	201	428	156	94	65	208	1600

Para complementação da informação, disponibilizamos quadro resumo de remoções concatenado com outras informações gerenciais no item Indicadores Gerenciais sobre RH.

Quadro 5.c – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (em 31/12)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	39	39	9	8
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	39	39	9	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	217	209	54	52
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	217	209	54	52
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	256	248	63	60

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

Quadro 5.d – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (apurada para 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	52	168	329	559	132
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	52	162	313	547	127
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Outros*	0	6	16	12	5
2. Provimento de cargo em comissão	8	52	85	88	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	10	19	10	
2.3. Funções gratificadas	8	42	66	78	15
3. Totais (1+2)	60	220	414	647	147

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

(*) Outros: envolvem servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art. 93 §7º da Lei nº 8.112/90, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do quadro Força de Trabalho.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB. A classe predominante, com 43,48% dos servidores, é a de 51 a 60 anos. Em relação à última Prestação de Contas, houve aumento de 7% na última faixa – acima de 60 anos e diminuição de 43% na primeira – até 30 anos. O quadro funcional está envelhecendo, causando impacto nas aposentadorias (como ressaltamos reiteradamente a órgãos como Ministério do Planejamento e ao próprio TCU).

Quadro 5.e – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (apurada para 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo				21	485	732	156	30	3	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira				19	473	709	156	30	3	
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Outros*				2	12	23				
1.5. Outros Servidores**										2
2. Provimento de cargo em comissão					49	199	49	9		
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						39	10	3		
2.3. Funções gratificadas					49	160	39	6		
3. Totais (1+2)				21	534	931	205	39	3	2

LEGENDA- Nível de Escolaridade: 1- Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto ; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-doutorado; 10 - Não Classificada

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Observações:

(*) O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

(**) O item "1.5 Outros Servidores" abrange Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art. 93, §7º, Lei 8.112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

Para os itens de escolaridade de 7 a 9, cuja prestação da informação é de caráter facultativo pelos servidores da RFB, percebemos aumento de 7,4% em relação ao ano passado.

Quadro 5.f – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013									0,00	
	2012									0,00	
	2011									0,00	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	187.698.464,36	2.872,53	15.477.536,15	5.682.422,14	6.618.327,84	7.865.113,77	66.399,26	316.301,78	2.208.046,63	225.935.484,46
	2012	183.481.765,61	8.262,69	15.384.499,72	5.197.520,42	5.864.652,78	7.045.622,76	56.971,37	20.924,80	2.260.410,40	219.320.630,55
	2011	186.265.639,11	3.864,53	15.572.354,10	5.437.895,83	4.714.587,62	6.850.554,30	61.643,21		2.554.093,14	221.460.631,84
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013									0,00	
	2012									0,00	
	2011									0,00	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	7.892.741,07	7.228,79	556.847,37	219.466,14	205.098,74	195.860,51		1.529,86	106.441,87	9.185.214,35
	2012	8.386.024,18	15.797,64	674.673,61	222.138,00	206.747,88	239.044,14		256,11	147.671,97	9.892.353,53
	2011	5.639.733,34	12.179,24	474.705,39	156.523,88	142.014,59	158.552,93	2.506,08		74.850,31	6.661.065,76
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012									0,00	
	2011									0,00	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	11.409.754,36	988.863,03	1.038.152,60	404.953,68	237.189,00	238.729,49	15.960,41	393,72	27.871,44	14.361.867,73
	2012	10.754.559,69	958.394,65	967.447,36	332.654,51	190.589,00	198.760,50	13.870,45	399,44	28.172,17	13.444.847,77
	2011	10.753.551,09	944.265,88	964.724,92	337.229,58	186.891,00	200.578,70	17.234,10	0,00	37.635,86	13.442.111,13
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013	35.586.092,55	908.800,07	3.038.663,09	1.064.634,69	1.082.340,90	957.030,47	46.003,20	16.469,80	201.608,32	42.901.643,09
	2012	34.062.557,47	895.619,85	2.912.265,59	905.770,50	885.111,19	851.116,97	43.852,06	6.509,86	221.241,23	40.784.044,72
	2011	33.587.214,19	887.501,71	2.914.094,33	1.023.812,31	880.766,23	862.847,44	31.902,50	0,00	316.747,21	40.504.885,92
Outros*											
Exercício	2013	113.229,40		11.322,94	2.234,30	27.653,69	19.636,69		3.562,40		177.639,42

*Outros: incluídos os valores de 2013 para os grupos de cargos ANS-180, CETRF-241, CIFDJ-24CITRF-240, CSST-430 e SUPLE-050, que não se enquadram nas linhas anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
5. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro se tratavam de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
6. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2013

RUBRICAS VERIFICADAS NO ART. 51 DA LEI 8112							
UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio-funeral	Auxílio Pré-Escolar	TOTAL
4ª RF	470.884,50	1.681.552,14	330,83	0,00	8.327,77	0,00	2.161.095,24

NOTAS EXPLICATIVAS

- Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

Quadro 5.g – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art 3º da IN TCU nº 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	41	1	42	0
Cancelamento de desligamento	3	0	3	0
Totais	44	1	45	0

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhoso dos atos durante todo o ano.

Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.

Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.

De acordo com recente resposta da CGU, foi necessário retificar a informação da quantidade de atos de desligamento cadastrados em 2012. Dos atos de desligamentos sujeitos à comunicação ao TCU, 1 foi cadastrado em 2013, tempestivamente.

Importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os atos de 2013 por UJ, em cada relatório específico, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior. Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional, exceto para o caso mencionado acima.

Quadro 5.h – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	42	0	0	0
Cancelamento de Desligamento	3	0	0	0
Total	45	0	0	0

Fonte: Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Como já dito na introdução, foi criado módulo no SA3 para permitir a extração da informação deste quadro.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.

5.1.1 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$$

Indicador de Absenteísmo:

UNIDADE	2010	2011	2011B	2012	2012B	2013
1 ^a RF	1,96%	2,50%	1,98%	2,06%	2,66%	2,50%
2 ^a RF	2,30%	2,20%	2,52%	3,42%	3,49%	2,51%
3 ^a RF	2,30%	1,73%	2,79%	2,33%	2,40%	2,29%
4 ^a RF	1,52%	1,65%	2,28%	2,71%	2,81%	1,73%
5 ^a RF	2,17%	2,01%	2,41%	2,30%	2,60%	1,99%
6 ^a RF	3,11%	3,20%	3,17%	3,39%	3,52%	2,65%
7 ^a RF	2,29%	1,62%	2,83%	2,09%	2,49%	2,81%
8 ^a RF	2,01%	2,11%	2,43%	2,65%	2,79%	2,43%
9 ^a RF	1,73%	1,80%	1,70%	2,54%	2,65%	2,30%
10 ^a RF	1,94%	1,53%	1,68%	1,95%	1,94%	1,51%
DRJ	2,12%	2,06%	1,95%	2,51%	2,55%	1,70%
UC	1,50%	1,66%	1,65%	1,75%	1,95%	1,93%
RFB	2,09%	2,02%	2,34%	2,48%	2,68%	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extraído em 22/01/2014

Na tabela acima apresentamos o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B. Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notamos dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

- Diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectamos o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;
- Aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, aqui justificado pelo já relatado problema com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor). Com estes números comparativos conseguimos portanto evidenciar os atrasos nos lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão vir a sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando uma análise em relação aos anos anteriores.

A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

Reposição do quadro

O indicador de Grau de Reposição de egressos apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{entradas}}{\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimento} + \sum \text{demissão}}$$

As entradas consideraram provimento originário.

Grau de Reposição de Egressos:

RF	Ingressos 2013	Egressos 2013	Reposição do quadro
1^a	98	116	0,84
2^a	236	58	4,07
3^a	7	51	0,14
4^a	0	82	0,00
5^a	20	71	0,28
6^a	1	134	0,01
7^a	5	179	0,03
8^a	302	380	0,79
9^a	46	106	0,43
10^a	91	102	0,89
UC	151	56	2,70
DRJ	0	41	0,00
RFB	957	1.376	0,70

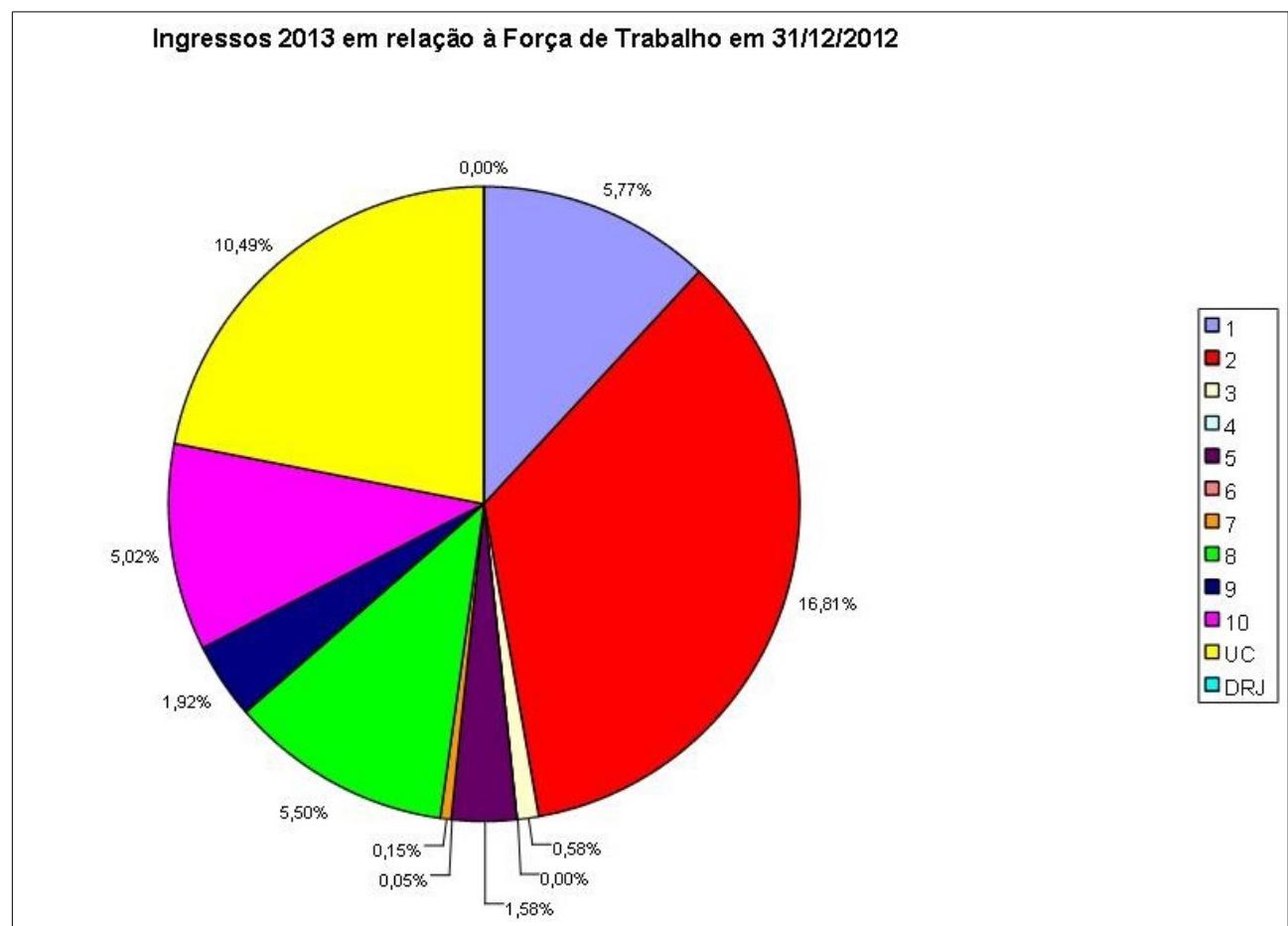
Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na Prestação anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas UJ (2^a RF e UC) receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

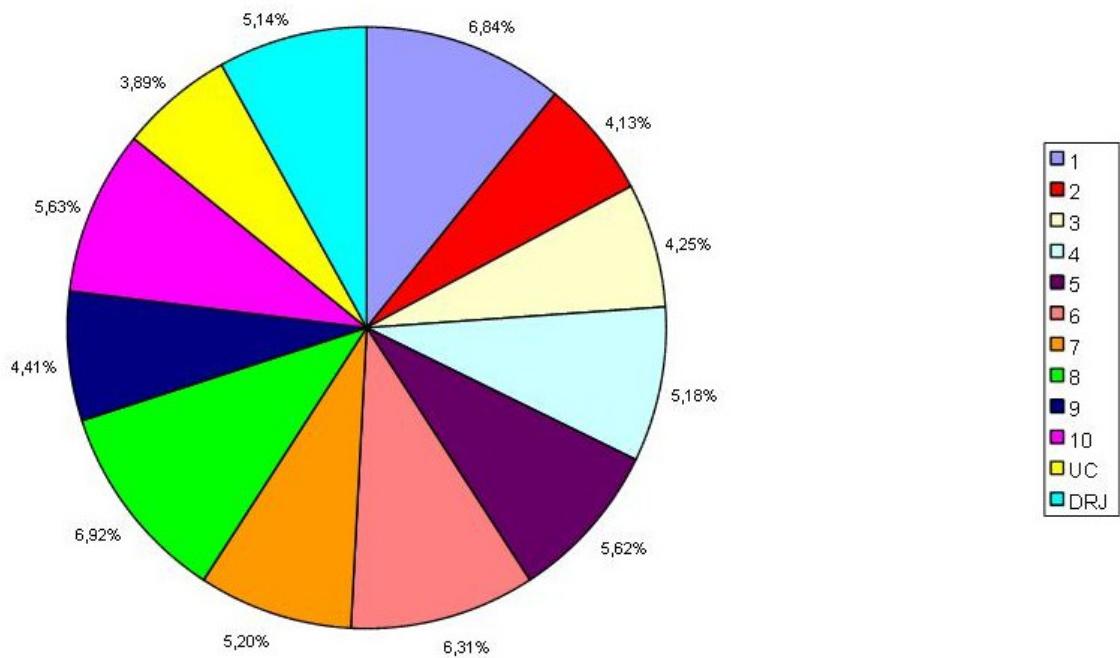
Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas 2012/2013.

Movimentação de Servidores:

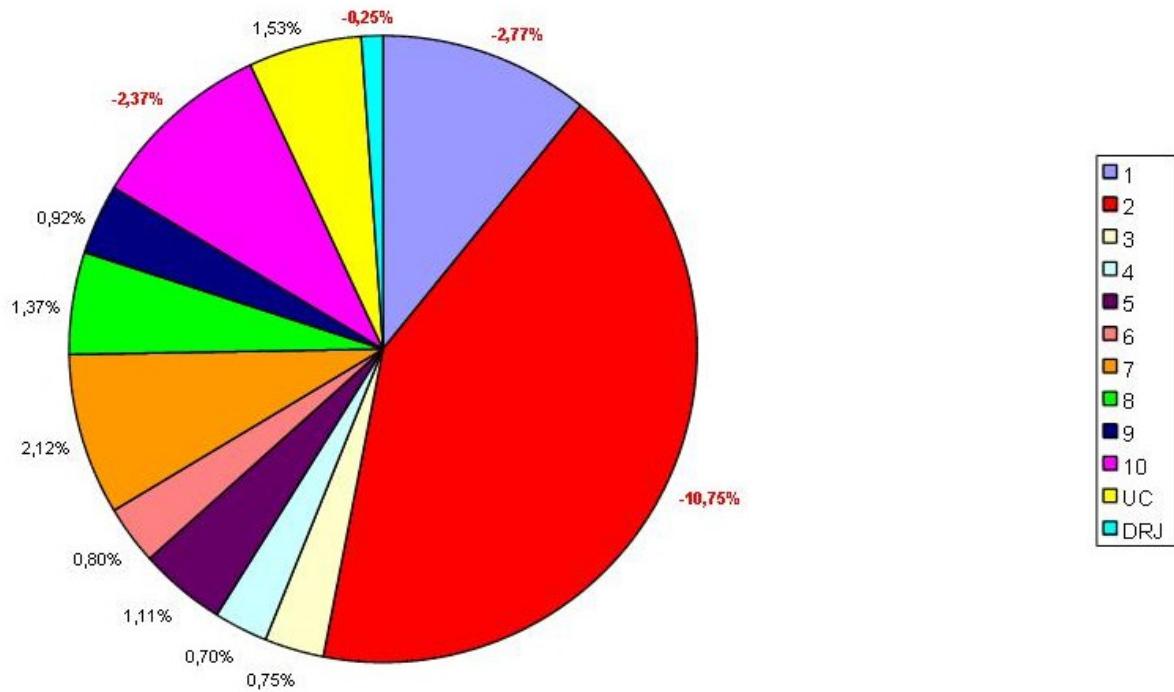
RF	FT 31/12/12	Ingressos 2013	% ING13/FT12	Egressos 2013	% EG13/FT12	Remoção 2013	% R13/FT12	FT 31/12/13	% FT13/FT12
1	1.697	98	5,77%	116	6,84%	-47	-2,77%	1.645	96,94%
2	1.404	236	16,81%	58	4,13%	-151	-10,75%	1.429	101,78%
3	1.199	7	0,58%	51	4,25%	9	0,75%	1.159	96,66%
4	1.582	0	0,00%	82	5,18%	11	0,70%	1.488	94,06%
5	1.264	20	1,58%	71	5,62%	14	1,11%	1.224	96,84%
6	2.122	1	0,05%	134	6,31%	17	0,80%	1.999	94,20%
7	3.442	5	0,15%	179	5,20%	73	2,12%	3.326	96,63%
8	5.492	302	5,50%	380	6,92%	75	1,37%	5.505	100,24%
9	2.401	46	1,92%	106	4,41%	22	0,92%	2.362	98,38%
10	1.811	91	5,02%	102	5,63%	-43	-2,37%	1.746	96,41%
UC	1.440	151	10,49%	56	3,89%	22	1,53%	1.541	107,01%
DRJ	798	0	0,00%	41	5,14%	-2	-0,25%	757	94,86%
RFB	24.652	957	3,88%	1.376	5,58%	0	0,00%	24.181	98,09%



Egressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Remoções 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Podemos inferir dos dados e gráficos:

1. Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
2. O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:
 - o Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do quadro “Quantidade de servidores da UJ por faixa etária”, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e
 - o Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.
3. A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita juntamente com a do gráfico de remoções. A 2^a RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público;

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1^a, 2^a, 9^a e 10^a) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

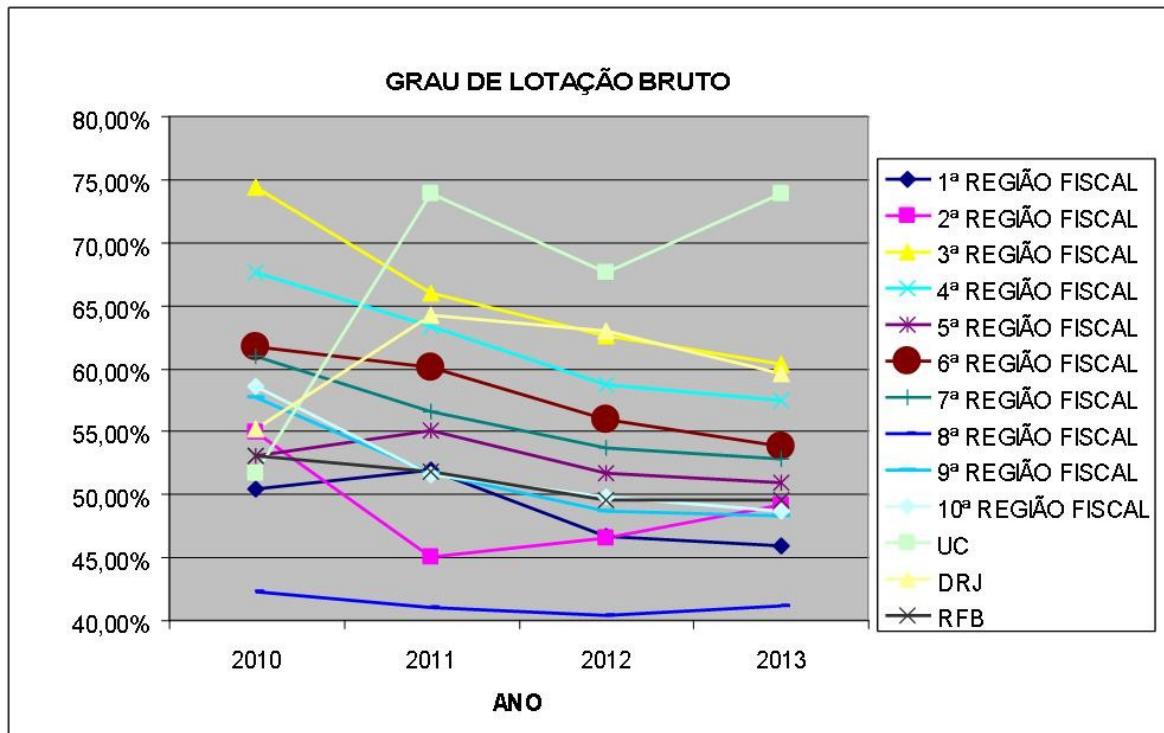
A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Grau de Lotação Bruto:

Região Fiscal	2010	2011	2012	2013
1^a	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%
2^a	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%
3^a	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%
4^a	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%
5^a	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%
6^a	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%
7^a	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%
8^a	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%
9^a	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%
10^a	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%
Total RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Devemos ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro, que considera também as Carreiras Administrativas.



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Comparativo Grau de Lotação:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov/2013
Receita Federal do Brasil	AFRFB	11.088	20.395	54,37%
	ATRFB	7.550	16.677	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.557	1.805	86,26%
	Oficial de Chancelaria	881	1.893	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.714	2.187	78,37%
	Agente	6.240	8.033	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor-fiscal do Trabalho	2.795	3.644	76,70%
Média sem a RFB				73,11%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal 211 do MP, de novembro de 2013

[2] Publicação “Dados LDO” do MP, Portaria 1992 de 30/11/12

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõe o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2013 a RFB capacitou 72,39% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a RFB alocou em média 48,40 horas de capacitação em cada um dos 72,39% dos seus servidores capacitados em 2013.

Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72% e 43,73 horas, respectivamente.

Índice de Educação Continuada:

UNIDADE	GRAU DE APROFUNDAMENTO (horas)	GRAU DE AMPLITUDE (%)
UC	71,67	89,70
1 ^a RF	47,50	57,04
2 ^a RF	63,40	82,00
3 ^a RF	67,88	67,78
4 ^a RF	35,64	73,77
5 ^a RF	44,01	70,54
6 ^a RF	36,17	74,70
7 ^a RF	37,71	77,52
8 ^a RF	52,21	72,76
9 ^a RF	39,97	67,36
10 ^a RF	54,46	71,25
DRJ	43,76	57,86
RFB	48,40	72,39

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

5.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.i - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Unidade Contratante												
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL - SRRF04					CNPJ: 00.394.460/0083-98							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
					02/09/10	01/09/15	35	31	01	01		
2010	L	O	04/2010 *	01.781.573/0001-62								P

Observações: * Contrato abrange as unidades SRRF04, DRF/CRU, IRF/REC, ALF/REC e ALF/SPE.

Fonte: Contratos

Unidade Contratante												
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA /PB - DRF/JPA					CNPJ: 00.394.460/0086-30							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
					08/02/13	07/02/14	07	07				
Observações: --												

Fonte: Contratos

Unidade Contratante												
Nome: DELEGACIA DE RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL – DRF/MAC					CNPJ: 00.394.460/0087-11							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
					02/01/10	31/12/13	9	9	6	6	1	P
2010	V	O	1/2010	17.428.731/0166-43	02/09/12	05/05/14	15	15			1	P
2012	L	O	9/2012	01.182.827/0001-26								P

Observações: --

Fonte: Contratos

Unidade Contratante												
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ – DRF/MOS					CNPJ: 00.394.460/0465-67							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
					02/07/12	19/07/14	6	6				
2012	L	O	02/2012	13.305.089/0001-46	01/06/12	31/05/13	8	8				P
2012	V	O	01/2012	10.748.912/0001-08	01/11/13	31/10/14	8	8				E
2013	V	O	04/2013	10.639.977/0001-07								A

Observações: --

Fonte: Contratos

Unidade Contratante																	
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL – DRF/NTL																	
UG/Gestão: 170047/0001							CNPJ: 00.394.460/0085-50										
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.				
					Inicio	Fim	P	C	P	C	P	C					
					2012	V	O	03/2012	08.692.312/00001-15	06/04/12	05/04/14	16		16			
2012	L	O	06/2012	13.418.726/0001-15	26/11/12	18/08/13	9	9					E				
2012	L	O	03/2013	13.312.604/0001-15	19/08/13	25/11/14	9	9					P				

Observações: --

Fonte: Contratos

Unidade Contratante																	
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE – DRF/REC																	
UG/Gestão: 170059/0001							CNPJ: 00.394.460/0084-79										
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.				
					Inicio	Fim	P	C	P	C	P	C					
					2011	V	O	08/2011	09.537.039/0001-17	01/08/11	31/01/14	31		31			
2012	V	O	05/2012	09.537.039/0001-17	03/12/12	31/05/15	4	4					A				
2011	L	O	03/2011	11.688.159/0001-67	01/03/11	27/08/14	29	29					P				

Observações: --

Fonte: Contratos

Unidade Contratante																	
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU/PE – DRF/CRU																	
UG/Gestão: 170060							CNPJ: 00.394.460/0088-00										
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.				
					Inicio	Fim	P	C	P	C	P	C					
					2012	V	O	01/2012	02.023.407/0002-40	13/06/13	12/06/14				13	13	

Observações: --

Fonte: Contratos

Unidade Contratante																	
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE/PB – DRF/CGD																	
UG/Gestão: 170338							CNPJ: 00.394.460/0088-00										
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.				
					Inicio	Fim	P	C	P	C	P	C					
					2008	V	O	05/2008	06.263.849/0001-34	01/07/08	30/06/13				11	11	
2012	L	O	01/2012	08.092.016/0001-83	01/07/12	28/02/14	09	09					A				
2013	L	E	02/2013	10.339.944/0001-41	31/05/13	30/11/13	06	06					E				
2013	V	O	04/2013	10.556.245/0001-60	01/07/13	30/06/14			11	11			A				
2013	V	O	05/2013	08.243.787/0001-24	13/06/13	12/06/14			10	10			A				

Observações: --

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. / Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Contratos

Análise Crítica

- Vigilância – 3 Unidades Gestoras não tem contrato por vários motivos; ou estão localizadas em imóvel administrado pela SAMF (DRF/JPA) ou por outra UG (IRF/REC em imóvel da DRF/REC), ou em imóvel locado com vigilância pelo condomínio (SRRF04).
- Limpeza – IRF/REC e DRF/CRU estão sem contrato porque são cobertos pelo contrato da SRRF04.

5.2.2 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 5.j - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL - SRRF04													
UG/Gestão: 170058/1 CNPJ: 00.394.460/0083-98													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
						Ínicio	Fim	P	C	P	C		
								51	51				
2009	11	O	03/2009*	02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/14			51	51		P	
2009	04	O	03/2009**	02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/14	04	04				P	
2009	05	O	03/2009	02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/14			01	01		P	
2009	07	O	03/2009	02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/14			01	01		P	
2009	12	O	03/2009	02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/14			03	03		P	
2011	12	O	12/2011***	03.982.764/0001-18	28/12/11	27/04/15	11	11				P	
2012	02	O	09/2012****	09.514.038/0001-57	26/11/12	25/07/14			22	22		P	
2013	12	O	02/2013	10.911.755/0001-00	01/02/13	31/12/13					04	04	E
2010	08	O	08/2010	07.474.287/0001-30	26/11/10	25/11/15	08	08	14	11	07	03	P

Observações:

* Contrato abrange as unidades: SRRF04, DRF/CRU, ALF/REC, ALF/SPE, DRF/REC e IRF/REC.

** Contrato abrange as unidades: SRRF04, DRF/CRU, ALF/REC e IRF/REC.

*** Contrato abrange as unidades: SRRF04, DRF/CRU, ALF/REC, ALF/SPE e IRF/REC.

**** Contrato abrange: SRRF04, DRF/CRU, ALF/REC, ALF/SPE, DRF/REC, IRF/REC, DRF/MOS e DRF/CGD.

Posto da área 05 está lotado na DRF/REC.

Posto da área 07 está lotado na DRF/CRU.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Contratos

Unidade Contratante												
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM JOÃO PESSOA/PB - DRF/JPA												
UG/Gestão: 170052/0001					CNPJ: 00.394.460/0086-30							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.	
						F		M		S		
						Inicio	Fim	P	C	P		C
2012	12	O	01/2012	13.183.388/0001-13	01/06/13	31/05/14	03	03				P
Observações: --												

Fonte: Contratos

Unidade Contratante												
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM MACEIÓ/AL – DRF/MAC												
UG/Gestão: 170066/0001				CNPJ: 00.394.460/0087								
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
					Inicio	Fim		P	C	P	C	
2010	V	O	01/2010	17.428.731/0166-43	02/01/10	31/12/13			16	16		P
2012	L	O	05/2012	01.182.827/0001-26	06/09/10	05/05/14			8	8		P
2011	9	O	01/2011	07.474.287/0001-30	01/02/11	30/05/14			5	5		P
2012	4	O	03/2012	09.720.595/0001-24	03/07/12	31/05/13	1	1				E
2012	5	O	03/2012	09.720.595/0001-24	03/07/12	31/05/13			8	8		E
2013	4	E	05/2013	01.182.827/0001-26	03/06/13	02/12/13	1	1				E
2013	5	E	05/2013	01.182.827/0001-26	03/06/13	02/12/13			8	8		E
2013	4	O	07/2013	18.206.476/0001-49	03/12/13	02/12/14	1	1				P
2013	5	O	07/2013	18.206.476/0001-49	03/12/13	02/12/14			8	8		P

Fonte: Contratos

Fonte: Contratos

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN – DRF/NTL													
UG/Gestão:170058/1				CNPJ:00.394.460/0085-50									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		F		M			S	
					Inicio	Fim	P	C	P	C		P	C

2012	12	O	06/2012	13.418.726/0001-90	26/11/12	25/11/13	09	09					P
2012	04	O	01/2012	08.966.344/0001-26	01/02/12	30/09/13	02	02					P
2012	12	O	02/2012	08.966.344/0001-26	09/04/12	08/12/13	04	02		02			E
2010	5	O	11/2010	09.170.809/0001-36	30/09/10	31/01/14			12	10		2	E
2009	12	O	03/2009	09.170.809/0001-36	27/02/09	01/03/14			1	1			P
2011	1	O	03/2012	08.692.312/0001-15	17/03/11	05/04/13	16	16					P

Observações: --

Fonte: Contratos

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFFE/PE - DRF/REC													
UG/Gestão: 170059 CNPJ: 00.394.460/0084-79													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.				
						Início	Fim	P		M	C	S	
								P			C		
2010	2	O	01/08/10	04.231.471/0001-61	14/01/14	30/09/13	8	8					E
2011	4	O	01/02/11	04.307.657/0001-57	01/03/11	01/09/13	2	2					E
2013	4	E	08/2013	12.778.433/0001-51	02/09/13	30/10/13	2	2					E
2013	4	O	10/2013	14.164.155/0001-78	01/11/13	30/06/15	2	2					A
2010	5	O	07/2010	01.238.482/0001-85	03/05/10	02/05/14			22	22			P
2010	6	O	07/2010	01.238.482/0001-85	03/05/10	02/05/14	3	3					P
2010	12	O	07/2010	01.238.482/0001-85	03/05/10	02/05/14	4	4					P
2010	9	O	09/2010	01.880.463/0001-58	01/10/10	15/02/14	17	17					P
2009	12	O	04/2009	03.982.764/0001-18	01/01/09	31/12/13			1	1			E
2013	12	O	03/2013	11.688.159/0001-67	15/03/13	12/03/14			14	14			A

Observações: --

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes;
12. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Contratos

Análise Crítica

A SRRF04 tem diversos contratos com abrangência regional (metade dos postos da Região Fiscal estão contratualmente vinculados à SRRF04, mas fisicamente distribuídos nas 10 Unidades subordinadas), sendo que em uns a execução financeira é descentralizada, e em outros a centralização é total. Esta modalidade de contratação está sendo revista, com a finalidade de desenvolver as atividades de gestão e fiscalização contratual nas Unidades Gestoras, deixando à Divisão de Programação e Logística da SRRF04 a função tática de coordenação de tais atividades e capacitação dos servidores envolvidos. Nesse cenário ainda permanecerão as licitações centralizadas, quando as demandas forem comuns.

5.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.k - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	76	81	82	89	502.263,78
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	76	81	82	89	502.263,78
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	76	81	82	89	502.263,78

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio-transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 4^a REGIÃO FISCAL
– SRRF 04

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 127/2013)

6 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Inicialmente cabe destacar que nesta UJ somente há veículos próprios, não tendo ocorrido a locação de veículos durante o exercício de 2013.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.
- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria-executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF e suas Unidades Jurisdicionadas no cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada. A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define- como “a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos - que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento. Segundo citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da Administração Pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável.

No âmbito desta 04^a região fiscal, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil nos Estados do Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, compete ao Superintendente da Receita Federal da 04^a Região Fiscal, nos termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, destinar bens e mercadorias às Unidades sob sua jurisdição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Considerando que as 10 Unidades da Receita Federal do Brasil sob a jurisdição desta SRRF04 foram consultadas a se manifestarem acerca do quesito, abaixo são consolidadas as apresentações de maior destaque e que espelham a realidade da importância e o impacto da frota de veículos sobre as atividades das Unidades da RFB, incluída esta SRRF, nesta região fiscal que, além de cumprir sua missão institucional na fiscalização e arrecadação de tributos internos, possui atuação na fiscalização tributária do comércio exterior.

Para as Delegacias da RFB na região, a frota é utilizada para transporte institucional, atividades de Ação Fiscal, de Vigilância e Repressão, e todas as atividades administrativas com transporte de materiais da DRF para as Agências e das Agências para a DRF. Portanto, a frota de veículos é instrumento imprescindível nos trabalhos de investigação, fiscalização, repressão, transporte de documentos, mercadorias apreendidas, etc, dentro da jurisdição de cada DRF e para viabilizar atuações conjuntas com outras Unidades. Outro ponto que deve ser ressaltado é a questão da localização geográfica das Delegacias e suas unidades Subordinadas, que nas DRF do interior a distância entre as sedes e algumas de suas Agências chega a ser superior a 300 km.

Já as unidades aduaneiras têm utilização diversa, como na IRF/Recife em que os três veículos servem para transportar servidores, materiais e mercadorias apreendidas decorrentes das atividades de repressão e vigilância aduaneira no Porto do Recife, na Estação Aduaneira e em qualquer outra operação dentro de sua jurisdição, que engloba todo Estado de Pernambuco.

A ALF/REC está situada dentro do Aeroporto Internacional do Recife e conta com dois veículos para movimentar documentos e mercadorias apreendidas entre o Terminal de Cargas, o Terminal de Passageiros, a SRRF04, e transportar servidores em atividade de fiscalização e vigilância aduaneira na pista do aeroporto.

A frota de veículos utilizados pela Alfândega do Porto de Suape/PE é de total importância para as atividades desenvolvidas na unidade, tendo em vista sobretudo a dimensão do porto e seu constante crescimento dentro dos cerca de 13,5 mil hectares de área total do complexo industrial-portuário onde está localizado. Além disso, com a existência de 08 (oito) recintos alfandegados, se faz necessário o deslocamento constante de servidores desta alfândega para execução das atribuições inerentes às atividades aduaneira naqueles locais.

Ainda temos a necessidade de deslocamento de motoristas e servidores para entrega e recebimento de documentos para outras unidades da própria Receita Federal do Brasil e/ou outros órgãos, tais como Justiça Federal, Ministério da Agricultura, Polícia Federal, entre outros, os quais ficam localizados em Recife/PE, distante cerca de 50km do porto de Suape.

A Alfândega de Suape também desenvolve um programa de visita aos maiores importadores no intuito de conhecer o processo produtivo, os insumos importados e os produtos exportados, ampliando o conhecimento dos servidores do despacho e agilizando a conferências das cargas. A Alfândega, devido à sua inserção nesse universo que é o Porto de Suape, recebe constantemente visitas de autoridades, associações de classe, servidores de outras unidades, representações diplomáticas, etc., interessados em conhecer o funcionamento da Alfândega. Nessas visitas todos são conduzidos em veículos da Receita Federal, que são os únicos com acesso permitido aos recintos alfandegados.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada:

FROTA SRRF04					
ALF/SUAPE					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
2	KGR1961	PE	DUCATO	FIAT	2005
3	KKY8432	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
4	KKY8332	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
5	KGI2028	PE	PALIO	FIAT	2006
6	KHH4107	PE	L 200	MITSUBISH	2002
7	KHN7042	PE	RANGER	FORD	2006
8	AHP9254	PE	K113 TL 6X2 360	SCANIA	1997
9	KLF4416	PE	MERCEDES BENZ	MERCEDES BENZ	1998
10	BWZ3344	PE	SPRINTER	MERCEDES BENZ	2008
11	KGR1981	PE	DUCATO	FIAT	2005
12	KII5208	PE	L200 TRITON	MITSUBISH	2013
ALF/RECIFE					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	KHN7072	PE	RANGER	FORD	2006
2	JJL6528	PE	SPRINTER	MERCEDES BENZ	2010
3	KHG5167	PE	L-200 4X4 C/AR	FORD	2002
4	KII4778	PE	L200 TRITON	MITSUBISHI	2013
DRF/CAMPINA GRANDE					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	MMP4322	PB	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
2	KHO7932	PB	RANGER	FORD	2006
3	KHO7862	PB	RANGER	FORD	2006
4	KGR1971	PB	DUCATO	FIAT	2006
5	MOR8006	PB	L-200 4X4 C/AR	MITSUBISHI	2002
6	NQC1842	PB	L200 TRITON	MITSUBISH	2013
7	AST8122	PB	LOGAN	RENAULT	2010
DRF/CARUARU					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	KLA9082	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
2	KLA9072	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
3	JQV9441	PE	FOX	VOLKSWAGEN	2006
4	DQK6338	PE	MERIVA	GENERAL MOTORS	2006
5	KHO7952	PE	RANGER	FORD	2006
6	KHT8552	PE	RANGER	FORD	2006
7	KGQ6858	PE	RANGER	FORD	2006
8	KKX5981	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
9	KKX5891	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
10	KHG5147	PE	L 200	MITSUBISH	2002

11	KKX6891	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
12	KHT8682	PE	RANGER	FORD	2006
13	KII5128	PE	L-200	MITSUBISHI	2013
14	KII4628	PE	L 200	MITSUBISH	2013

DRF/JOÃO PESSOA

	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	MNV4676	PB	L200	MITSUBISH	2002
2	MOS2778	PB	L200	MITSUBISH	2002
3	MND5583	PB	DUCATO	FIAT	2004
4	MHT8422	PB	RANGER	FORD	2006
5	KHO7832	PB	RANGER	FORD	2006
6	KHT8462	PB	RANGER	FORD	2006
7	KGZ1398	PB	RANGER	FORD	2006
8	MOV1479	PB	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
9	MOV0759	PB	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
10	MOV0749	PB	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
11	KFU3126	PB	PALIO	FIAT	2006
12	EEM2276	PB	ZAFIRA	GENERAL MOTORS	2008
13	MOD1153	PB	CROSS FOX	VOLKSWAGEN	2008
14	KHT8422	PB	RANGER	FORD	2002
15	NQC1852	PB	L200 TRITON	MITSUBISH	2013
16	NQC1862	PB	L200 TRITON	MITSUBISH	2014

DRF/MACEIÓ

	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	MUW5566	AL	L 200	MITSUBISH	2002
2	MUY5157	AL	L 200	MITSUBISH	2002
3	APV8374	AL	CLIO	RENAULT	2008
4	MFO0669	AL	PALIO	FIAT	2007
5	KGR2011	AL	DUCATO	FIAT	2006
6	MUY2108	AL	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
7	MUY2178	AL	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
8	MUY2188	AL	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
9	MUY2278	AL	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
10	KHO7852	AL	RANGER	FORD	2006
11	KHO7882	AL	RANGER	FORD	2006
12	KII5478	PE	L200 TRITON	MITSUBISH	2013

DRF/MOSSORÓ

	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	KHT8522	RN	RANGER	FORD	2006
2	KHT8562	RN	RANGER	FORD	2006
3	KGR2141	RN	DUCATO	FIAT	2005
4	JZZ5136	RN	SCENIC	RENAULT	2005
5	MYM1918	RN	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
6	JGD6452	RN	PALIO	FIAT	2006
7	ATS5338	PE	VOYAGE	VOLKSWAGEN	2010

DRF/NATAL					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	MYS0669	RN	L 200	MITSUBISH	2002
2	MYH2547	RN	L 200	MITSUBISH	2002
3	MZD7770	RN	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
4	MZD7800	RN	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
5	MZD7810	RN	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
6	MZD7820	RN	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
7	EFA5249	RN	GOL	VOLKSWAGEN	2008
8	KHT8532	RN	RANGER	FORD	2006
9	KHU4112	RN	RANGER	FORD	2006
10	KGQ6898	RN	RANGER	FORD	2006
11	NEW4714	RN	PALIO	FIAT	2007
12	KFT8786	RN	PALIO	FIAT	2006
13	KGR2101	RN	DUCATO	FIAT	2006
14	NGW4714	RN	PALIO	FIAT	2007
15	ASV5396	RN	ECOSPORT	FORD	2010
16	OKC4421	RN	L-200 TRITON 3.2 D	MITSUBISH	2013
17	OKC4431	RN	L-200 TRITON 3.2 D	MITSUBISH	2013

DRF/RECIFE					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	KHG4987	PE	L 200	MITSUBISH	2002
2	KKQ4459	PE	L 200	MITSUBISH	2002
3	KKS3539	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
4	KKS3469	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
5	KHN7102	PE	RANGER	FORD	2006
6	KHN7152	PE	RANGER	FORD	2006
7	KGR2081	PE	DUCATO	FIAT	2006
8	KKU3352	PE	ASTRA	GENERAL MOTORS	1996
9	KFU3116	PE	PALIO	FIAT	2005
10	KHG4917	PE	L 200	MITSUBISH	2002
11	KLF4953	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
12	KLF8783	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
13	KHN7112	PE	RANGER	FORD	2006
14	LCG9904	PE	RENAULT	RENAULT	2005
15	DPB9879	PE	M.BENZ	MERCEDES BENZ	2006
16	KII5318	PE	L-200 TRITON 3.2 D	MITSUBISH	2013
17	KII5068	PE	L-200 TRITON 3.2 D	MITSUBISH	2013

DRF/SRRF04					
	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	DTE5350	PE	1620	MERCEDES BENZ	2008
2	KHM9352	PE	CARGO 815	FORD	2006
3	KLA9022	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
4	KLA9032	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
5	MZD7780	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
6	KLA9092	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
7	KIT1965	PE	ASTRA	GENERAL MOTORS	2005

8	KGS0871	PE	CLIO	RENAULT	2005
9	KHN7052	PE	RANGER	FORD	2006
10	KHN7082	PE	RANGER	FORD	2006
11	KHO7912	PE	RANGER	FORD	2006
12	KGZ1388	PE	RANGER	FORD	2006
13	KGR2161	PE	DUCATO	FIAT	2006
14	KGR2061	PE	DUCATO	FIAT	2006
15	KJZ8244	PE	DUCATO	FIAT	2006
16	KFN3166	PE	DUCATO	FIAT	2006
17	ANH6425	PE	DUCATO	FIAT	2006
18	KHQ0649	PE	X TERRA	NISSAN	2006
19	KFU0076	PE	PALIO	FIAT	2005
20	AOT9382	PE	FIESTA	FORD	2002
21	NKC7784	PE	FIESTA	FORD	2008
22	ANI1170	PE	L 200	MITSUBISHI	2005
23	EKM3156	SP	HILUX	TOYOTA	2010
24	ATM2612	PE	FOX	VOLKSWAGEN	2010
25	ASN8515	RN	K2500HD	HYUNDAI	2010
26	EPH1910	PE	FIESTA	FORD	2010
27	ASW5139	PE	STRADA	FIAT	2010
28	JHY8635	PE	ECOSPORT	FORD	2007
29	IRB9164	PE	CIVIC	HONDA	2011
30	AQH7263	PE	FORD	FORD	2008
31	EIO0961	PE	LOGAN	RENAULT	2009
32	AST8122	PE	CLIO	RENAULT	2010
33	KII5128	PE	L200 TRITON	MITSUBISHI	2013
34	KII5568	PE	L200 TRITON	MITSUBISHI	2013

IRF/RECIFE

	Placa	UF	Modelo	Marca	Ano
1	KGZ1408	PE	RANGER	FORD	2006
2	KHN7132	PE	RANGER	FORD	2006
3	KLF5003	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
4	KLF5023	PE	PARATI	VOLKSWAGEN	2002
5	KHG5057	PE	L-200 4X4 C/AR	MITSUBISHI	2002
6	KII5208	PE	L-200 TRITON 3.2 D	MITSUBISHI	2013

TOTAL DE VEÍCULOS:

146

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

Todos os veículos das unidades vinculadas à UJ são classificados como de transporte institucional, portanto existe apenas um grupo. Neste grupo, a média anual de quilômetros rodados é estimativa e variável, visto que existem unidades cujo raio de circulação não ultrapassa 2 Km (Alfândega do Aeroporto de Recife que tem veículo com média anual de 360 Km) e outras cujo raio de circulação ultrapassa os 300 Km (DRF Caruaru, Campina Grande e Mossoró têm veículos com média anual de 27.000 Km/ano), sendo que nem todas têm um controle adequado de rodízio dos veículos,

o que finda por sobrecarregar uns em detrimento de outros. Agregue-se a isso o fato de que alguns veículos foram doados e outros foram incorporados de apreensões ocorridas em Foz do Iguaçu (os carros com menos de seis anos de fabricação estão nesta condição, sendo que só foram incorporados entre 2010 e 2012, quando começaram a ser utilizados), o que torna o cálculo da média anual impreciso (os incorporados tem as quilometragens mais diversas, e não há um controle de quilometragem inicial), portanto sua natureza estimativa. Posto isso, informa-se que a média anual de quilômetros rodados nos veículos desta UJ e suas unidades subordinadas é de 12.000 Km por Veículo, resultando na média anual de 1.116.000 Km para o grupo (toda a frota da UJ).

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

A idade média dos veículos da 4^aRF é entre 8 e 12 anos, com alguns poucos acima disto, e os que são mais novos estão entre 3 e 5 anos, e foram resultado de incorporação de veículos apreendidos em Foz do Iguaçu, que são transportados até a SRRF04, regularizados e transferidos às unidades jurisdicionadas. Deste tipo existem na SRRF04 25 aguardando regularização nos Detran e Secretarias de Fazenda de diversos Estados, e tem idade média de 3 anos (2010 a 2012).

f) Custos associados à manutenção da frota

As unidades da 4a.RF gastaram em 2013 R\$ 263.894,73 com combustíveis. Outro custo incorrido foi com manutenção dos veículos, que totalizou R\$ 404.411,53 (execução no Plano Interno MANUTMOVEL no Elemento de Despesa 3390.37). O custo vem aumentando ano após ano, o que demonstra que o envelhecimento da frota sem substituição adequada gera despesa em ascensão.

g) Plano de substituição da frota

O plano de substituição da frota é elaborado órgão central da Receita Federal do Brasil, após consultadas as regiões fiscais, mas nos últimos 5 anos só foi feita uma compra de 18 pick-ups, distribuídas entre as Unidades da 4a.RF.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

É o Órgão Central da RFB quem estabelece as determinações para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O controle é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, e neste documento constam informações tais como: identificação do condutor, destinos, data de saída e retorno, km inicial e final, e ainda os problemas mecânicos apresentados. Há formulário específico para o controle de abastecimento e consumo de combustível por veículo.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 6.a - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012	
BRASIL	UF: Rio Grande do Norte - RN	11	11
	Município: Areia Branca	01	01
	Município: Assu	01	01
	Município: Macau	01	01
	Município: Mossoró	01	01
	Município: Pau dos Ferros	01	01
	Município: Caicó	01	01
	Município: Currais Novos	01	01
	Município: Natal	04	04
	UF: Paraíba - PB	07	07
	Município: Campina Grande	01	01
	Município: Sousa	01	01
	Município: Cabedelo	01	01
	Município: Guarabira	01	01
	Município: Itabaiana	01	01
	Município: Santa Rita	01	01
	Município: Cajazeiras	01	01
	UF: Pernambuco - PE	15	15
	Município: Caruaru	01	01
	Município: Petrolina	02	02
	Município: Salgueiro	01	01
	Município: Garanhuns	01	01
	Município: Goiana	01	01
	Município: Limoeiro	01	01
	Município: Palmares	01	01
	Município: Paulista	01	01
	Município: Timbaúba	01	01
	Município: Vitória de Santo Antão	01	01
	Município: Recife	04	04
	UF: Alagoas - AL	07	07
	Município: Arapiraca	01	01
	Município: Palmeira dos Índios	01	01
	Município: Penedo	01	01
	Município: Santana do Ipanema	01	01
	Município: São Miguel dos Campos	01	01
	Município: União dos Palmares	01	01
	Município: Maceió	01	01
Subtotal Brasil	40	40	
EXTERIOR	0	0	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	40	40	

Fonte: SPIUNET

Quadro 6.b - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ,
Exceto Imóvel Funcional

	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com manutenção (*)
170335	162100002.500-0 – Areia Branca	13	3	60.685,00	28/09/11	676.309,72	0,00	12.425,26
70335	160300007.500-9 – Assu	13	3	0,00	28/09/11	161.745,02	0,00	8.567,42
170335	174300003.500-2 – Macau	13	5	13.260,00	28/09/11	324.758,39	0,00	18.938,51
170335	175900001.500-8 – Mossoró (DRF)	13	3	37.157,00	28/09/11	927.585,91	0,00	28.257,45
170335	178700002.500-9 – Pau dos Ferros	13	7	66.000,00	28/09/11	306.463,02	0,00	13.276,99
170047	163900006.500-4 – Caicó	13	3	14.815,00	14/03/12	220.668,79	0,00	13.627,71
170047	166100002.500-9 – Currais Novos	13	3	22.358,00	14/03/12	132.715,85	0,00	13.627,71
170047	176100148.500-0 – Natal (estacionamento)	13	3	56.700,00	14/03/12	109.295,94	0,00	0,00
170047	176100118.500-6 – Natal (Terreno novo)	13	3	932.666,00	14/03/12	1.125.309,20	0,00	0,00
170047	176100122.500-8 – Natal (DRF)	13	4	56.439,00	14/03/12	1.516.640,11	0,00	130.765,87
170047	176100219.500-5 – Natal (Depósito)	13	4	244.556,28	14/03/12	480.910,01	0,00	59.771,53
170338	198100005.500-9 – Campina Grande (DRF)	13	3	103.750,00	19/08/11	1.705.300,16	0,00	73.850,15
170338	197500297.500-3 – Cajazeiras (Terreno)	13	3	88.725,00	27/10/11	101.348,77	0,00	0,00
170338	222500001.500-7 – Sousa	13	3	24.328,00	07/10/11	396.736,88	0,00	15.982,50
170052	196500012.500-5 – Cabedelo	13	2	6.817,00	27/12/12	1.002.540,13	0,00	23.247,27
170052	202700027.500-2 – Guarabira	13	2	28.000,00	10/11/10	439.000,00	0,00	18.086,77
170052	203900003.500-5 – Itabaiana	13	5	23.691,00	10/11/10	180.000,00	0,00	11.773,94
170052	217500269.500-5 – Santa Rita	13	1	55.380,00	10/11/10	926.000,00	0,00	29.960,92
170060	238100001.500-4 – Caruaru (Antiga DRF)	13	6	25.493,00	24/10/11	341.047,56	0,00	0,00
170060	241900046.500-0 – (ARF Garanhuns)	13	3	0,00	29/11/11	574.917,42	0,00	10.822,00
170060	252100003.500-4 – (Petrolina IRF)	13	3	35.389,00	26/10/11	465.642,00	0,00	22.585,92
170060	252100106.500-4 – (Petrolina Terreno)	13	4	101.988,00	01/08/06	101.989,01	0,00	0,00
170060	254300001.500-4 – Salgueiro	13	5	1.458,00	05/06/00	34.616,54	0,00	7.575,40
170059	253100016.500-2 – (Recife DRF)	13	5	238.199,00	13/10/11	7.192.714,00	0,00	285.630,74
170059	242300005.500-5 – (Goiâna)	13	3	25.000,00	30/09/11	279.045,64	0,00	11.723,84
170059	247700004.500-9 – Limoeiro	13	5	7.685,00	14/10/11	451.135,30	0,00	27.806,54

170059	249900002.500-9 - Palmares	13	5	10.835,00	31/10/11	395.201,00	0,00	25.902,66
170059	251300001.500-2 - Paulista	13	5	8.677,00	31/10/11	333.804,00	0,00	13.126,69
170059	260500002.500-3 - Timbaúba	13	3	4.279,00	30/09/11	214.504,00	0,00	13.427,30
170059	262700001.500-9 – Vitória Sto Antão	13	3	30.000,00	30/09/11	176.200,00	0,00	11.022,41
170058	253100933.500-8 – Recife (Escor)	13	3	273.391,00	27/10/11	698.921,83	0,00	0,00
170058	253100934.500-3 – Recife (Espei)	13	3	534.731,00	27/10/11	655.794,09	0,00	0,00
170058	253100921.500-2 – Recife (Terreno)	13	4	1.444.514,00	18/07/11	1.444.514,00	0,00	0,00
170066	270500002.500-0 – Arapiraca	13	3	36.000,00	28/09/11	697.030,54	0,00	18.136,88
170066	282500003.500-6 – Palmeira dos Índios	13	3	50.000,00	28/09/11	373.116,06	0,00	14.629,75
170066	283300020.500-0 – Penedo	13	3	21.000,00	28/09/11	108.353,49	0,00	7.916,09
170066	285900011.500-4 – Santana do Ipanema	13	3	18.300,00	28/09/11	177.527,62	0,00	9.018,34
170066	287100007.500-1 – São Miguel dos Campos	13	3	20.000,00	28/09/11	169.926,40	0,00	15.932,39
170066	288500001.500-9 – União dos Palmares	13	3	15.000,00	28/09/11	92.959,70	0,00	5.761,71
170066	278500034.500-2 – Maceió	13	3	200.000,00	28/09/11	3.870.352,63	0,00	60.272,55
Total						0,00	1.033.451,20	

Fonte: SPIUNET e Contratos

(*) Despesa de Manutenção: Gasto com Manutenção Predial em todas unidades da 4^aRF, excluídas as despesas com imóveis alugados, de propriedade de outros entes (DNOCS, INFRAERO, Portos etc), e imóvel da União, mas sob responsabilidade da SAMF (caso da DRF/JPA), com custos distribuídos proporcionalmente à área de cada imóvel da União sob responsabilidade da RFB.

Análise Crítica

A RFB utiliza um sistema de informações gerenciais, denominado Edifica, desde 2010, para os imóveis ocupados, tanto de propriedade da União, como locados. O Edifica foi concebido no âmbito do Ministério da Fazenda, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GMF nº 229, de 11 de março de 2010, com competência para acompanhar o planejamento, a execução e o controle dos estudos e projetos de adequação e integração da logística e da construção ou reforma de imóveis destinados aos órgãos que atuam no Macroprocesso do Crédito Tributário.

Numa primeira etapa, ocorrida no 2º semestre de 2010, buscou-se levantar informações sobre o estado de conservação dos imóveis operacionais, visando a consequente melhoria do clima organizacional e das condições de trabalho. Tais informações foram transformadas num "indicador de adequação imobiliária" que existe para cada imóvel.

As informações constantes do Edifica incluem fotografias, cópias de documentos e um questionário de avaliação do estado de conservação dos imóveis.

Foram iniciados entendimentos com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, no sentido da utilização do corpo técnico de engenharia dessas instituições para avaliação dos imóveis da RFB, mas não se obteve resultado.

Ao longo de 2011 foram reavaliados todos os imóveis da região, exceto alguns da DRF/CRU, por dificuldades operacionais, mas que serão reavaliados em 2014, ano em todos os imóveis passarão pelo processo de reavaliação ao completarem dois anos da execução da precedente.

Existem várias reformas de imóveis em andamento, licitadas em 2012 e 2013, mas ainda não concluídas.

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 6.c - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ		
	EXERCÍCIO 2013		EXERCÍCIO 2012
	03	03	
BRASIL	UF: Rio Grande do Norte - RN	03	03
	Município: Natal	01	01
	Município: Parnamirim	01	01
	Município: Mossoró	01	01
	UF: Paraíba – PB	03	03
	Município: João Pessoa	01	01
	Município: Santa Rita	00	01
	Município: Cabedelo	00	01
	Município: Cajazeiras	01	01
	Município: Patos	01	01
	UF: Pernambuco - PE	05	05
	Município: Recife	03	03
	Município: Serra Talhada	01	01
	Município: Afogados da Ingazeira	01	01
	Subtotal Brasil	11	11
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	11	11

Fonte: Contratos

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 4^a REGIÃO FISCAL
– SRRF 04

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 7.a - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					

10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
Considerações Gerais: ver texto abaixo.				
LEGENDA				

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Os dados para preenchimento do quadro acima foram apurados por meio de pesquisa realizada junto aos chefes das áreas de programação e logística de todas as unidades locais e da Superintendência Regional, e sobre as respostas obtidas foi aplicada a média estatística para chegar no resultado final.

Destacamos que há uma diversidade de situações verificadas dentre as unidades locais, posto que cada uma tem suas iniciativas próprias quanto à temática de sustentabilidade, na medida em que não havia uma diretriz proposta pelo Órgão Central da RFB para aplicação.

Contudo, cabe salientar que no segundo semestre de 2013 foi publicado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Fazenda, que passou a ser o documento balizador das ações de sustentabilidade na Receita Federal do Brasil, e que vai permitir uma melhor coordenação e um ganho na qualidade dos projetos relacionados ao tema.

Essa publicação visa, dentre outros objetivos, promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito do MF, estimular o consumo racional dos recursos e a destinação ambientalmente correta de resíduos, melhorar a qualidade do gasto público e promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Uma das iniciativas desta Superintendência, já em linha com o PLS foi a implantação de um bicicletário em seu edifício-sede. Nesse mesmo sentido, foi iniciada no final de 2013 um processo licitatório para aquisição de material de escritório (ainda não concluída), já leva em consideração critérios de sustentabilidade na aquisição de produtos mais ecológicos, como a preferência por envelopes de papel reciclado e não clorado.

Acrescentamos ainda que em 2013, uma das unidades locais desta Região Fiscal, a IRF/REC implantou a Coleta Seletiva Solidária, e em 2014 foi iniciado nesta Superintendência Regional um projeto para a implantação da Coleta Seletiva Solidária em seu edifício-sede. O *know-how* adquirido nesse projeto será documentado e disseminado para as unidades descentralizadas na região que ainda não fizeram a referida implantação, de forma a facilitar a realização dos seus respectivos projetos locais.

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Como já comentado no item anterior, até o segundo semestre de 2013, a Receita Federal do Brasil não tinha uma política de sustentabilidade para o Órgão, sendo que as iniciativas de redução de consumo de papel, energia elétrica e água eram adotas de forma isolada pelas unidades locais e não coordenada. Contudo, em agosto de 2013 foi publicado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Fazenda, que passou a ser o documento balizador das ações de sustentabilidade na Receita Federal do Brasil, e que vai permitir uma melhor coordenação e um ganho na qualidade dos projetos relacionados ao tema. Com base nesse documento já estão sendo estudadas medidas para serem implantadas a partir de 2014 para a racionalização do consumo dos recursos citados na SRRF, e a experiência adquirida será disseminada para as unidades locais para a replicação das medidas de forma mais fácil e eficaz.

Especificamente quanto ao consumo de papel A4 houve em 2011 uma forte redução de mais de 50% (era de 34.893 resmas em 2010), fato que se atribui à implantação dos processos digitais na RFB (Sistema e-Processo). Este patamar de consumo foi mantido em 2012, mas em 2013 ocorreu um acréscimo de 17% no consumo regional, sendo esse aumento concentrado na DRF/REC (+40%) e demais DRFs de capitais (DRF/NAT + 10%; DRF/JPA + 12,5%, e DRF/MAC + 17,5%).

O consumo de água vem se mantendo em torno de 18 ou 19 mil m³ desde 2010 (neste ano foi de 19.656m³), entretanto em 2012 sofreu redução atípica, e em 2013 retornou ao nível histórico.

A utilização de Energia Elétrica apresenta no longo prazo uma tendência de queda justificada pelo melhor controle que as Unidades têm sobre esse item de despesa, especialmente em face aos recorrentes contingenciamentos orçamentários.

Quadro 7.b - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade								
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor				
	Exercícios							
	2013	2012	2011	2013	2012	2011		
Papel (resmas)	20.134	16.691	17.022	174.553,91	122.355,89	172.433,51		
Água (metro cúbico)	18.145	11.811	18.195	202.295,43	189.130,41	185.083,04		
Energia Elétrica (quilowatts)	4.072.126,72	5.008.505,00	5.422.407,00	2.179.554,64	2.080.211,11	2.699.384,17		
Total				2.556.403,98	2.391.697,41	2.871.817,68		

Fonte: Contratos e Siasg

Observação: Esta UJ não preencheu a 1^a parte do quadro acima tendo em vista que até final de 2013 não realizou adesão formal a qualquer programa de gestão ligado à temática da sustentabilidade ambiental.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 4^a REGIÃO FISCAL
– SRRF 04

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, *Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013*)

8 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

Em atendimento ao subitem 9.1 da Parte A (Conteúdo Geral) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 2013, relacionamos, a seguir, as informações sobre as medidas adotadas por esta Superintendência Regional para dar cumprimento às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), expedidas no exercício de 2013.

Os dados referentes às deliberações, bem como as informações sobre as providências adotadas pelas unidades jurisdicionadas desta SRRF, foram estruturados no quadro correspondente, observados os modelos estabelecidos no correlato item do Anexo da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013 (Dispõe sobre as Orientações para Elaboração do Relatório de Gestão).

A identificação dos Acórdãos expedidos pelo TCU, em 2013, para as Unidades da RFB foi complementada com pesquisa textual realizada no *site* do TCU (Acórdãos e Decisões) para verificar a possível existência de outras deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas e que não tenham tramitado diretamente por esta Superintendência Regional.

8.1 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 8.a - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					
Superintendência Regional da 4ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil (SRRF04)					3153
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.213/2003-9	1759/2013 - PLENÁRIO	9.5	RE	Ofício 0596/2013- TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal – DRF/NAT					3308
Descrição da Deliberação:					
9.5. dar ciência à Delegacia da Receita Federal no Rio Grande do Norte de que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região TRF5 proferiu sentença judicial, transitada em julgado desde 19/2/2003, em desfavor dos impetrantes do Mandado de Segurança nº 2001.84.00.000129-1, em relação a qual não foram adotadas providências pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - TRT/RN para ressarcimento dos valores pagos a menor, desde a implantação do benefício, em 2001, até a sua efetiva suspensão, em 2009;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal – DRF/NAT					3308
Justificativa para o seu não Cumprimento					
A demanda foi comunicada através do ofício 0596/2013- TCU/SECEX-RN, recebido pela DRFNAT em 24/07/2013, encaminhado internamente para SAFIS/GPS em outubro de 2013, para análise do interesse fiscal e levantamento de informações prévias a fiscalização - etapa ainda não concluída - e posterior programação de ação fiscal, caso seja confirmado o interesse fiscal. As ações fiscais desenvolvidas pela DRFNAT no período entre a comunicação do TCU e a presente data já se encontravam anteriormente programadas, ou mesmo em curso.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Cronograma de Ações Fiscais já definido previamente, e força de trabalho já comprometida com as metas planejadas.					

8.2 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 8.b - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)		003153			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	201305839	I.1	Nota Técnica		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)		003153			
Descrição da Recomendação					
<p><i>Recomendação 01: Adotar as seguintes medidas para regularizar os imóveis com data de validade vencida: - Providenciar junto a SPU a inativação no sistema SPIUnet para os 3 RIP de utilização mais antigos dos imóveis da SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 4A.RF/PE ocupados pela Escor e Espei, quais sejam, 2531003445006, 2531009325002 e 2531003865005; - Providenciar a atualização das avaliações dos imóveis de RIP de utilização 2521001065004 e 2543000015004, referentes aos municípios Petrolina e Salgueiro, respectivamente, cujas datas de validade encontram-se vencidas; - Verificar junto a SPU o motivo da atualização no SPIUnet do prazo de validade que aparece no campo “Dados do imóvel”, tendo em vista o prazo de validade do campo “Dados da avaliação” referente ao RIP de utilização 1975 00297.500-3 ter sido atualizado para 29/10/13, e, se for o caso, providenciar os devidos ajustes.</i></p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
SRRF04		003153			
Síntese da Providência Adotada					
<p>Recomendação subdividida em 03, que chamaremos de "a", "b" e "c", TODAS ACATADAS. Recomendação 1.a: Envio de Ofício pela SRRF04 à SPU-PE para regularizar os RIP dos Escor e Espei. Recomendação 1.b: Notificação ao Delegado da DRF/Caruaru para que providencie as avaliações dos imóveis que estão sob sua gestão (IRF/ Petrolina e ARF/Salgueiro). Recomendação 1.c: Notificação ao Delegado da DRF/Campina Grande para que envie Ofício à SPU-PB para atualização dos dados do RIP 1975.00297.500-3 (ARF/Cajazeiras).</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor					

Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
2	201305839	I.1	Nota Técnica		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)		003153			
Descrição da Recomendação					
<p><i>Recomendação 02: Adotar as seguintes medidas para regularizar os imóveis locados de terceiros ou próprios não cadastrados no SPIUnet: - Providenciar o cadastro no SPIUnet do imóvel próprio da ARF/Arcoverde, referentes à UG 170060 – DELEGACIA DA REC. FEDERAL EM CARUARU/PE, o qual está sendo controlado pelo sistema EDIFICA, com o código PE0044; - No que se refere ao imóvel da ARF/Garanhuns, cujo RIP de utilização informado no Relatório de Gestão foi o 241900046.500-0, verificar junto a SPU o que falta para o mesmo sair do cadastro da</i></p>					

UG 170062 – GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO/PE e ficar sob responsabilidade da UG 170060 – DELEGACIA DA REC. FEDERAL EM CARUARU/PE; - Providenciar o devido registro nos sistemas SPIUnet e Edifica para os imóveis de terceiros onde funcionam a DRF João Pessoa (Arquivos de processos) e a DRF Recife (CAC Boa Viagem e Depósito).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153

Síntese da Providência Adotada

Recomendação subdividida em 03, que chamaremos de "a", "b" e "c", TODAS ACATADAS. Recomendação 2.a: Notificado o Delegado da DRF/Caruaru para que providencie junto à SPU-PE o cadastro no SPIUNET da ARF/Arcoverde, que está sob sua gestão. Recomendação 2.b: Notificado o Delegado da DRF/Caruaru para que oficie a SPU-PE a fim de atualizar a situação no SPIUNET da ARF/Garanhuns, também sob sua gestão. Recomendação 2.c: Notificados os Delegados das DRF/Recife (CAC Boa Viagem e Depósito) e DRF/João Pessoa (Arquivo de Processos) para que providenciem os registros dos imóveis correspondentes, sob sua gestão, junto à SPU de seus Estados.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor
--

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201305839	I.1	Nota Técnica

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)

Código SIORG

003153

Descrição da Recomendação

Recomendação 03: Estabelecer rotina anual de realização de inventário de bens imóveis em todas as UGs da 4ª Região Fiscal, de forma a garantir que os dados dos imóveis efetivamente utilizados pelas UGs (próprio ou de terceiros) estejam com registros atualizados e consistentes nos Sistemas SPIUnet e Edifica.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153

Síntese da Providência Adotada

Recomendação ACATADA. Notificação a todos os Delegados e Inspetores das Unidades Gestoras da 4ªRF, inclusive a SRRF04, para que providenciem o INVENTÁRIO dos Bens Imóveis sob sua gestão, a fim de atualizar os dados nos sistemas de controle, SPIUNET e EDIFICA, a as respectivas Avaliações Imobiliárias.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor
--

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201305839	I.1	Nota Técnica

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)

Código SIORG

003153

Descrição da Recomendação

Recomendação 04: Garantir que o saldo de contas de imóveis de uso especial sem RIP, ou seja, não registrados no SPIUnet, para os projetos e construções das Agências de Santa Rita e Cabedelo, jurisdicionadas à Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa, seja baixado pela Setorial Contábil da 4ª Região Fiscal, e providenciar os devidos ajustes no SPIUnet e Edifica.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação ACATADA. Notificação ao Delegado da DRF/João Pessoa para que providencie os acertos contábeis decorrentes das reformas nas ARF/Santa Rita e IRF/Cabedelo.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201305839	I.1	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 05: Que a Setorial Contábil da 4ª Região Fiscal defina e implemente, juntamente com o órgão central e a STN, a melhor forma de controle e registro das despesas com manutenção e reforma de bens imóveis, próprios ou de terceiros, utilizando, se possível, as devidas contas contábeis do SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Notificação à Setorial Contábil da 4ªRF para que trate da demanda junto à Setorial da Copol e STN.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201305839	I.2	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 01: Quando da realização de nova licitação para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de apoio na área de arquitetura e engenharia, tendo em vista a vigência do atual Contrato nº 13/2011 ter expirado em 31/12/12, faça constar no edital e no respectivo termo contratual os produtos específicos a serem obtidos e o respectivo prazo de execução, de forma a não caracterizar o objeto do mesmo como mera contratação de mão de obra.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação ACATADA. A SRRF04 já realizou o Pregão Eletrônico nº 02/2013 para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de apoio nas áreas de arquitetura e engenharia, para desenvolverem projetos pré-estabelecido no anexo II do edital, Cronograma Físico, Processo nº 19615.000210/2012-40, com conclusão e entrega dos produtos no prazo de 12 meses, ou seja o término da execução será em 31/12/2013. Os projetos elencados no referido cronograma fazem parte do plano de engenharia da RFB, que engloba os projetos de Acessibilidade da 4ªRF.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ANALISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201305839	I.2	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 02: <i>Abstenha-se de atestar e autorizar o pagamento de notas fiscais que não apresentem em seu corpo ou em documento anexo o devido detalhamento dos serviços executados, conforme estabelecido pelo art. 36 da Instrução Normativa nº 2/2008 da SLTI/MPOG.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Notificação assinada pelos Fiscais do Contrato e Chefe da Dipol à Contratada para que especifique detalhadamente os serviços executados, ainda que em anexo à fatura.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ANALISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201305839	I.3	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 01: <i>Abstenha-se de prever cláusula de repactuação nas contratações cujo objeto não se refiram a serviços de natureza continuada.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
SRRF04			003153

Síntese da Providência Adotada
Recomendação atendida . Cláusula de repactuação retirada da Minuta de Contrato do Pregão Eletrônico SRRF04 nº 02/2013, proc. Nº 19615.000210/2012-40, que gerou o contrato SRRF04 nº 02/2013.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201305839	I.3	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 02: Atenda ao determinado pelo TCU no Acórdão 2655/2009 Plenário, qual seja, "Abstenha-se de fundamentar repactuações de contratos no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993 (reequilíbrio econômico-financeiro), quando decorrentes de aumentos salariais. Deve fazê-las com base nos arts. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, c/c art.5º do Decreto 2.271/97, que tratam de reajustes de preços com base na variação periódica de custos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Notificação aos integrantes da Equipe de Contratos (estendida a orientação a todas Unidades Gestoras da 4ªRF) para que nas Repactuações decorrentes de aumentos salariais seja utilizado o preceito normativo dos arts. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, c/c art. 5º do Decreto 2.271/97, que tratam de reajuste de preços com base na variação periódica de custos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201305839	I.4	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 01: Quando da realização de processo licitatório, cumpra a exigência prevista no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93, que determina que "as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			

Recomendação implementada . A SRRF04 costuma submeter as minutas, dos contratos, dos acordos, dos convênios ou dos ajustes, previamente ao exame e aprovação da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional PRFN05.

Quanto aos processos licitatórios em apreço, o que ocorreu foi **exceção à regra**, que já foi esclarecido no momento em que a SRRF04 foi questionada pela auditoria. Vale ressaltar, que apesar da antecipação das fases dos procedimentos licitatórios, os apontamentos e as recomendações, constantes no parecer da PRFN05, foram observados e justificados antes da realização do certame.

Como regra, todas as minutas estão sendo submetidas à análise e aprovação da PRFN05, portanto as recomendações já estão sendo cumpridas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201305839	I.4	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<p><i>Recomendação 02: Quando da realização de processo licitatório , atenda ao estabelecido no art. 7º, §5º, da Lei nº 8.666/93, que veda a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, sem a devida justificativa técnica nos autos ou, quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, conforme previsto no Acórdão 2300/2007 Plenário (Sumário).</i></p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação acatada. A SRRF04, em seus processos licitatórios, não costuma citar marcas e quando cita vem acompanhada da expressão “ou similar”, o que pode ser confirmado nos inúmeros processos já realizados. O processo em apreço foi um caso isolado. A recomendação já está sendo observada e acatada pela SRRF04. Ainda assim, a SRRF04/Dipol notificará a todas Unidades Gestoras da 4ªRF para que atendam à recomendação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201305839	I.5	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<p><i>Recomendação 01: Aprimore a metodologia de orçamentação utilizada para se chegar aos orçamentos estimativos, de forma que não se aprovem projetos nos quais a planilha orçamentária base não detalhe a composição de todos os</i></p>			

seus custos unitários, inclusive com a utilização de verba “vb”, sem qualquer detalhamento na formação dos preços dos serviços.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153

Síntese da Providência Adotada

Recomendação acatada. Notificação às Equipes envolvidas com elaboração de orçamentos (estendida a orientação a todas Unidades Gestoras da 4^aRF) para padronizar o entendimento e implementar a recomendação dessa CGU.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201305839	I.5	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04 ^a REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 02: Observe anualmente as disposições constantes das leis de diretrizes orçamentárias acerca do custo global de obras e serviços executados com recursos dos orçamentos da União, de forma que não se aprovem projetos em que os valores orçados estejam em desacordo com a mesma.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Notificação a todas Equipes que tratam de atos preparatórios à aprovação de projetos (estendida a orientação a todas Unidades Gestoras da 4 ^a RF) para observarem as diretrizes das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201305839	I.5	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04 ^a REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 03: Nos casos de existência de itens não constantes dos sistemas de referência mencionados no artigo constante das leis de diretrizes orçamentárias que trata do custo global de obras e serviços, garanta que o custo será apurado por meio de pesquisa de mercado, devendo, neste caso, ser exigido o mínimo de três propostas e completo detalhamento da proposta pelo fornecedor, conforme disposto no Acórdão 127/2007 Plenário (Sumário).			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação IMPLEMENTADA. Notificação à Equipe de Contrato (estendida a orientação a todas Unidades Gestoras da 4 ^a RF) para que só seja autorizada compra de materiais com a correspondente pesquisa em 03 fornecedores, no mínimo, nos casos em que houverem itens de material fora dos sistemas de referência da LDO.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ANALISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201305839	I.6	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04 ^a REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 01: Até o final de vigência do Contrato nº 08/2010, exija da empresa contratada o cumprimento da rotina estabelecida na alínea “a”, do item 27, do §2º da Cláusula Quinta do mesmo, qual seja, “Realizar pesquisa de preços em, no mínimo, três fornecedores para cada item a ser adquirido.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação IMPLEMENTADA. O procedimento já é realizado em quase sua totalidade, mas em alguns momentos falhou, o que se pretende não ocorrer mais. Notificação aos Fiscais do referido Contrato (nº 08/2010) para que só seja autorizada compra de materiais com a correspondente pesquisa em 03 fornecedores, no mínimo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ANALISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201305839	I.7	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04 ^a REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 01: Quando da contratação de serviços, abstenha-se de autorizar e efetuar pagamento de serviços cuja subcontratação não esteja prevista no respectivo contrato, em atendimento ao art. 72 da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação IMPLEMENTADA desde que a CGU-PE estava no trabalho de campo. Notificação aos Fiscais de			

Contrato para que procedam conforme a recomendação de forma imediata, a fim de formalizar a ciência por todos.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201305839	I.7	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 02: Formalizar termo aditivo ao Contrato nº 08/2010, de forma a suprimir os postos previstos no respectivo edital com códigos CBO nºs 5231-05, 5231-15, 7155-05 e 7244-40, mas não contratados, alterando todas as cláusulas que estiverem relacionadas a tais postos, inclusive a cláusula referente ao preço global e mensal do referido contrato.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Gestor NÃO CONCORDA com a Recomendação, pois o fato de tais postos eventuais não terem sido utilizados ainda, não significa que não poderão o ser no futuro: seja quando o mercado estiver mais estruturado para tanto; ou por uma situação emergencial à qual nenhuma das formas de contratação seja eficiente para atender a emergencial demanda. A permanência dos postos de apoio em nada onera o contrato, antes ratifica a necessidade real que a Unidade tem dos serviços, que serão contratados pelas vias já sugeridas pela CGU-PE (licitação, dispensa de licitação ou CPGF, a depender do valor do serviço) enquanto e quando não puderem ser contratados pela ativação dos postos de apoio ao referido contrato. Permanência dos postos de apoio até o final do contrato, pois a Administração não pode se abster de atender demandas urgentes que não possam ser atendidas pela via contratual normal, como por exemplo, quando uma chave de uma porta principal ou de um veículo em viagem quebra e não tem suprimento aberto (A SRRF04 só tem um suprido, e esta situação não é incomum), ou não há tempo hábil a se contratar por dispensa de licitação a confecção de uma chave em regime emergencial. O exemplo já está superado porque a UJ já contratou por dispensa de licitação o serviço por um ano, mas é uma hipótese plausível para os demais postos (serralheiro e carpinteiro, especialmente).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201305839	I.7	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 03: Adote a medida mais viável para a SRRF04 regularizar as subcontratações indevidas dos “serviços eventuais” anteriormente pagos por meio das notas fiscais nºs 37872, 64821, 1816 e 10, quais sejam, serviço de cópia de chaves, de carpintaria e serralheria, e de fechadura teta, optante entre: formalizar termo aditivo ao Contrato nº 08/2010, autorizando a subcontratação dos referidos serviços até o fim de vigência do referido</i>			

contrato e desde que atendido o disposto no item 14.2.36 do Edital do Pregão nº 03/2010 e no Acórdão nº 1.626/2010-TCU-Plenário, ou realizar o devido procedimento licitatório/de dispensa/de inexigibilidade, ou ainda utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) para pagamento de despesas enquadradas como suprimento de fundos, observando para todos os casos os limites permitidos pelas normas em termos de valor e natureza do objeto.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153

Síntese da Providência Adotada

Recomendação IMPLEMENTADA. A SRRF04 contratou o serviço de cópia de chaves através da Dispensa de Licitação nº 35/2013 no Processo 19615.000157/2013-68. Os demais serviços só serão contratados quando houver necessidade e o objeto específico definido, caso não seja possível a ativação dos referidos postos no contrato de manutenção predial (carpintaria e serralharia).

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201305839	I.7	Nota Técnica

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)	003153

Descrição da Recomendação

Recomendação 04: *Para novas contratações dos serviços cujos objetos são os descritos nas notas fiscais nºs 1072, 64424, 2, e 108, quais sejam, serviço de manutenção em arquivo deslizante ; de recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres; de recuperação de estrutura metálica; e de confecção, instalação e manutenção de cortinas, a Unidade deve realizar o devido procedimento licitatório/de dispensa/de inexigibilidade, ou ainda utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) para pagamento de despesas enquadradas como suprimento de fundos, observando para todos os casos os limites permitidos pelas normas em termos de valor e natureza do objeto.*

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153

Síntese da Providência Adotada

Recomendação ACATADA. A SRRF04 só contratará os referidos serviços (manutenção em arquivo deslizante; de recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres; de recuperação de estrutura metálica; e de confecção, instalação e manutenção de cortinas) por uma das modalidades de contratação regulares sugeridas (licitação, dispensa ou inexigibilidade de licitação ou CPGF, a depender do valor).

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201305839	I.7	Nota Técnica

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Código SIORG

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)	003153
Descrição da Recomendação	
<i>Recomendação 05: Realize um levantamento dos valores pagos mensalmente por cada posto de serviço contratado por meio do Contrato nº 08/2010, desde o início de vigência do mesmo, relacionando para cada um deles: a nota de empenho, ordem bancária e documentação comprobatória (nota fiscal, recibo, outros) da despesa respectiva, de forma a comprovar quais postos formam efetivamente pagos à empresa contratada, e apresentando a devida memória de cálculo ao Controle Interno.</i>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação IMPLEMENTADA. Levantamento efetuado pela Seção de Engenharia da SRRF04/Dipol. CDs serão entregues à CGU-PE junto com o Plano de Providências.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201305839	I.7	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
Recomendação 06: Após a finalização do levantamento citado na recomendação 005, caso não comprovada a legalidade dos pagamentos efetuados por meio do Contrato nº 08/2010, providencie a apuração de responsabilidade dos valores pagos indevidamente e solicite à empresa contratada o devido ressarcimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
SRRF04	003153		
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação IMPLEMENTADA. O levantamento constatou o ressarcimento indevido de IRPJ e CSLL sobre os custos com Materiais, o que foi corrigido em JUNHO e o acerto de contas procedido ainda nesse mês, com DESCONTO no pagamento da Fatura de JULHO, com valor retido de R\$ 36.571,96.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201305839	I.8	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			

Recomendação 01: Que a SRRF04 institua e mantenha rotinas que permitam a inserção, nos editais licitatórios, de critérios de sustentabilidade previstos na IN/SLTI-MP nº 1/2010 e da Portaria/SLTI-MP nº 2/2010, e outras normas que venha a ser publicadas acerca do assunto.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
<p>Recomendação de difícil implementação, haja vista a diversidade de bens e serviços a serem contratados e a deficiência de pessoal especializado para especificar cada objeto a ser licitado.</p> <p>A SRRF04 vem se esforçando para implementar em seus editais a responsabilidade socioambiental, exigindo dos licitantes que observem as normas de sustentabilidade. Para o avanço em direção a instituição da sustentabilidade, no âmbito das empresas fornecedoras de bens e serviços, é necessário um processo contínuo e progressivo de conscientização.</p> <p>Para que a SRRF04 possa implementar a sustentabilidade na totalidade das contratações, seria preciso uma contratação paralela de técnicos especializados, para especificar e definir, respeitando o impacto ambiental, cada produto e/ou serviço a ser contratado. Só assim seria possível exigir das empresas licitantes, com segurança, o cumprimento das normas de sustentabilidade, sem contudo restringir a competitividade do certame licitatório. No caso dos combustíveis torna-se fácil a exigência nos editais, tendo em vista que já existem normas que definem a composição de cada um deles. Essa medida visa a diminuição de gases poluentes em respeito ao meio ambiente.</p> <p>A SRRF04 já implementou a recomendação em alguns editais, como é o caso do edital do Pregão Eletrônico para contratação de fornecimento de combustíveis.</p> <p>Na medida do possível serão inseridos nos editais os critérios de sustentabilidade previstos na IN/SLTI-MP nº 1/2010 e da Portaria/SLTI-MP nº 2/2010.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201305839	I.8	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<p><i>Recomendação 02: Capacite os membros da equipe de licitação da SRRF04 de forma a permitir a aderência dos editais de licitação à IN/SLTI-MP nº 1/2010 e da Portaria/SLTI-MP nº 2/2010.</i></p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação acatada. A SRRF04 já iniciou a capacitação dos membros da equipe de licitação. Anexada cópia do certificado de participação no treinamento sobre Licitações Sustentáveis, realizado por essa CGU em 26/06/2013.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201305839	I.9	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 01: Quando da contratação de obras e serviços de engenharia, faça constar no respectivo processo licitatório, de dispensa de licitação ou de inexigibilidade, o orçamento estimativo detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Notificação à Equipe de Licitação da SRRF04/Dipol (estendida a orientação a todas Unidades Gestoras da 4ªRF) para cumprimento da recomendação. Também se fará reuniões com as equipes envolvidas nas contratações futuras para padronizar o entendimento e implementar a recomendação dessa CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201305839	I.9	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 02: Quando da contratação de obras e serviços de engenharia, estipule e exija das empresas participantes a forma de apresentação das propostas de preços, de forma a garantir a devida padronização.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Notificação à Equipe de Licitação da SRRF04/Dipol (estendida a orientação a todas Unidades Gestoras da 4ªRF) para cumprimento da recomendação. Também se fará reuniões com as equipes envolvidas nas contratações futuras para padronizar o entendimento e implementar a recomendação dessa CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201305839	I.10	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO			003153

FISCAL (SRRF04)	
Descrição da Recomendação	
<i>Recomendação 01: Quando da impossibilidade de cumprimento do cronograma de execução dos contratos de prestação de serviço, faça constar dos autos dos respectivos processos os motivos de forma clara e detalhada.</i>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação ACATADA. As justificativas informadas na resposta à S.A. nº 201216615/002, item 2.1, serão incluídas no processo de contratação da instalação dos equipamentos (cortes no orçamento de todas Unidades no exercício de 2011 e contingenciamentos no exercício de 2012, e ausência de um planejamento institucional de obras e a devolução dos equipamentos pela DRJ).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201305839	I.10	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 02: Providenciar termo aditivo ao Contrato nº 02/2009 suprimindo, em termos de descrição e valor, os serviços de instalação e manutenção referentes aos dois no-break que não serão instalados pela Amplimag no Depósito Regional de Mercadorias Apreendidas (DMA).</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Termo Aditivo será providenciado com exclusão do DMA no cronograma e inclusão dos quatro no-breaks na instalação da DRJ, pois atenderão também aos Espei e Escor, que ocupam 02 andares, e aos novos 02 andares alugados pela DRJ, o que elevou a demanda. A Dipol readequará o projeto de instalação na DRJ para que inclua mais dois no-breaks e distribua a carga por mais 04 andares.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201305839	I.10	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			

<i>Recomendação 03: Realizar procedimento licitatório para contratação de empresa de prestação de serviço de instalação dos dois no-break no Depósito Regional de Mercadorias Apreendidas (DMA).</i>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Concordância PARCIAL, porque o DMA não precisará mais de um <i>no-break</i> com a capacidade de 50Kva, mas um menor apenas para os equipamentos de vigilância e computadores de monitoramento. Será instalado novo equipamento de 10Kva.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201305839	I.11	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 01: Adote medidas cabíveis quanto à rescisão da Carta Contrato referente à Dispensa de Licitação nº 17/2012, por pedido do contratado, sem execução total do objeto, fazendo constar do Processo nº 19615.000097/2012-01 os respectivos registros.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		
SRRF04			003153
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação ACATADA. Adoção dos procedimentos para rescisão da Carta-contrato, com as repercussões a serem analisadas pela Equipe de Contratos desta SRRF04/Dipol.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ANÁLISE CRÍTICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201305839	I.12	Nota Técnica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 04ª REGIÃO FISCAL (SRRF04)			003153
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 01: Que SRRF04 demande a Copol para realizar consulta ao MPOG de forma a confirmar a fonte de dados dos resultados de meta física informados no Relatório de Gestão referentes às Ações 148L e 10B3, os quais foram retirados do Sistema SIOP, e, se for o caso, providenciar os devidos ajustes.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG		

SRRF04	003153
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação IMPLEMENTADA. O Manual do Usuário do SIOP informa que as Metas “Físicas” do sistema são na verdade de Execução do ORÇAMENTO, então os percentuais se referem aos empenhos emitidos em cada Ação. Em Agosto deste ano a Copol demandou alteração das Metas “Físicas” para espelhar a real situação de execução orçamentária (mensagens eletrônicas trocadas anexadas ao Plano de Providências).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ANALISE CRITICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal em Maceió/Alagoas			3306
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201204245/002	01	Não se aplica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal em Maceió/Alagoas			3306
Descrição da Recomendação			
Disponibilizar inventário de bens móveis e termos de responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SAPOL/DRF/Maceió/AL			93296
Síntese da Providência Adotada			
Dados disponibilizados em mídia CD-ROM			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida			
ANALISE CRITICA DOS FATORES POSITIVOS/NEGATIVOS QUE FACILITARAM/PREJUDICARAM A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS GESTOR			
Dificuldades, junto ao SERPRO, para obtenção do relatório solicitado, o que gerou demora no atendimento à CGU.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal em Maceió/Alagoas			3306
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201204245/002	02	Não se aplica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal em Maceió/Alagoas			3306
Descrição da Recomendação			
Informar se a DRF/MAC atendeu à recomendação 001, Constatação nº 048 da OS nº 201108613 (Atualização de Contratos nos SIASG).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SAPOL/DRF/Maceió/AL			93296

Síntese da Providência Adotada
Efetuar atualizações.
Síntese dos Resultados Obtidos
Solicitação atendida
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor
Alguns contratos não puderam ser atualizados por já terem sido encerrados, mas, todos os demais foram atualizados, conforme solicitado pela CGU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa		Código SIORG			
Delegacia da Receita Federal em Maceió/Alagoas		3306			
Recomendações do OCI					
Recomendações Expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
3	201204245/002	03	Não se aplica		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG			
Delegacia da Receita Federal em Maceió/Alagoas		3306			
Descrição da Recomendação					
Informar se a DRF/Maceió/AL procedeu ao atendimento da Recomendação nº 001 da OS 201103311 (Atualização de contratos na Página da Transparência Pública).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG			
SAPOL/DRF/Maceió/AL		93296			
Síntese da Providência Adotada					
A CGU foi informada que tal atribuição não é da competência da DRF/Maceió/AL e que todo o procedimento de alimentação dos dados do Portal da Transparência são fornecidos automaticamente pelo sistema SIAFI. A DIPOL04, através de sua chefia, informou ao chefe da SAPOL/MAC que, a alimentação manual seria impossível e que, caso a CGU desejasse maiores informações, deveria entrar em contato com a COPOL/OC/RFB.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Solicitação atendida em relação à informação					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências Gestor					
NÃO SE APLICA AO CASO.					

8.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais

detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Pendências de Entrega de DBR:

RF	Unidade Pagadora	Servidores sem Função	Servidores com Função
4 ^a RF	DRF/JPA-PB	2	0
	DRF/MAC-AL	1	0
	DRF/NAT-RN	0	0
	SRRF/4 ^a RF	24	0
	Total	27	0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG
2. No quantitativo acima constam servidores cedidos e licenciados há mais de 12 meses.

Atualmente 1.421 servidores (98,13% do corpo funcional) estão com os registros atualizados, resultado que reflete trabalho contínuo de melhoria em relação aos anos anteriores. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de função.

Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

Periodicamente a Digep (Divisão de Gestão de Pessoas) entra em contato com os servidores que ainda não efetuaram entrega da DBR solicitando sua entrega ou da autorização de acesso.

Cabe salientar que a preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

Diante do recebimento da documentação, é realizada a atualização de informações no sistema SA3.

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional, de forma a preservar o sigilo das informações.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores, o que fica a cargo à COGER (Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil) e seus escritórios regionais. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

8.4 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro 8.c - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativa s internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000
2	2							

Na Delegacia da Receita Federal em Natal-RN constatou-se duas ocorrências de dano ao erário: a primeira ocorrência refere-se ao furto de um Notebook Acer, enquanto que a segunda ocorrência refere-se ao extravio de capota de veículo, que se desprendeu com o veículo em movimento.

Não obstante caracterizaram dano ao erário, contudo, as duas citadas ocorrências foram dispensadas da instauração de Tomadas de Contas Especiais em virtude do débito ser inferior à R\$ 75.000,00, e os bens já estarem fora do valor de mercado, bem não foi identificada na sua gênese qualquer conduta dolosa ou culposa por parte dos servidores públicos envolvidos nas ocorrências relacionadas, conforme Pareceres exarados nos respectivos Termos Circunstanciados Administrativos (TCA).

8.5 - Alimentação SIASG E SICONV

A presente declaração foi inserida como anexo (Anexo 1) e se encontra à página 223 deste Relatório de Gestão.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 4^a REGIÃO FISCAL
– SRRF 04

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9 - Relacionamento com a Sociedade

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Há representantes da Ouvidoria da 4^aRF em todas as delegacias desta Região Fiscal. Essa configuração foi adotada pois entendemos que a descentralização é uma maneira eficaz de aproximar os gestores dos pleitos e reclamos dos cidadãos.

A nossa Ouvidoria é de Atendimento, ou seja, trata do relacionamento contribuinte/instituição. Os contribuintes utilizam esse canal principalmente para expor dúvidas de procedimentos, fazer cobranças acerca de análise de processos, e solicitar informações à época da entrega das Declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF).

As reclamações acerca do atendimento e da impossibilidade de realização de agendamento são encaminhadas diretamente aos gestores das unidades locais e chefias dos setores de atendimento, posto que para eles é importante ter a percepção do sentimento do cidadão em relação à qualidade do serviço prestado na sua respectiva unidade local.

Apesar de não tratarmos das questões finalísticas e de mérito da Receita Federal também prestamos informações ao cidadão, o que ajuda a reduzir o nível de demanda das nossas unidades de atendimento, bem como municiamos os gestores de dados gerenciais que podem, inclusive, contribuir para a mudança dos fluxos de trabalho.

Para a sociedade o canal da Ouvidoria é um porto seguro: é onde acreditam que vão ser ouvidos e ter seus pleitos atendidos. Apesar de muito do que é demandado fugir da alçada da Ouvidoria (andamento de processo administrativo, orientação em questões relativas a CPF e IRPF, fornecimento de passo a passo de serviços, etc), a resposta é fornecida de modo tempestivo buscando uma maior aproximação da Receita Federal com a sociedade.

O cidadão, uma vez não satisfeito com a resposta a ele fornecida, pode reativar a mensagem: esse é o “termômetro” que temos para mensurar se o que foi respondido foi compreensível e sanou a necessidade do contribuinte. Para que possamos atingir nosso objetivo de sermos o porta-voz da Receita Federal e, consequentemente, termos o mínimo de reativações, cada mensagem é analisada individualmente, com consultas a sistemas para análise da situação e construção de resposta compatível com o que foi perguntado (ou seja, não trabalhamos com respostas padrão).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 4^a REGIÃO FISCAL
– SRRF 04

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis
(Item 11, *Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013*)

10 - Informações Contábeis

10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

A) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

A1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

- Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, e nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

- Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

- Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

A2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4^a Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

B) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

C) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas

pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decênio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber da UG 170010 - Órgão Central RFB, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB.

A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100.

Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UGs do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou público-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da

amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4^a Região Fiscal não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2013 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4^a Região Fiscal foi de R\$ 17.450.123,83 referente à depreciação de bens móveis.

A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à aplicação da NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, o resultado do exercício financeiro de 2013 da RFB teve vários impactos, destacando-se os seguintes (as variações abaixo ocorreram no resultado da UG 170010 - Órgão Central RFB):

- b1) Aumento de R\$ 382.133.283.964,27 referente à incorporação de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);
- b2) Aumento de R\$ 8.689.252.583,73 referente à desincorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido ao pagamento de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- b3) Diminuição de R\$ 165.939.939.160,09 referente à baixa de direitos (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais);
- b4) Diminuição de R\$ 10.535.016.966,88 referente à incorporação do passivo “Ressarcimentos/Restituições de Tributos” devido à contabilização de restituições a pagar do imposto de renda da pessoa física; e,
- b5) Diminuição de R\$ 151.855.566.286,84 referente ao ajuste para perdas prováveis sobre os créditos tributários administrados pela RFB (créditos de contribuições, créditos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e créditos por infrações legais/contratuais).

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A presente declaração foi inserida como anexo (Anexo 2) e se encontra à página 224 deste Relatório de Gestão.

ANEXOS

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Subitem 9.6 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013

DECLARAÇÃO

Eu, RENATA MARIA GASPARINI, CPF nº 545.842.724-68, Superintendente Regional, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª RF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Recife, 18 de março de 2014.

**Renata Maria Gasparini
545.842.724-68
AFRFB
Superintendente Regional**

**Anexo 2: Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis -
Subitem 11.2, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª RF - SRRF04	170058	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local	Recife/PE	Data
Contador Responsável	José Valdenilson da Silva	CRC nº


Secretaria da Receita Federal do Brasil
Delegacia de Olinda-PE
José Valdenilson da Silva
Téc. Contabilidade - mat. Supradé nº 27826
CRC/PE nº 7392-0
Setorial Contábil